



Revista Brasileira de
**História
Militar**



Ano VIII - Nº 22
Novembro 2017



Editorial

A partir desta edição publicaremos regularmente a resenha de alguma obra relevante para História Militar e, para começar, temos a contribuição do emérito Professor José d'Encarnação da Universidade de Coimbra que comenta O Compêndio da Arte Militar (De Re Militari) de Vegécio. Contamos também com a participação dos Professores Fernando da Silva Rodrigues; Ronaldo Lucas da Silva; Lorenzo Agustín Cabrera Burgos e da Museóloga Flavia Pereira, da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército – DPHCEX. Além dos ilustres docentes, também contribuíram os pesquisadores Maria Ângela Gomes Gonçalves e Luiz Claudio Espírito Santo de Oliveira, do Programa de Pós-Graduação em História Militar da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO.

A todos, o nosso muito obrigado.

Cesar Machado

Editor Responsável

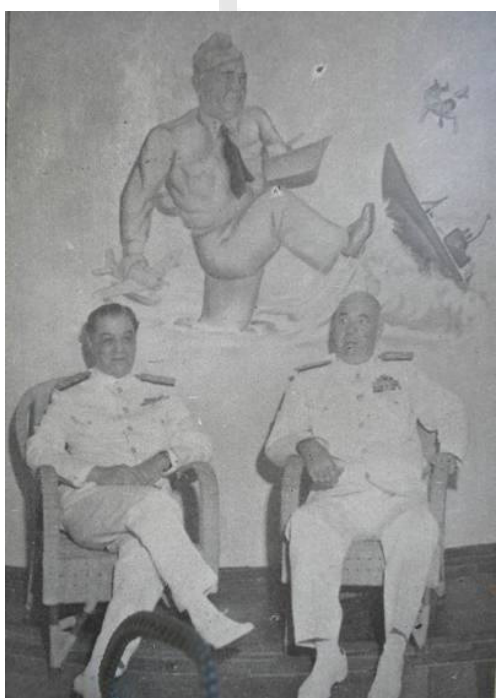


Imagem desta Edição

A imagem mostra os almirantes Jonas Howard Ingram, comandante das Forças Navais dos Estados Unidos no Atlântico Sul e o Almirante Brasileiro Henrique Aristides Guilhem, Ministro da Marinha do Brasil, realizada muito provavelmente no Quartel-General da Quarta Frota norte-americana no Recife. No fundo, uma charge do Comando da Frota do Atlântico Sul (COMSOLANT).

Acervo digital do Editor.



Revista Brasileira de
**História
Militar**

www.historiamilitar.com.br
ISSN 2176-6452

Conselho Editorial

Prof. Paulo André Leira Parente
Prof. Marcos Guimarães Sanches
Prof. Maria Teresa Toribio B. Lemos
Prof. Adriana Barreto de Souza
Prof. Carlos Roberto Carvalho Daróz
Prof. Cesar Campiani Maximiano
Prof. Aureliano Pinto de Moura

Prof. Luiz C. Carneiro de Paula
Prof. Francisco E. Alves de Almeida
Prof. Ricardo Pereira Cabral
Prof. Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras
Prof. Cláudio Passos Calaza

Editor Responsável

Cesar Machado Domingues

Editores Associados

Marcello José Gomes Loureiro
Ronaldo Lucas da Silva

Administração e Redação

Rio de Janeiro – RJ. CEP 22.470-050
E-mail: editor@historiamilitar.com.br

Revisão e Diagramação

Daniel Albino da Silva



Índice

Acerca de Vegécio e do seu Compêndio da Arte Militar.....6

José d'Encarnação

As relações militares brasileiras durante a Segunda Guerra Mundial.....13

Fernando da Silva Rodrigues

**A Sabinada e a República Bahiana (1837-1838): traços de uma guerra irregular no Brasil
Regencial30**

Ronaldo Lucas da Silva

**Apuntes acerca de la cronologia y de las operaciones militares de la Guerra del Chaco (1932/1935)
.....42**

Lorenzo Agustín Cabrera Burgos

**A historicidade revelada nas fortificações do Exército Brasileiro a partir de um olhar sobre a
Fortaleza da Conceição58**

Flavia Pereira

**O Bom-crioulo: representações de um ex escravo que utiliza a armada imperial como
possibilidade de fuga71**

Maria Angela Gomes Gonçalves

**Saltando na ZL da eternidade: O Bosque dos Campeões e a construção da memória na tropa
paraquedista82**

Luiz Claudio Espírito Santo de Oliveira

Livro em Destaque110

ACERCA DE VEGÉCIO E DO SEU COMPÊNDIO DA ARTE MILITAR¹

José d'Encarnação²



Quando, no final da década de 70, me solicitaram que leccionasse, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a cadeira de Sociedades, Culturas e Civilizações Clássicas, optei por falar da História de Roma a partir do seu exército, uma vez que outras temáticas, designadamente sobre a Grécia antiga, estavam a cargo de um especialista na matéria, o Doutor José Ribeiro Ferreira.⁴

E porquê o exército?

Não estando muito longe o 25 de Abril,⁵ que eu tivera ensejo de acompanhar bem de perto, mormente devido à minha atividade jornalística, já então me dera conta de que o exército poderia ser como que o espelho das conjunturas, nos seus mais variados aspectos, e a sua estrutura merecia, também por isso, ampla reflexão.

Sempre preconizei que o ensino deve ter estreita ligação à nossa vida concreta e, ao mostrar como a história de Roma poderia ser exemplar em muitos aspectos, tinha a convicção de que facilmente despertaria nos estudantes entusiasmo pelo estudo de algo passado há mais de 2000 anos e que, à primeira vista, poderia não ter qualquer interesse, a não ser para arqueólogos (tipo Indiana Jones, claro!...) ou para realizadores de cinema (as grandes produções de Hollywood: A Túnica, Quo

1 Publicado originalmente na Revista AQVILA LEGIONIS: Cuadernos de Estudios sobre el Ejército Romano, nº 14 em 2011.

2 José Manuel dos Santos Encarnação: Professor, Arqueólogo e Historiador português; Catedrático na Universidade de Coimbra, Doutor Honoris Causa pela Universidade de Poitiers (França); Membro do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto e especializado em Epigrafia.

3 O livro em questão está disponível para download no site da Universidade de Coimbra. (https://digitalis.uc.pt/pt-pt/livro/vegécio_compêndio_de_arte_militar)

4 Cito, quase ao acaso, os livros: Da Atenas do século VII a. C. às Reformas de Sólon, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1988; Participação e Poder na Democracia Grega, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990; A Democracia na Grécia Antiga, Coimbra, 1990; A Grécia Antiga. Sociedade e Política, Lisboa: Edições 70, 1992.

5 Referência à revolução de 25 de Abril de 1974, que, preparada no seio da hierarquia militar descontente com a guerra nas então chamadas províncias ultramarinas portuguesas, levou os militares ao poder político, onde se mantiveram enquanto não houve condições para a sociedade civil o assumir.

Vadis?, Ben-Hur...).

O certo é que, para muitos de nós, portugueses, a Guerra no Ultramar ainda estava, nessa altura, muito bem presente; a acção do Conselho de Revolução como órgão de governo, primeiro, e, depois, como garante dos ideais proclamados em Abril, demonstrava o exercício do poder político pelos militares – e foi, como muitos se lembrarão, saudada como grande passo em frente a eleição do primeiro presidente da República civil.⁶

A História de Roma era, assim, exemplar. Logo a primitiva divisão da sociedade de acordo com o censo, atribuída ao lendário rei Sêrvio Túlio, tivera finalidades militares, pois determinava quem podia integrar o exército e com que tipo de armamento⁷; mais tarde, já no final da República, a insólita incorporação dos proletarii⁸; ao tempo dos Júlios-Cláudios, a clara disputa entre o poder militar e o político em relação à nomeação do imperador⁹, dado que Augusto quisera focar bem o carácter e a génese militarista do seu poder, ao escolher para seu primeiro nome imperator (de tão ampla conotação militar...), enquanto Tibério, o seu sucessor, se louvaria depois a civilitas¹⁰, pois não aceitara ser chamado de imperator e o seu palácio-refúgio em Capri, apesar de altaneiro sobre agreste encosta a pique, nada tem, na verdade, de fortaleza militar...

Exército era também sinónimo de disciplina e o papel dos collegia iuvenum, agremiações de jovens sob a alta protecção de Vénus, divindade imperial, muito se assemelhava ao que se vira na Mocidade Portuguesa, nos Camicie Nere de Mussolini ou na Juventude Hitleriana.

Para mim, por conseguinte, a história do exército assumia, em todos os tempos, a característica de verdadeiro espelho das conjunturas – e poderia estudar-se a História no seu conjunto, através da história do exército ou das forças armadas em geral.

.....

João Gouveia Monteiro desde cedo se interessou também ele pelas artes da guerra, mormente pelos seus testemunhos ao longo dos tempos. E se as investigações sobre o campo de Aljubarrota

6 O Dr. Mário Soares, eleito presidente da República a 10 de Março de 1986, depois de a presidência ter sido sucessivamente ocupada por três generais.

7 Vide, por exemplo, entre tanta literatura sobre a presumível reforma levada a cabo por este 'rei': M. PALLOTINO, «Servius Tullius à la lumière des nouvelles découvertes archéologiques et épigraphiques», *Comptes-Rendus de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* 1977 216-235; R. THOMSEN, *King Servius Tullius: a Historical Synthesis*, Copenhaga, 1980; J.-C. RICHARD, «Recherches sur l'interprétation populaire de la figure du roi Servius Tullius», *Revue de Philologie* 61, 1987, 205-225.

8 Creio que ainda continua a ser obra clássica sobre este tema *Esercito e Società nella Tarda Repubblica Romana*, de Emilio GABBA (Florença, 1973).

9 Cfr., a título de exemplo, L. LESUISSE, «La nomination de l'empereur et le titre d'imperator», *L'Antiquité Classique* 30, 1961, 415-428.

10 Cfr. C. GRASSI, «Ambiguità di Tacito nella valutazione di Tiberio», *Athenaeum* 57, 1979, 27-47.

mais lhe abriam o apetite¹¹, não é menos certo que o estudo dos castelos medievais¹² lhe terá aguçado ainda mais a curiosidade por uma «arte» sempre actual – queiramos ou não (make love not war).

Da Idade Média à Antiguidade Tardia e desta aos tempos romanos foi um passo. E daí este livro, que fez o favor de partilhar comigo, à medida que ia surgindo.

Quem o conhece, porém, sabe que não é homem para desistências, para se ficar pela rama e disso é prova cabal o livro que serve de pretexto para este comentário-recensão: a sua tradução, largamente comentada e bem integrada, de colaboração com José Eduardo Braga, Vegécio – *Compêndio da Arte Militar*¹³.

Aliás, Vegécio é, sem dúvida, um autor deveras sedutor e só quem ande muito distraído nas leituras sobre a Antiguidade é que se não apercebe de que todos o citam! Amiúde, temos de consultar os escritores portugueses de Setecentos e Oitocentos, assim como os Humanistas, por darem conta das inscrições (verdadeiras ou fingidas) de que tinham conhecimento; e não há um que, a dado passo, para confirmar uma opinião, não cite Vegécio. Estou a recordar-me, por exemplo, de Luís Marinho de Azevedo, na sua *Fundação, Antiguidades e Grandezas da Mui Insigne Cidade de Lisboa...* oferecida a el-rei D. José I, em 1753, que inclui Flávio Vegécio no «catálogo dos autores que vão alegados no discurso deste livro».

E o Doutor Gouveia Monteiro procurou, pois, dar exaustiva conta das sucessivas edições e traduções – mais de trezentas e vinte, pasme-se! – que esta obra foi tendo em todas as épocas! Imagina-se um Maquiavel sem ter lido este tratado da arte militar? Ou qualquer um dos condottieri das repúblicas italianas de Quinhentos? Não! E ao próprio Infante D. Pedro de Portugal é atribuída uma tradução, sem que se deva esquecer que el-rei D. Duarte, seu irmão, tinha um manuscrito de Vegécio na sua biblioteca!

Permita-se-me que saliente um dado curioso, nem sempre considerado. É que se chegou ao ponto de verificar, aqui, em relação a vários dos manuscritos, quem poderia ter sido o seu proprietário, referindo-se inclusive as anotações que à margem constavam.

Dois apartes gostaria aqui de introduzir: nesse caminho estamos, na Arqueologia, em relação a obras que constam do espólio bibliográfico de autores de finais do século XIX, inícios do XX,

11 Vide o seu livro *Aljubarrota, 1385. A Batalha Real*, Lisboa, Tribuna da História, 2003.

12 Vide a sua obra *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média*, Coimbra, Faculdade de Letras/Ed. Colibri, 1999.

13 Referência bibliográfica completa: Tradução de João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga; Estudo introdutório, comentários e notas de João Gouveia Monteiro; prefácio de Maria Helena da Rocha Pereira. Edição bilingue, Imprensa da Universidade de Coimbra, Maio 2009. 532 p. ISBN: 978-989-8074-87-4.

como é o caso de Leite de Vasconcelos. Anotações deveras sintomáticas, a maior parte das vezes, pelo que manifestam da reflexão que o leitor teve, no momento da leitura. O outro aparte é pessoal e, confesso, só muito recentemente me apercebi dessa importância. Vai para vinte anos, um amigo médico emprestou-me a tese de doutoramento de António Bracinha Vieira sobre Etologia¹⁴, ainda então policopiada e recomendou-me: «Não se preocupe! Sublinhe, anote, deixe à margem a sua opinião! Porque, assim, quando eu voltar a ler, fico também a saber o que para si foi interessante!».

Um contributo, por consequência, assaz eloquente, sublinha-se, no âmbito da História da Cultura, modelar para outras obras: quem lia, porque lia, quem citava e em que circunstâncias... Portanto, a primeira grande dificuldade residia em saber, perante tão vasto leque de edições e traduções, qual seria a mais fiel. Como identificá-la?

Explicita João Gouveia Monteiro a investigação que fez nesse sentido e foi, sem dúvida, a melhor a opção tomada: a versão fixada, em 2004, com acompanhamento de Sir Peter Russell a cuja memória dedicou o livro, pois Sir Peter Russell faleceu, a 22 de Junho de 2006, com a provecta idade de 92 anos.

E se também o exército romano pode considerar-se espelho das conjunturas, João Gouveia Monteiro inicia o seu Estudo Introdutório precisamente com o estudo do exército do ponto de vista militar. E aí evoca toda a documentação a que sobre o tema pôde recorrer:

- os documentos epigráficos (diplomas militares, as estelas funerárias que, aqui e além, na decoração e no texto aduzem informação singular).

- a análise do notável monumento de Adamclisi, o Trophaeum Traiani, comemorativo da vitória de Trajano sobre os Dácios, que frequentemente eu próprio apresento como exemplo curioso de monumento restaurado pelo governo romeno de Ceaucescu, comemorativo... da derrota do seu povo! Tanto a reconstituição como o museu que lhe fica próximo são, desse ponto de vista da história militar, a pôr em paralelo – e João Gouveia Monteiro fá-lo – com a coluna de Trajano, no fórum de Roma.

E não podia faltar, na verdade, uma alusão ao acampamento de Bu Njem (actual Chosol), sito nos confins do deserto da Líbia, ao sul da Tripolitânia. Tive ensejo de ouvir da boca do seu escavador, René Rebuffat, em princípios de 1978, o entusiasmo com que os trabalhos arqueológicos ali decorreram, porque encontraram, por exemplo, as lápides das quatro entradas, a explicitar que

¹⁴ Etologia e Ciências Humanas, Lisboa, 1983.

ali chegara, àquele castrum Cholaiae, a vexillatio legionis III piae vitricis, nas calendas de Fevereiro de 201 (eram côsules Muciano e Fabriano), donde acabaria por partir nas calendas de Janeiro de 205¹⁵. E na capela do pretório lá estava a dedicatória Genio Gholaiiae, pela saúde dos imperadores, e o próprio decurião não quis deixar de prestar culto ao Numen Praesens, a divindade que detinha o lugar sob sua protecção. E as inscrições em ânforas e os inúmeros ostraca ali recolhidos constituem manancial ímpar, como se adivinha!...¹⁶

Referência há também ao majestoso monumento de Nicópolis, na Grécia, mandado edificar por Augusto na colina sobranceira à enseada de Áccio, onde se travou a decisiva batalha naval entre Octaviano e as forças de Marco António e Cleópatra. Sob a monumental inscrição consagrada a Neptuno e a Marte, foram embutidos esporões de bronze dos barcos aprisionados (navalibus spoliis exornata)... E, num outro domínio, o da cultura material, alusão merece o acampamento de Haltern, cujo abundante e diversificado espólio cerâmico acabou por determinar o estabelecimento da sua classificação em tipos, de que é bem conhecida a Haltern 70, uma ânfora vinária, quiçá usada também para preparados piscícolas.

...

É a obra – tem-se por demonstrado – dedicada ao imperador Teodósio. Não nos admiraria que o hispânico Flávio Vegécio Renato – hispânico e não espanhol, essa uma das armadilhas em que, de vez em quando, mormente a bibliografia francesa cai, escrevendo Espanha em lugar de Hispânia... – dedicasse o seu tratado a um imperador de origem hispânica também e perfilhando a mesma religião cristã. E porque se interessaria tanto Teodósio pela história da República romana? E porque se justifica um manual militar, nesse findar do século IV, quando tudo já estava tão diferente dos primórdios da Cidade Eterna?

É que Roma deixara, há muito, de ser o centro do Império. A Cidade Eterna era visitada já com o que poderíamos hoje designar de «guias turísticos», livrinhos que recordavam, em cada recanto, o que ali de notável se havia passado. No Ocidente, a vida activa dos nobres, digamos assim, já não tem cenário urbano, mormente após o édito de Galieno, em 261, que, ne imperium ad optimos nobilium transferretur, como se lê em Aurélio Vítor (37, 6), retira aos senadores os altos comandos

15 Cfr., por exemplo, os textos que publicou na revista *Libya Antiqua*, 9-10, 1972-1973: «Les inscriptions des portes du camp de Bu Njem» (p. 99-120), «L'arrivée des Romains à Bu Njem» (p. 121-134), «Gholaiia» (p. 135-145).

16 «Les ostraca de Bu Njem», *Revue des Etudes Latines* 51 1973, p. 281-286. Aliás, sobre o imenso trabalho levado a efeito nesse acampamento, consulte-se a bibliografia de René Rebuffat preparada por ele próprio, in: tabbourt.perso.sfr.fr/magheb/RebuffatRene.doc (p. 13-14) [consultado a 14-10-2010].

militares. Assiste-se, pois, a partir de então, a essa espécie de primeiro renascimento clássico e pagão, de que fala Jean Gagé¹⁷: os senadores regressam à “terra” e aí se dedicam à cultura, que lhes granjeia prestígio e poder social¹⁸; por isso também, os mosaicos das villae hispânicas do século IV apresentam motivos da mitologia, que necessitam, porém, de legendas, pois poucos são já os que sabem identificar essas figuras mitológicas!...

Vegécio embarca, por conseguinte, nesse movimento, numa perspectiva de mostrar como antigamente se fazia (o seu é, na verdade, um autêntico manual de tática e de estratégia!) e, consequentemente, como ora se deveria fazer – para não deixar o Império sucumbir! A decadência do Império e as suas causas, um tema sempre em debate!...

...

Da tradução de José Eduardo Braga outros muito melhor que eu poderão ajuizar – mas aí temos, a esse propósito, a opinião abalizada da Doutora Maria Helena da Rocha Pereira, que assina o prefácio. Dir-se-á, todavia, que a apresentação do original latino (à esquerda) e da respectiva tradução (na página da direita) constitui um excepcional documento para resolução de dúvidas. Acresce o volumoso número de notas que superiormente a enriquecem.

Aqui – como já acontecia no estudo introdutório – houve uma compreensível opção gráfica: a remessa da totalidade dessas notas para o final; para o leitor, que se me perdoe o parecer, não é, todavia, nada cómodo.

Já se percebeu, portanto, que estamos perante opus magnum, resultado de vários anos de aturada investigação. Um livro para ler e para consultar. Tem o já referido Estudo Introdutório, em duas partes, uma sobre o exército romano em geral (como se disse) e outra sobre o autor e a obra (escalpelizados em todos os pormenores); explicita-se como se procedeu à edição; e vem depois, anotada, a versão bilingue. Três preciosos anexos (também eles com notas!) completam a edição: um índice temático, uma sempre útil tábua cronológica, a bibliografia e um mapa do Império ao tempo de Trajano. Sobre a bibliografia, muito actualizada, aplaudo o ter-se resistido à tentação de pôr em sigla o primeiro nome dos autores, prática que repudio e que pode induzir em erros (como é o caso, aqui, de Patrick Le Roux vir como Pierre!...).

Escolheram os autores para antecâmara, digamos assim, deste palácio bem mobilado de

¹⁷ Jean GAGÉ, *Les Classes Sociales dans l'Empire Romain*, Paris, 1964, p. 250 e 262.

¹⁸ Um prenúncio do que serão, em Portugal, nos primórdios do século XVII, as «cortes na aldeia», a que se refere Francisco Rodrigues Lobo, na obra que tem justamente esse título, publicada em 1619, quando Portugal se encontrava sob dominação filipina e os nobres se haviam refugiado, por isso, nas suas propriedades rurais.

informação e de ciência (trata-se, é verdade, de um livro que, além do mais, é bonito e de mui fácil consulta!), um texto de Marguerite Yourcenar, em epígrafe, que põe na boca do imperador Adriano uma frase deveras sintomática: «Adaptar-me-ia muito mal a um mundo sem livros», embora eles não contenham toda a realidade; neste caso, em relação à arte militar romana, eu quase ousaria afirmar que, se aqui não está toda, muito pouco haverá por faltar.

E não posso eu próprio deixar de evocar também essa autora, que soube dar-nos da História uma versão romanceada, é certo, mas com muitos laivos de fidelidade... Imagino-a sentada no sofá da sala de Lídia Storoni Mazzolani, diante do mausoléu de Adriano, o Castelo de Sant'Angelo, onde também, em Setembro de 1997, tive o privilégio de me sentar. Marguerite reescreveu parte da história de Roma;¹⁹ Lídia Mazzolani criou histórias a partir de singelas e lapidares inscrições;²⁰ João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga vieram dizer-nos que, afinal, também o exercício da guerra pode ser uma arte: a arte militar!



¹⁹ As Memórias de Adriano são, não há dúvida, o seu trabalho mais paradigmático. Há, por exemplo, uma edição portuguesa levada a efeito pela Editora Ulisseia, Lisboa, 1960, em tradução de Maria Lamas, com o título *A Vida Apaixonante de Adriano*.

²⁰ Bem sugestivo e poético o seu *Iscrizioni Funerarie Romane*, BUR Biblioteca Universale Rizzoli, Milão, 1991, sobre que tive oportunidade de fazer ampla recensão crítica (in *Conimbriga* 31 1992 p. 197-199, que reproduzi, com alterações, no livro *Estudos sobre Epigrafia*, Coimbra, 1998, p. 131-134). Por exemplo, em *Una Moglie* (1982) conta, a partir de uma epígrafe, a vida de uma mulher romana. A autora faleceu a 12 de Setembro de 2006.

AS RELAÇÕES MILITARES BRASILEIRAS DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Fernando da Silva Rodrigues¹

RESUMO:

O final dos anos 1930 foi marcado por uma forte oposição ideológica no cenário mundial. Embora ocorresse um crescimento do intervencionismo estatal, em especial com o fortalecimento de regimes autoritários como o fascismo e o nazismo, os principais países do mundo permaneciam democráticos. No entanto, a influência dos Estados Unidos começou a ser sentida com mais intensidade na América Latina, durante o desenrolar da 2ª Guerra Mundial. Conversações foram mantidas, tendo focos os mais diversos possíveis: relações econômicas; questões estratégicas, como o fornecimento de matéria-prima ou o uso de partes do território; alinhamento de doutrinas militares e fornecimento de tecnologia, tudo objetivando estabelecer uma defesa continental das Américas.

PALAVRAS-CHAVES: Guerra – Missão Militar Americana – Política.

ABSTRACT:

The end of the 1930's was marked by a strong ideological opposition in the world scenery. Though there was taking place a growth of the state interventionism, in special with the strengthening of authoritarian regimes like the Fascism and the Nazism, the main countries of the world were remaining democratic. However, the influence of the United States began to be felt by bigger intensity in the Latin America, during of Second World War. Conversations were maintained, having focuses as different as possible: economical relations; strategic questions, like the supply from raw material or to use of parts of the territory; alignment of military doctrines and supply of technology, completely aiming to establish a continental defense of Americas.

KEYWORDS: war – American Military Mission – Politics.

Este artigo tem por objetivo realizar uma breve análise de uma parte do processo de

¹ Doutor em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, Professor do curso de Graduação da UNIABEU Centro Universitário e Pesquisador do PROAPE/UNIABEU.

construção do pensamento doutrinário no Exército Brasileiro, tomando por base as suas relações militares durante os anos 1930 e 1940, principalmente, a partir da chegada da Missão Militar Americana (MMA) em 1934 que foi aos poucos substituindo o pensamento doutrinário alemão e o francês até sua consolidação com o final da Segunda Guerra Mundial. Pretendemos ainda, analisar as relações militares de compra de material bélico do Brasil com a Alemanha, a partir de 1939 até 1942, e as relações militares com os Estados Unidos, a partir da implantação de duas Comissões Mistas de Defesa (uma em Washington e outra no Rio de Janeiro) em 1942.

Nesse momento não é nosso objetivo analisar o envio de uma Força Expedicionária Brasileira (FEB) ao Teatro de Operações do Mediterrâneo, como parte da principal atividade conjunta da relação político-militar entre Brasil e Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial. Nem tampouco analisar as tensões políticas e militares resultantes do processo de envio da FEB à guerra, desde as resistências iniciais de americanos e ingleses, a dependência material e doutrinária da unidade combatente brasileira, até a complexa rotina de relações entre os comandos do V Exército norte-americano e da FEB, na Itália.

No final dos anos 1930 e início dos anos 1940, o contexto político mundial poderia representar o perigo de alinhamento ou cooperação de nações latino-americanas ao regime nazi-fascista da Europa. Dentro dessa perspectiva, percebemos uma disputa velada entre a Alemanha e os Estados Unidos da América, pela venda de material bélico, o que poderia representar na aproximação e no alinhamento direto com o Brasil, um Estado forte e estrategicamente importante no contexto político e geográfico do continente sul-americano e do Atlântico Sul.

A disputa ocorria no campo da aquisição de material bélico; da formação doutrinária do Exército, e da modernização da estrutura militar de ensino.

No entanto, uma análise mais profunda sobre o fato histórico pode revelar que houve um fechamento de olhos das autoridades norte-americanas em relação as atividades estabelecidas entre o Brasil e Alemanha. Essa atividade pode ser percebida como um mal menor, pois, naquele momento, interessava mais os objetivos políticos dos Estados Unidos, que visavam a consolidação de seu sistema de poder na região através do incentivo a união dos países americanos.

Por outro lado podemos dizer que Vargas teria aguardado o desenvolvimento do conflito para comprometer o Estado no momento certo, ao lado do possível vencedor, como expressão de autonomia política de seu governo.

Teoricamente, a guerra total torna a capacidade de autonomia política dos Estados periféricos mais limitados. No entanto, nessa situação de conflito aumenta as possibilidades de barganha dos Estados mais fracos, negociando seus alinhamentos antes que as grandes potências estivessem em condições de impô-los. É neste momento que se abre o espaço necessário para estabelecer melhores negociações entre Estados assimétricos. O maior objetivo do Estado periférico nesse momento é a busca de seus interesses nacionais. Estes tentam maximizar a probabilidade de alcançar seus objetivos, não importando os meios utilizados para isso.

Com relação a produção bibliográfica sobre o envolvimento do Brasil e sua política externa durante a Segunda Guerra Mundial, a pesquisa mostrou que é bastante extensa. Dos autores que estudados, podemos destacar a obra do brasilianista, Frank Mc Cann², que priorizou aspectos conjunturais como forma de explicar o envolvimento do Brasil no conflito. Mc Cann estudou o Brasil sob um ponto de vista estritamente doméstico, onde a cultura política das elites brasileiras interagiu com a cultura política das elites estrangeiras, sendo que estas relações tornaram-se o objeto básico para se entender a política externa brasileira.

Frank McCann tem como eixo principal de sua análise as relações político-militares do Brasil com os Estados Unidos principalmente durante a Guerra.

Em Gerson Moura³ o destaque é dado aos fatores estruturais, inseridos no sistema internacional, que delimitam as opções e o campo de ação da política externa dos países.

Sua abordagem teórica é bastante complexa, utilizando uma bibliografia específica do campo das Relações Internacionais, e de análise e descrição da Política Externa do Brasil na época.

A obra é extremamente importante, pois, conjuga as influências sistêmicas com fatores conjunturais, de política interna.

Outra obra destacada mostra o quanto o envolvimento de países periféricos num momento de guerra total é explicado mais por condições do sistema internacional em guerra, do que por suas decisões autônomas de participação no conflito.

Nesse caso temos o trabalho de Vagner Camilo Alves⁴ que contribui no somatório das excelentes produções bibliográficas sobre as relações internacionais e política externa do Brasil na

2 MC CANN, Frank D (1995). *A Aliança Brasil – EUA, 1937 a 1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

3 MOURA, Gerson (1980). *Autonomia na Dependência: a Política Externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

4 CAMILO, Vagner (2002). *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado*. Rio de Janeiro: PUC-RJ; São Paulo: Loyola.

Segunda Guerra Mundial. Podemos destacar na obra o ângulo de análise que utiliza para observar o processo de envolvimento brasileiro no conflito. O argumento utilizado enfatiza o papel estruturante da guerra total.

Seu trabalho dialoga com os argumentos desenvolvidos em estudos como os de Gerson Moura e Frank Mc Cann, que tratam de fatores internacionais e internos na formação da política externa brasileira nos anos 1930 e 1940.

Sua contribuição é bastante inovadora, ao situar o poder de barganha do Brasil com os Estados Unidos no tempo e no espaço, pois, a vitória alemã sobre a França em 1940 inaugura um novo cenário estratégico. Com relação a defesa continental, o Brasil ganhava importância em vista de seu litoral nordeste, visto como ponto para uma possível invasão alemã no continente, ou seja, esse poder de barganha é circunstancial, relativo à conjuntura específica de uma determinada fase da guerra e do peso estratégico do Brasil diante dos objetivos norte-americanos.

A CHEGADA DA MISSÃO MILITAR AMERICANA

Em 1934, foi contratada uma MMA composta por três oficiais, chefiada por um oficial especializado em Artilharia de Costa. Sua atuação se deu primeiro, na criação do Centro de Instrução de Artilharia de Costa⁵ (CIAC), com sede na Capital Federal, no Forte da Vigia, sendo que provisoriamente, sua sede passou a ser a Fortaleza de São João, nas dependências do 2º Grupo de Artilharia de Costa⁶; e segundo, na Escola Técnica do Exército⁷ (ETE).

O contrato com a Missão Militar Americana foi renovado, em 12 de novembro de 1936⁸, nesse momento para cooperar com o Estado Maior do Exército brasileiro, atuando junto a Inspeção de Defesa de Costa⁹, e com Oficiais do Exército brasileiro, no desenvolvimento e funcionamento do Centro de Instrução de Artilharia de Costa, além de superintender os seus cursos e auxiliar a

5 AHEX. Boletim do Exército N. 06, de 31 de janeiro de 1934. Publica o Aviso Ministerial N. 78, de 30 de janeiro de 1934.

6 AHEX. Boletim do Exército N. 10, de 20 de fevereiro de 1934.

7 A antiga Escola de Engenharia Militar criada em 1930, que funcionava na rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, mudou de nome, em 1933, para Escola Técnica do Exército, e em 1934 foi instalada na rua Moncorvo Filho, no Centro do Rio de Janeiro. Em 1942, a sede da ETE foi transferida para o atual prédio do Instituto Militar de Engenharia (IME), na Praia Vermelha.

8 *Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército* (1996). Compilado pelo Coronel Diniz Esteves. Brasília: Edição do EME, p. 212-213.

9 A Inspeção de Defesa de Costa instituída pelo decreto N. 24.287, de 24 de maio de 1934, tinha suas funções acumuladas com as do Distrito de Artilharia de Costa da 1ª Região Militar. Assunto completamente novo no Brasil, mal codificado ou apenas em ensaio em outras nações mais velhas em atividades bélicas. A questão profissional foi encaminhada para os Estados Unidos, através do contrato de uma Missão Militar em 1934, renovado em novembro de 1936. Pela grande dimensão de seu território, limitado por um enorme litoral marítimo de configuração multiforme, servida de inúmeros portos e importantes vias fluviais, os Estados Unidos se colocava em condições de aperfeiçoar um estudo completo e variado sobre o uso da Artilharia de Costa, que serviu aos interesses do Exército brasileiro.

instrução. A Missão, chefiada pelo General de Brigada *Allen Kimberly* (EUA), tinha também, a seu cargo os cursos de Fortificação Permanente e Guerra Química, na Escola Técnica do Exército (ETE), onde deveria auxiliar as respectivas instruções.

A Inspeção da Defesa de Costa procurou uniformizar a instrução dessa especialidade da Artilharia em todo o Brasil. O problema de direção de fogo foi solucionado com a atuação direta do Capitão W. D. Hohenthal, em 1935, da MMA, com a invenção de um sistema de direção de fogo que foi oferecido ao Exército brasileiro¹⁰.

O aparelho foi construído em uma oficina de precisão do CIAC, apresentando bons resultados na aplicação do exercício de tiro real, sobre alvo móvel, realizado pelo Forte de Copacabana.

Em 1936, o CIAC foi considerado pelo Alto Comando da Artilharia e pelo próprio Ministro da Guerra, General de Divisão João Gomes Ribeiro Filho, fonte irradiadora dos modernos conhecimentos, condição obtida com a contratação da MMA. No relatório do Ministério da Guerra de 1936, observasse a admiração do relator com os resultados obtidos e o desempenho da MMA no ano de 1935, no que diz respeito a transmissão de conhecimentos profissionais e no fortalecimento dos laços de amizade entre os militares dos dois países.

No CIAC funcionavam três cursos: curso de comando para Oficiais superiores; curso de Capitães e Oficiais subalternos; e o curso de aperfeiçoamento para Sargentos. O primeiro tinha por objetivo formar a direção das unidades de Artilharia de Costa; o segundo, formar os Oficiais comandantes das Baterias e linhas de tiro das unidades de Artilharia de Costa; e o terceiro, formar os Sargentos comandantes de seção de tiro das unidades de Artilharia de Costa.

No entanto, a influência norte-americana começa a ser sentida com maior intensidade a partir de 1939, principalmente, no momento em que já está em andamento a Segunda Guerra Mundial.

Conversações secretas e ostensivas são mantidas por interesses diversos do governo dos Estados Unidos da América e do Brasil, como o caso das relações militares estratégicas, envolvendo o estabelecimento de bases militares no norte e nordeste brasileiro, com o objetivo de dinamizar a defesa ao sul do continente americano.

São iniciadas também, negociações para o estabelecimento de um convênio militar entre Brasil e Estados Unidos, pelo qual são enviados oficiais brasileiros para aperfeiçoarem seus conhecimentos profissionais¹¹, como também são realizadas visitas de oficiais brasileiros do Alto

¹⁰ AHEx. Relatório do Ministro da Guerra de 1936.

¹¹ AHEx. Decreto-lei 1.776, de 17 de novembro de 1939, que autoriza o Ministro da Guerra a enviar, aos Estados Unidos

Escalão para conhecer a organização do Exército dos Estados Unidos, assim como recebemos a visita de oficiais do Alto Escalão daquele Exército.

Com relação a essa aproximação entre os dois países, podemos destacar a visita da Delegação Militar dos Estados Unidos, no período de 14 a 23 de novembro de 1939, chefiada pelo General Delos C. Emmons, que trouxe sete Fortalezas Voadoras (Bombardeiros B-17), representando o governo e o Exército norte-americano nas festas comemorativas do cinquentenário da Proclamação da República. Ou o caso da visita de uma Delegação Militar Brasileira, chefiada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General Pedro Aurélio de Góis Monteiro, destinada a retribuir a visita da Delegação Militar norte-americana, chefiada pelo General Marshall, no período de 25 de maio a 07 de junho de 1939¹².

Segundo Jehovah Motta¹³, a ida desses Oficiais aos Estados Unidos, com o decorrer do tempo aumentou o entrosamento entre os integrantes dos dois Exércitos, pois no retorno esses Oficiais traziam novas idéias sobre a organização, armamento, currículos, mas principalmente padrões e estilos de trabalhos e de convivência militar.

No relatório de 1937, o General Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra analisa a situação do Exército brasileiro em relação ao aparelhamento de material bélico. O ministro relata ao presidente da república o problema relacionado a falta de armamento, articulando sua discussão a necessidade de um Estado nacional condicionar suas ações políticas ao poder das armas que possui, não por ambição, nem por simples domínio hegemônico no continente, mas, para salvaguardar o respeito dos outros países. Segundo o General Dutra, o Brasil não deveria contar com a confiança da possível cordialidade internacional. Destaca ainda, a necessidade de se quebrar a dependência estrangeira, criando-se indústrias militares nacionais para suprirem a necessidade interna por material bélico de qualidade.

O General Dutra, Ministro da Guerra, destacou mais uma vez no ano de 1942¹⁴, o problema de material do Exército Brasileiro, relacionado, principalmente, com a necessidade da fabricação nacional dos nossos materiais de guerra. Articula a questão do material bélico com a necessidade de grande esforço na organização nacional, que estimulasse o progresso geral. Destaca no seu relatório, o patriotismo sadio do povo brasileiro e a riqueza de matéria-prima existente no território.

da América, oficiais do Exército brasileiro para aperfeiçoarem seus conhecimentos profissionais.

12 AHEx. Relatório do Ministério da Guerra de 1940, p. 40.

13 MOTTA, Jehovah (1998). *Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, p. 299.

14 AHEx. Relatório do Ministério da Guerra de 1942.

A produção historiográfica sobre o tema discutido nesse estudo¹⁵ identifica o desenvolvimento e as atividades dos regimes autoritários na Europa como o pontapé para que os Estados Unidos desse maior ênfase aos seus preparativos para uma provável nova Grande Guerra. No contexto de uma política internacional para as Américas, o Departamento de Estado Norte-Americano faz nova avaliação da política da “Boa-Vizinhança” com a América Latina, em termos de colaboração militar. Política baseada no princípio da defesa que inclui não só o território continental dos Estados Unidos, mas também o Caribe; o Alasca e a Terra Nova, ao Norte; e o Nordeste brasileiro e as ilhas Galápagos ao sul.

Diante desta política de defesa continental, o governo norte-americano necessita de mais bases militares, em países estratégicos, que seriam adquiridas a partir de tratados bilaterais especiais. Informalmente, os chefes da defesa dos Estados Unidos preparam planos unilaterais de ocupação dos países estratégicos, caso as propostas diplomáticas falhassem ou houvesse grandes interesses americanos na manutenção da paz interna continental.

No princípio a estratégia elaborada não previa a participação conjunta de tropas latino-americanas e dos Estados Unidos num conflito aberto, sendo os primeiros responsáveis apenas pela defesa do hemisfério, com a contribuição dentro das suas escassas possibilidades, questão que evoluiu posteriormente, com a participação brasileira na guerra.

Com relação ao reconhecimento da importância da América Latina para aquele momento, o Secretário de Estado Norte-Americano Cordell Hull determina a reorganização das seções latino-americanas do Departamento de Estado. Cria-se em 1938, uma Divisão de Repúblicas Americanas que absorveu a Divisão de Assuntos Latino-Americanos e Mexicanos, que coopera com outros órgãos do governo para estabelecer uma boa relação entre os Estados Unidos e a América Latina.

Segundo Frank D. McCann¹⁶, o presidente Roosevelt deu, em fevereiro de 1938, o primeiro passo ao determinar recursos para constituir uma comissão interamericana para estabelecer uma política de transmissões radiofônicas internacionais que visassem equilibrar, via ondas curtas, a propaganda nazista e em junho é criada a Divisão de Relações Culturais do Departamento de Estado para incentivar cooperação intelectual. Em pouco tempo, as grandes redes norte-americanas tinham permissão, da Comissão Federal de Comunicação, para transmitir programas em ondas curtas em

15 CONN, Stetson e FAIRCHILD, Byron (2000). *A Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental. O exército dos EUA na Segunda Guerra Mundial*. Tradução de Luis César Silveira da Fonseca. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, p. 23-24.
16 MC CANN, Frank D (1995). *A Aliança Brasil – EUA, 1937 a 1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, p. 92.

português e espanhol. Com subsídios do governo, empresas de transporte inauguraram um serviço regular de linhas a vapor de passageiros para o Rio de Janeiro e Buenos Aires. Tão confortáveis quanto os navios alemães que circulavam na costa do Atlântico Sul. A companhia oferecia tarifas especiais a professores e alunos, que fossem passar um ano no país de destino.

A partir de 1938, o Departamento de Estado¹⁷ norte-americano determina a prestação de ajuda militar a fim de fortalecer os laços de amizade entre os Estados Unidos e a América Latina, lançando as bases de uma cooperação militar e naval mais próxima de uma realidade de contrapor as investidas nazistas. A cooperação consistia no treinamento de militares latino-americanos em escolas das Armas nos Estados Unidos; realização de vôos freqüentes de demonstração das aeronaves americanas e visitas aos navios de guerra; convites a oficiais latino-americanos de alta patente para visitar os Estados Unidos; fornecimento de publicações das Forças Armadas dos Estados Unidos para Bibliotecas militares e a designação de mais adidos militares e navais para o continente americano. Todos esses itens estavam vinculados ideologicamente à questão da solidariedade interamericana, de interesse dos Estados Unidos.

No entanto, o centro de uma discussão para as questões militares, dizia respeito ao envio de armamento moderno, o que tanto desejavam os países latino-americanos, e que poderia gerar o desequilíbrio de poder na América Latina. Além disso, o suprimento de armas, pelos EUA, em que era fundamental a cooperação militar, tinha vários obstáculos à sua realização, tais como: legislação restritiva; incapacidade das indústrias bélicas norte-americanas de produzirem a preço e condições de pagamento viável aos países latino-americanos.

O preço e a capacidade de pagamento fizeram com que países latino-americanos, a exemplo do Brasil, decidissem voltar seu interesse para a compra de armamento na Europa, principalmente na Alemanha.

AS RELAÇÕES MILITARES ENTRE BRASIL E ALEMANHA (1938-1942)

Em vinte e cinco de março de 1938, uma Comissão Militar Brasileira, firmou contrato de aquisição de grande quantidade de material de Artilharia de Campanha¹⁸, da Alemanha, no valor de 8.281.383 libras esterlinas. O contrato deve ter sido considerado pelos especialistas militares da época

¹⁷ Ibid, p. 93.

¹⁸ AHEx. Acervo do EME. Comissão Militar Brasileira em Essen, Alemanha. Contrato publicado pela Imprensa Militar do Rio de Janeiro em 1938.

e pela perspectiva do momento, de que a Alemanha estava em melhores condições para o fornecimento do material. O contrato fora assinado com autorização do Presidente do Brasil, entre o Ministério da Guerra e da Fazenda e a firma Fried. Krupp A. G. de Essen, Alemanha, para o fornecimento de material de Artilharia ao Exército brasileiro, e foi classificado como “Absolutamente Secreto”, sendo que, uma das cláusulas, proibia a divulgação do conteúdo do contrato para outras potências.

O resultado desse contrato foi o envio de uma Comissão Fiscalizadora para receber, realizar experiências e ensaios com o material na Alemanha. Além disso, ao analisar os registros militares do Coronel de Artilharia Anôr Teixeira dos Santos¹⁹ do Segundo Semestre de 1940, observasse que fora designado para chefiar a Comissão Militar Brasileira de *Essen*, na Alemanha, para observação e compra de material bélico.

Em 8 de setembro de 1940, a comitiva partiu para Berlim a fim de se apresentar na embaixada brasileira na Alemanha, sendo que no dia 25 de setembro já estavam na cidade de *Meppen* com a finalidade de assistir provas de tiro e realizar o recebimento de canhões de campanha de 75 mm. No dia 10 de outubro seguiram para a cidade de *Weimar*, para visitar as instalações da Fábrica *Gustloff-Werke* e no dia quatro de novembro foram para Frankfurt para visitar instalações da Casa *Matra-Werke* e assistir à recepção de reboque-oficina. Em 11 de novembro foram para a cidade de *Kassel* com o objetivo de visitar as instalações *Henschel-Werke*, e de 26 de dezembro a 31 de dezembro de 1940, ficaram em *Munich* visitando às instalações da Fábrica *Krauss & Maffei*.

No ano de 1941, a comitiva permaneceu em Berlim do dia primeiro de janeiro a seis de janeiro, em visita às instalações da Casa *Siemens-Schuckert*, e tratando de interesses da Comissão, junto à Embaixada do Brasil. Em 31 de janeiro chegaram em *Celsenkirehen* para assistir à recepção das viaturas-munição para material de artilharia 75 mm, regressando em 21 de abril para *Meppen*, para verificar as provas de tiro com os protótipos do obuzeiro de campanha 105 mm, e do canhão de campanha 105 mm. Em 11 de agosto, novamente a Comissão estava em *Meppen* para assistir agora as provas de tiro dos protótipos dos obuzeiros de campanha 150 mm, e 105 mm.

Somente em 29 de janeiro de 1942, sabendo por intermédio da Embaixada do Brasil sobre o rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha, foi que a Comissão Militar Brasileira em *Essen* suspendeu os trabalhos e mandou encaixotar os arquivos do grupo que ficou sob a guarda da Casa *Krupp*. Como podemos perceber essa intensa relação comercial entre Brasil e Alemanha com o

¹⁹ AHEx. Registros do Chefe da Comissão Militar Brasileira, Coronel Anôr Teixeira dos Santos.

objetivo de observar e comprar material bélico ocorria em pleno desenvolvimento da Segunda Guerra Mundial, pois somente após o rompimento da relação diplomática, foi que a Comissão retornou ao Brasil.

Além dessa tensão no continente americano, verificasse a tentativa de cooptação das nações estrangeiras, como foi o caso analisado através do ofício Reservado de 09 de janeiro de 1942²⁰, do Chefe do Estado-Maior do Exército Brasileiro ao Ministro da Guerra, relatando que foi procurado pelo General Major *Niedefuher*, Adido Militar à Embaixada alemã, no Rio de Janeiro, reclamando amistosamente das publicações na imprensa do Brasil, que o dava como Chefe da Quinta Coluna na América Meridional, ou relatando que o Coronel *Naokata*, Adido Militar à Embaixada do Japão, apresentou ao EME boletins sobre resumos de operações de guerra no Pacífico, com os resultados obtidos desde o rompimento das hostilidades nessa área, fornecido pelo Quartel General Imperial de Tóquio.

Podemos entender pelos acontecimentos do período que existia uma grande preocupação dos Estados Unidos da América com as possíveis alianças e ataques dos países do Eixo ao continente americano, fato observado através do ofício Reservado de nove de janeiro de 1942²¹ em que o Chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro comunica ao Ministro da Guerra, que foi procurado pelo Brigadeiro-General (EUA) *Lehman Miler*, Adido Militar à Embaixada dos Estados Unidos, no Rio de Janeiro, que o fez ciente do desejo do General *Marshall*, Chefe do Estado-Maior (EUA), de que fosse estabelecido um sistema de vigilância preventivo na região amazônica do Rio Branco, semelhante ao que já havia sido conseguido na Venezuela, Colômbia e Guianas, pelo receio de se preparar por agentes dos países do Eixo atentados ou mesmo ataques à Zona do Canal do Panamá. O adido norte-americano solicitava ainda, informações sobre a região mencionada, sobre campos de aviação e transporte de gasolina, e permissão para um avião dos Estados Unidos fosse até lá em exploração.

DE VOLTA AOS BRAÇOS DO TIO SAM

Com relação às Relações Diplomáticas, podemos perceber que o alinhamento dos países da América Latina se consolidou na Conferência do Rio²², realizada entre 15 e 28 de janeiro de 1942

20 AHEx. Acervo da FEB. Documentos da Guerra, de 1939 – 1942.

21 AHEx. Acervo da FEB. Documentos da Guerra, de 1939 – 1942.

22 O ataque japonês a “Pearl Harbor” em 7 de dezembro de 1941 acelera os esforços do governo norte-americano de unificação das nações americanas, que convoca a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas.

quando se atingiu o ponto máximo dos esforços norte-americanos com relação à coordenação de uma política internacional para o continente, em oposição ao nazi-fascismo. O principal objetivo da reunião era a aprovação de uma resolução de rompimento que fosse declarado por ocasião da Reunião dos Chanceleres. No entanto, pela recusa das delegações da Argentina e do Chile em assinar a declaração fora aprovada uma resolução que apenas recomendava o rompimento das relações com os países do eixo. O Brasil rompe as relações diplomáticas com a Alemanha em 28 de janeiro de 1942, depois da Reunião dos Chanceleres, e o preço dessa decisão foi o afundamento de navios mercantes na costa brasileira.

Já na preparação da Conferência, vinte e seis países assinam em Washington, como Nações Unidas, a declaração de guerra contra os países do Eixo, em primeiro de janeiro de 1942, o que provoca um protesto argentino ao governo dos Estados Unidos, baseado no fato de que a decisão feria o princípio da “consulta prévia”, consagrado na Declaração de Lima em 1938, o que torna mais delicada a relação da Argentina com os Estados Unidos permitindo ao governo brasileiro, consolidar sua posição de aliado especial, arrancando concessões econômicas e militares dos Estados Unidos, o que poucos países na América conseguiram.

No decorrer da reunião, a delegação norte-americana precisa negociar o apoio de vários países latino-americanos aos seus projetos. Estabeleceram-se acordos bilaterais sobre assistência econômica e financeira, remessa de armas e assistência militar. Foi ainda aprovada uma resolução definindo a cooperação para a proteção das Repúblicas Americanas até que desaparecessem os efeitos do conflito na Europa e no mundo. O Brasil declarou guerra aos países do eixo em agosto de 1942, com a formalização do estado de beligerância²³ de 31 de agosto daquele ano. Em consequência do estado de beligerância que o mundo vivia o Brasil assinou um convênio político-militar com os Estados Unidos da América, em 27 de maio de 1942²⁴.

Em 30 de Dezembro de 1942, realizou-se no Palácio do Itamarati a posse dos membros brasileiros e norte-americanos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos da América, criada para articular as medidas necessárias a uma cooperação eficiente e normal entre as autoridades militares dos dois países. A Comissão foi constituída por três oficiais brasileiros: General de Divisão Cristóvão de Castro Barcelos, Contra-Almirante Guilherme Rieken, e o Coronel Aviador Carlos Pfaltzgraff

23 AHEX. Decreto n. 10.358, que declara o estado de guerra contra a Alemanha e Itália.

24 CARVALHO, Luiz Paulo Macedo (coord.) (1998). *O Exército na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, Salvador: Odebrecht. Vol. 3. p. 164-165. Convênio Político-Militar entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América redigido de acordo com as modificações apresentadas pelo Governo norte-americano, em 27 de maio de 1942.

Brasil, que nela representavam, respectivamente, o Exército, a Marinha e a Força Aérea do Brasil; e por três oficiais norte-americanos, representantes também de cada um daqueles três elementos da organização militar americana. São eles: para a Marinha, o Contra-Almirante A. Toutant Beauregard e o Capitão-de-Corveta C. W. Lord, para o Exército, o Coronel Francis B. Kane, e para a Força Aérea, o Tenente-Coronel J. C. Selser Júnior.

Em Washington constituiu-se outra Comissão Mista, chefiada pelo General Estevão Leitão de Carvalho, e integrada pelo Vice-Almirante Álvaro Rodrigues de Vasconcelos e Coronel Vasco Alves Seco, representantes do Exército, da Marinha e da Força Aérea Brasileira, e por autoridades militares norte-americanas.

Antes disso, em 18 de outubro de 1941, antes mesmo da Conferência do Rio, Brasil e Estados Unidos haviam concluído um acordo relativo ao fornecimento de informações e artigos de defesa, com o objetivo de estreitar a cooperação para a segurança do continente.

O convênio acordou o estabelecimento de normas e condições que regulariam o concurso de suas forças militares e econômicas na defesa comum do continente americano, o qual foi assinado pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha, e pelo embaixador dos Estados Unidos, Jefferson Caffery, conforme trechos abaixo:

Artigo I

- a) Ficam criadas duas comissões técnico-militares mistas brasileiro-americanas: uma no Brasil e outra nos Estados Unidos da América. Estas comissões seriam compostas do pessoal do Exército, da Marinha e das Forças Aéreas de ambos os países.
- b) Estas comissões ficariam encarregadas da elaboração de planos minuciosos e de estabelecer acordos entre os Estados Maiores, necessários à defesa mútua. Esses planos abrangeriam, entre outros assuntos e medidas, os acordos sobre comando nas zonas de operações que pudessem ser previstos.
- c)

Artigo II – O emprego das forças brasileiras seria dentro de seu território; entretanto, em casos especiais, mediante decisão do Governo do Brasil, poderiam ser destacadas para outros pontos do continente, de cuja segurança e defesa tivessem que participar.

Artigo III – No caso de ataque ao território nacional por forças extracontinentais, os Estados Unidos da América dariam auxílio imediato de suas forças para a defesa do Brasil. No caso de ameaça de ataque, os Governos deveriam decidir sobre as medidas preventivas que deveriam ser adotadas, baseadas nos planos preparados pelas comissões mistas. Em todos os casos, as Forças Armadas norte-americanas só poderiam ficar estacionadas em território nacional do Brasil a pedido especial do Governo brasileiro.

Artigo IV – As bases navais e aéreas no território poderiam ser guarnecidas por forças

dos Estados Unidos da América, a pedido do Governo brasileiro, ficando as condições de comando e responsabilidade nas zonas de operações, a serem reguladas pelas comissões mistas.

Artigo V – O Governo brasileiro, por solicitação do Governo norte-americano, poderia permitir o estacionamento de formações ou grupos de técnicos e especialistas norte-americanos, em pontos do território brasileiro, como auxiliares das forças militares dos Estados Unidos da América em trânsito ou em operações, e bem assim o uso de suas instalações navais e aeronáuticas.

Artigo VI – O Governo brasileiro facultaria ao Governo norte-americano a construção de depósitos e instalações, inclusive para o pessoal, assim como a organização de que careciam em território nacional, para o reaproveitamento e auxílio de suas formações militares.

Artigo VII – No caso de agressão ao Brasil por outra República americana que, na opinião do Governo dos Estados Unidos da América, seja simpática às potências do Eixo ou por eles instigadas, os Estados Unidos da América forneceriam ao Brasil a assistência necessária à sua segurança nacional e à manutenção no poder daquele Governo. Essa assistência far-se-ia sob a forma de fornecimento de material bélico e, se houvesse pedido formal do Governo do Brasil, ela se converteria também em cooperação das suas Forças Armadas.

Com relação ao Artigo I, o Embaixador Jefferson Caffery em documento²⁵ enviado ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil formaliza claramente a sugestão do Departamento de Estado norte-americano para a criação em Washington da Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, com representações das Instituições militares dos dois países. O embaixador dos EUA coloca ainda, que a Comissão poderia ocupar-se de todos os assuntos técnicos relacionados com a cooperação de defesa, amistosamente e com plena compreensão, em cada caso, das dificuldades peculiares que pudessem existir por parte do Brasil; e também dos armamentos solicitados em várias ocasiões pelo Brasil, formalizando dessa maneira as ações que seriam estabelecidas somente em 1942, com a concretização da situação beligerante do Brasil em relação aos países do eixo.

Os outros artigos definem a postura dos Estados Unidos frente as ameaças externas ao território brasileiro e o interesse da estabilização das relações políticas com o Brasil. Os artigos II, IV, V e VI colocados pelo Convênio seriam estabelecidos de acordo com a necessidade política e militar, no decorrer do ano de 1942 até 1945. O artigo VII poderia representar ainda, o aumento da tensão existente entre a Argentina e o Brasil, tensão essa desenvolvida ao longo da história dos dois países, que disputavam a hegemonia sul-americana.

25 AHEx. Acervo da FEB. Documentos da Guerra, de 1939-1942. Carta do Embaixador dos EUA, de 18 de fevereiro de 1942, ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil.

No entanto, fosse porque o Brasil não quisesse entrar prematuramente por um caminho que conduziria ao abandono da neutralidade; fosse porque julgasse remota a ameaça ao território nacional; ou porque considerasse a defesa da região mais de interesse dos norte-americanos do que dos brasileiros, não foram estabelecidas as bases para a definição de um acordo militar que definisse o posicionamento brasileiro, nem mesmo a presença, no Rio de Janeiro, no segundo semestre de 1941, da Comissão Militar Americana, incumbida de estudar, com o Estado-Maior brasileiro, a organização da defesa do território ameaçado, conseguiu resolver a questão pendente. Ficou, assim, retardada a elaboração do plano de cooperação militar, até a ruptura das relações diplomáticas com as potências do Eixo, em 28 de janeiro de 1942.

Como podemos perceber com a documentação analisada, de fato, os primeiros passos dados no Brasil com a finalidade de imprimir cunho prático à cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos para a defesa do continente foi provocado pela visita do General Marshall, no período de 25 de maio a 07 de junho de 1939. Dessa visita, como das duas que o Chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro fez aos Estados Unidos, não resultou em um plano coerente de cooperação militar. No campo das promessas ficou o governo norte-americano, de auxiliar o Brasil com material, para dar maior eficácia nas ações que o país tivesse de executar. Promessas do governo brasileiro, de organizar convenientemente a defesa do norte e do nordeste contra possíveis ataques de forças militares dos países do Eixo. Só nas promessas parece ter sido tudo a que se chegou nessa ocasião. Promessas que se foram concretizando através de medidas esporádicas, tomadas para atender à pressão dos acontecimentos, enquanto esperavam a solução conjunta do problema.

Das negociações iniciais resultou a concessão à Panair para a construção das bases no Norte e no Nordeste²⁶.

Outras negociações foram conduzidas pelos estadunidenses com o fim de se traçar o plano de defesa da região em que essas bases se encontravam, uma vez que, deslocada, com o consentimento do Estado brasileiro, a defesa estratégica do Canal do Panamá para o Nordeste do Brasil, tinham eles todo interesse que essas bases fossem convenientemente guardadas contra ações diretas ou indiretas, do inimigo eventual.

26 AHEX. Acervo da FEB. Relatório Geral do Chefe da Delegação Brasileira à Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, Washington, 1945, p. 01. Com relação à história da empresa, a **Panair do Brasil S.A.** foi uma das companhias aéreas pioneiras do país. Nasceu como subsidiária de uma empresa norte-americana, a NYRBA (New York-Rio-Buenos Aires), em 1929. Incorporada pela Pan Am em 1930, teve seu nome modificado de *Nyrba do Brasil* para *Panair do Brasil*, em referência à empresa controladora (**Pan American Airways**).

A questão da defesa estratégica continental pode ser observada claramente no Relatório do Chefe do Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos ao Secretário da Guerra, relativo aos anos de 1941-1943, que declara, “*ser vital para a segurança do Canal do Panamá que os diferentes caminhos da aproximação, através do território brasileiro, estejam em mão amigas e adequadamente guardados*”²⁷.

Como verificamos, foi com a entrada dos Estados Unidos na guerra, seguida da reunião de consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos países americanos, no Rio de Janeiro, que deu à questão um caráter de gravidade aguda, que necessitava urgente solução.

O fracasso das negociações anteriores havia gerado um ambiente difícil para o êxito dos entendimentos. Aliaram-se Brasil e Estados Unidos a novos estudos de cooperação, dos quais resultou o Acordo de 23 de maio de 1942 (Convênio político-militar para regularizar os problemas de defesa), que previa a constituição de duas comissões mista, compostas por militares dos dois países, uma com sede no Rio de Janeiro, e outra com sede em Washington. Para constituir a comissão de Washington, foi designada a Delegação brasileira nos últimos dias de julho, e um mês antes da entrada do Brasil na guerra.

A Comissão Mista de Washington foi instalada, a 25 de agosto de 1942, entrando a questão em sua fase final, sendo examinada a partir daquele momento com mais objetividade. Segundo o General Estevão Leitão de Carvalho, inspirava as duas Delegações o propósito de eliminar de vez as divergências que, durante tanto tempo, haviam impedido que se chegasse a resultados práticos²⁸.

O fundamento dessas divergências nunca foi claramente exposto, mas tudo leva a crer que resultou, em grande parte, na crença, existente entre autoridades militares brasileiras, de que a organização da defesa do Nordeste interessava mais aos Estados Unidos, cuja segurança estratégica serviria. O Brasil deveria tirar proveito da situação para dar um grande avanço na modernização do equipamento industrial e de transporte, como também, obter material bélico destinado à defesa do Sul e do Sudoeste. As negociações falharam, quando levadas por esse caminho. Por demais, não se tinham fixado, em números precisos, com se fazia necessário, desde o primeiro momento, as necessidades de material e efetivo a empregar no Nordeste brasileiro.

As primeiras questões submetidas a estudo na Comissão de Washington consistiram em

27 AHEX. Acervo da FEB. Relatório Geral do Chefe da Delegação Brasileira à Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, Washington, 1945, p. 2.

28 AHEX. Acervo da FEB. Relatório Geral do Chefe da Delegação Brasileira à Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, Washington, 1945, p. 4.

assuntos especiais de interesse imediato, referentes à regulamentação das atividades militares no Norte e Nordeste brasileiro e ao fornecimento de alguns materiais para o Brasil, recomendações que sugeriam: entrega de 18 aviões A-29 à Força Aérea Brasileira, para o patrulhamento da costa norte e nordeste do Brasil, em colaboração com a Marinha dos Estados Unidos; segurança da base militar e regime disciplinar dos soldados e marinheiros, no Brasil; centralização, em Washington, das comissões brasileiras de compra de material bélico; fornecimento de armas automáticas para a defesa imediata dos campos de aviação, aeródromos, zonas de abastecimento de combustível e instalações de defesa das zonas de Belém, Natal e Recife; e o estabelecimento de enfermarias hospitalares norte-americanas no território brasileiro em que estavam localizadas as Bases utilizadas pelos norte-americanos.

Dos estudos preliminares ficara evidenciada a necessidade de um maior entendimento da Comissão Mista de Washington com as autoridades militares brasileiras, para conhecer-lhes a opinião sobre questões de caráter fundamental no traçado do plano para a colaboração projetada.

Como podemos verificar nessa discussão, o apoio ao governo brasileiro veio principalmente por meio de assuntos militares, apesar do governo Vargas ter se tornado um regime autoritário, após a instalação do Estado Novo em 1937, e dos insinuantes acenos de boa vontade de autoridades brasileiras para com a política nazi-fascista. Roosevelt seguia a tradicional política dos Estados Unidos de reconhecerem governos de *facto*²⁹, independente de sua composição política ou do processo como chegaram ao poder.

O interesse do governo norte-americano não era no estado ideológico do governo Vargas, e sim mantê-lo cooperativo e útil aos interesses dos Estados Unidos. E a Vargas, tudo indica que interessava mais sua política nacional desenvolvimentista do que a questão ideológica do seu regime. Havia a necessidade de manter o Brasil longe dos interesses comunistas e fascistas. Vargas se tornou o preferido, o mal menor, melhor que o desconforto de um regime político contrário aos interesses norte-americanos, dentro do continente.

O contexto da política internacional americana parece um jogo de xadrez, com as apostas de Vargas numa falsa neutralidade, mas com todos os indícios levando-o para o alinhamento com os Estados Unidos da América e o afastando da Europa. Seria o Brasil o principal obstáculo as atividades do Eixo na América do Sul, mas para isso era preciso armá-lo e só os Estados Unidos tinham condições para realizar tal tarefa. O Brasil armado representava a defesa da metade da América do Sul e a certeza

²⁹ McCANN, Frank D (1995). *A aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945*. Rio de Janeiro: Bibliex, p. 17.

da cooperação com a segurança do restante.

Ao final, percebe-se que a intenção norte-americana em apoiar algumas nações latino-americanas, só se deu com a necessidade de manter um ambiente continental estável e favorável à sua atuação no Teatro de Operações da Europa, facilitando suas atividades militares.

Para os oficiais do Estado-Maior do Exército, ao final da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado do Exército norte-americano, mostrou a necessidade de profunda reorganização e modernização do Exército. As considerações finais do Relatório Anual do EME, de 1945, estabelecem um grito de alerta para essas modificações, inclusive enfatizando para o fato da necessidade de se adotar a organização e a doutrina militar americana, baseada na motomecanização, para tanto, ainda esperava-se o auxílio dos Estados Unidos da América.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CAMILO, Vagner (2002). *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado*. Rio de Janeiro: PUC-RJ; São Paulo: Loyola.
- CONN, Stetson e FAIRCHILD, Byron (2000). *A Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental, o exército dos EUA na Segunda Guerra Mundial*. Tradução de Luis César Silveira da Fonseca. Biblioteca do Exército: Rio de Janeiro.
- *Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército* (1996). Compilado pelo Coronel Diniz Esteves. Brasília: Edição do EME.
- MC CANN, Frank D (1995). *A Aliança Brasil – EUA, 1937 a 1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- MOTTA, Jehovah (1998). *Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- MOURA, Gerson (1980). *Autonomia na Dependência: a Política Externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

A SABINADA E A REPÚBLICA BAHIANA (1837-1838): TRAÇOS DE UMA GUERRA IRREGULAR NO BRASIL REGENCIAL

Ronaldo Lucas da Silva¹

Esse trabalho não se propõe a aprofundar o debate semântico sobre a natureza do movimento chamado Sabinada (isto é, se o mesmo pode ser definido como uma revolta, uma revolução, uma insurreição, uma rebelião, uma insurgência, um motim militar, um motim político, uma sublevação, por exemplo); eis que essas categorias não têm definição clara no plano teórico e pouco agregam para melhor se conhecer o modo de fazer a guerra.

Com efeito, rebelião, revolta, revolução e sublevação se misturam como sinônimos nos relatórios oficiais e nos relatos dos combatentes. Em relatório relativo ao ano de 1837, da Repartição dos Negócios da Guerra, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1838, pelo então Ministro e Secretário de Estado Sebastião do Rego Barros, este se refere à Sabinada como “(...) uma *sublevação* (...)”². No mesmo documento denomina os opositores como “(...) as forças *rebeldes* (...)”³. Assim também o comandante em armas das forças legalistas em Salvador, Luiz da França Pinto Garcez diz que teve “... ordem para bater os *rebeldes*...”⁴ e que “desde que começaram mais ativos os boatos de uma *revolução* ...”⁵.

E, por não ser o foco do trabalho a proposta de uma classificação semântica correta para o movimento, se entenderá a Sabinada como uma rebelião (usada igualmente com o sentido de revolta) - iniciada tanto por civis como por militares - seguindo a conceituação que os próprios contemporâneos ao movimento utilizaram. Porém, preferimos evitar a categoria “revolução”, embora também seja uma denominação utilizada por alguns contemporâneos ao evento, já que o movimento não assumiu em sua plenitude características transformadoras radicais na esfera social e política da sociedade da época. Tanto que, em sua ata constitutiva, acrescida de um adendo posterior, ficou estabelecido que a independência da Província da Bahia e a existência da nova República Baiana

1 Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Gama Filho. Doutorando em Direito pela Universidade Estácio de Sá - UNESA. Mestre em Direito (Universidade Católica de Petrópolis - UCP), Professor de História do Direito; Fundamentos das Ciências Sociais e de Ciência Política da Universidade Estácio de Sá - RJ - UNESA.

2 Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra. Sebastião do Rego Barros. Rio de Janeiro, 1838. Disponível em <[HTTP://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2189/000002.html](http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2189/000002.html)>. Acesso em : 27/06/2010

3 Idem

4 Publicações dos Arquivos do Estado da Bahia (PAEBa) Vol II. Pag. 313. Foi a fonte primária impressa utilizada neste trabalho. Constitui-se por 5 volumes impressos pelo governo do Estado da Bahia, sendo o primeiro volume editado em 1937 e os outros quatro nos anos subsequentes. Foram editados como parte das comemorações do centenário da Sabinada. Reúne praticamente toda a documentação referente à revolta, como ofícios e atos das autoridades, peças processuais, documentos militares, relatos de participantes e obras que foram escritas sobre a revolta.

5 Idem.

só se dariam até a maioria do Imperador Pedro II o que, por si só, já confere ao movimento um caráter antirrevolucionário e de permanência⁶.

Por outro lado, aqui se utilizará o conceito de guerra regular como aquela travada entre exércitos formados por Estados organizados e estáveis, que seguem regras referentes a doutrinas e aos aspectos jurídicos do combate e na qual existe uma clara separação entre civis e militares⁷.

Em contrapartida, entende-se que o conceito de guerra irregular se enquadra em um conjunto de idéias mais amplo e que abarca práticas como a guerrilha, o movimento de resistência, o combate não convencional, partindo-se da premissa de que neste tipo de guerra

“não existem regras tornando-se mais difícil a tarefa de delinear um conjunto rígido e definido de princípios teóricos que fundamentem a sua aplicação em circunstâncias muito diversificadas”⁸.

ANTECEDENTES

Sob o aspecto político, a Sabinada se encaixa na conjuntura dos movimentos de contestação ocorridos após a renúncia de d. Pedro I. Imperador do Brasil desde 1822, d. Pedro I, renunciou em favor de seu filho Pedro II e retornou a Portugal em 1831.

De acordo com o historiador brasileiro Ilmar Rohloff de Mattos “os anos que se seguiram a Abdicação foram, no dizer de um contemporâneo, anos de ação, de reação e por fim de transação. Foram também anos de levantes, revoltas, rebeliões e insurreições (...)”⁹.

De maneira abreviada, pode-se dizer que a abdicação teve motivação nas crises internas de seu governo, que foram reflexos das crises internacionais como a Guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata¹⁰ pela posse da Província Cisplatina¹¹ (Guerra da Cisplatina – 1825/1828) e das instabilidades políticas, proporcionadas por seus atritos pessoais com a Assembléia Legislativa e

⁶ Braz do Amaral, em sua obra “A Sabinada” pág. 23-24 diz que nem mesmo as atas do movimento tiveram feição republicana e que no aniversário do Imperador Pedro II os rebeldes comemoraram a data. No entanto Luiz Viana Filho em seu trabalho “A Sabinada . A república Bahiana de 1837” diz que o adendo a ata declarando que a república só se sustentaria até a maioria do Imperador foi um recuo tático que não comprometeu o caráter republicano-separatista.

⁷ Cf. VISACRO, A. **Guerra Irregular**. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

⁸ VISACRO, A. **Guerra Irregular**. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009. Sobre o problema da definição do seja guerra irregular, ver Von der Heydte”. O autor afirma que “[...] quem buscar na riqueza da literatura contemporânea sobre guerra irregular, uma definição convincente da natureza dessa forma de condução da guerra, vai surpreendentemente descobrir que a maioria dos teóricos que tratam a guerra irregular ainda nos deve uma definição nítida sobre o que estão falando” (HEYDTE, F. A. V. **Modern Irregular Warfare** in defense police and as a military phenomenon. 1a ed. New York: New Benjamin Franklin House Publishing, 1986. p.3).

⁹ MATTOS, I. R. **O tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC / Instituto Nacional do Livro, 1987. p. 2

¹⁰ Nome das antigas províncias do Vice-reinado espanhol do Rio da Prata com capital em Buenos Aires após a independência em 1816.

¹¹ “A região do atual Uruguai, que adentra o século XIX como parte do Vice-Reino do Rio da Prata, a partir de 1816, devido ao projeto expansionista joanino na região platina e ao processo de independência desencadeado nos países hispano-americanos que tem como grande marco o ano de 1810, cai sob o domínio da monarquia portuguesa instalada no Rio de Janeiro.” Breves considerações acerca da Província Cisplatina. Disponível em <<http://www.revistatemalivre.com/cisplatina06.html>>

o desgaste de sua imagem como governante em função de comportamentos privados que foram mal vistos tanto pela corte como pela população .¹²

Pedro II, por ser ainda menor de idade, não pode ocupar o trono do Império. A constituição de 1824 previa que o Senado e a Câmara dos Deputados elessem uma regência formada por três membros. Essa regência governou até 1834 sendo substituída por uma regência una em 1835 (Feijó e depois Pedro de Araújo Lima) que se manteve até a Declaração de Maioridade do Imperador que, ainda com 14 anos incompletos, foi levado ao trono com o apoio do Partido Liberal que acreditava que a figura de autoridade do Imperador desse fim às disputas políticas e as revoltas que abalavam o Brasil.

Revoltas e rebeliões foram uma constante durante o período regencial. A denominada Balaiada no Maranhão, a Cabanada em Pernambuco e Alagoas, a Cabanagem no Grão-Pará e a Guerra dos Farrapos no sul, compuseram o quadro de instabilidade política que caracterizou esse período. A Sabinada, apesar de se apresentar restrita a um pequeno corte temporal – de novembro de 1837 a março de 1838 – e de possuir características diversas dos outros movimentos, por não ser essencialmente popular, marcou sua importância na história do Brasil por estar também inserida no contexto de formação e solidificação das estruturas políticas e sociais do país.

A SABINADA

No início de 1837 corriam-se boatos que indicavam desordem na província baiana. Jornais como o *Novo Diário da Bahia*, tido como a crônica teórica da revolta,¹³ editado por Francisco Sabino Vieira – que daria nome ao movimento – já ensaiavam o tema da separação.¹⁴

Deve-se levar em conta, porém, que a guerra desencadeada pela separação da província da Bahia da influência do governo monárquico, deu-se entre duas forças não somente militares, mas políticas e foi mais complexo do que “homens de cor”¹⁵, querendo ascender dentro das camadas sociais¹⁶, aliados à militares¹⁷, acomodados em suas longas guarnições, em confronto com um governo monárquico central. Para efeito de ilustração - e sem aprofundar o estudo dos motivos da Sabinada -

12 Cf. LUSTOSA, Isabel. **D. Pedro I**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

13 LEITE, D. G. **Sabinos e Diversos**: emergências políticas e projetos de poder na revolta baiana de 1837.//In: Dissertação de mestrado Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2006. p. 14. Disponível em: <http://www.ppgh.ufba.br/IMG/pdf/Douglas_Leite.pdf>. Acesso em: 06/06/2010.

14 SOUZA, P.C. **A Sabinada**. A revolta separatista da Bahia – 1837. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

15 PAEBa Vol. II p.28.

16 Idem.

17 SOUZA, op.cit. p.147. Aqui o autor faz referência a oficiais de cor como sendo presença dominante na tropa da Sabinada.

citamos Braz do Amaral, em sua obra “A Sabinada” de 1928, reproduzida nas *Publicações do Arquivo do Estado da Bahia*¹⁸, que sugere que a origem de tal revolta estivesse nesses dois pontos: a “sociedade [baiana] mal organizada, baseando sua riqueza na escravidão de onde derivava naturalmente um sistema aristocrático e de castas” e na inconformidade dos militares que naquele momento sentiam “grande repugnância de ir para o Rio Grande [então uma província ao sul do Brasil] por causa das famílias e interesses, principalmente”.

Do ponto de vista da história militar, no entanto, pode-se dizer que a história da Sabinada “pode ser contada pela história de sua guerra”.¹⁹

Morton caracteriza a Sabinada como uma “guerra estática”²⁰ mas que, no entanto, apresentou-se como intensamente militarizada contando com a presença de oficiais militares tanto nas fileiras rebeldes como na dos legalistas.²¹ Militares e paisanos rebelados se uniram em defesa de suas causas, que remetia ao contexto dos movimentos pós-independência do Brasil ocorridos na Bahia e que foram articulados pelas camadas médias contra o governo provisório regencial estabelecido. Entre esses movimentos, que já ensaiavam a revolta de 1837²², apontam-se as revoltas federalistas de Cachoeira e São Félix em 1832 e aquelas de base militar como a do Forte do Mar em 1833²³.

Em seus primeiros momentos, a Sabinada, que teve início na noite de 6 de novembro de 1837, promoveu a tomada do Forte de São Pedro com a participação do 3º Batalhão de Caçadores que o guarnecia. Mas, sabiam os rebelados, que o movimento não poderia ficar restrito a Salvador. Era a Província como um todo que deveria se separar, e não somente a cidade.

A primeira ata do novo governo, documento básico da Sabinada, dava conta da separação da província da Bahia do restante do país, tornando-a um “Estado livre e independente”.²⁴ A redação desta ata teve lugar no interior do Forte, elaborada por dois civis – Francisco Sabino e José Duarte da Silva. Somando-se ao caráter simbólico da importância do Forte para a rebelião, a ata foi levada “para ser registrada na Câmara Municipal, na intenção de legitimá-la como expressão da vontade popular,

18 PAEBa V. II p. 3-133.

19 LEITE, D. G. **Sabinos e Diversos**: emergências políticas e projetos de poder na revolta baiana de 1837.//In: Dissertação de mestrado Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2006. Pg. 13.

20 MORTON, F.W.O. *The Conservative Revolution of Independence*. Tese de Doutorado, University of Oxford, 1974, p. 353. Apud Guimarães Leite. Morton denomina como “guerra estática” aquela em que prevaleceu os desenhos e manobra militares ao invés do combate efetivo.

21 Partidários do Governo central, cujo centro era a corte do Rio de Janeiro. Apoiavam as forças monárquicas representada pela regência de Pedro de Araújo Lima e o presidente legal da Província, Souza Paraizo.

22 LEITE, D. G. *Op.cit* p. 14.

23 Apud LEITE, D.G. *Op.cit* p.15.

24 Ata da Sessão Extraordinária de 7 de novembro de 1837, PAEBa, 1948, vol. V, pp. 113-5.; Quatro dias após a primeira ata foi feita uma correção colocando-se o adendo de que o novo Estado só existiria separado até a maioria de sua Majestade, o Imperador Pedro II.

da qual a Câmara era órgão representativo”.²⁵

Mas a separação não era a vontade popular unânime. Muitos cidadãos fugiram da cidade para outros municípios do Recôncavo Baiano, onde, unidos a outros cidadãos baianos contrários à separação, pegaram em armas para lutar contra o governo rebelde. Muitos desses emigrados, inclusive, levaram grandes quantidades de dinheiro e alimentos e os entregaram ao governo monárquico.²⁶ Em momento posterior, durante o cerco levantado pelas forças leais ao governo regencial, o governo rebelde publica um edital no qual proíbe a saída de qualquer tipo de mantimento por terra ou por mar.²⁷

A cidade de Salvador era o centro de onde foi perpetrada e legitimada a independência. Do ponto de vista político, mas também com um importante aspecto militar, a expansão do movimento separatista teria que se projetar em direção ao Recôncavo se quisesse sobreviver. O desafio imposto era justamente o de ir além da capital e consolidar ou conquistar os focos rebeldes que porventura existissem espalhados pela Província.²⁸ Salvador deveria ser o eixo irradiador de um movimento mais amplo, que abarcaria o interior e, por fim, toda a região da província Baiana.²⁹ No entanto, foi o governo deposto quem primeiro compreendeu a necessidade de se promover um cerco para isolar o movimento rebelde dentro dos limites da urbe. Os rebeldes, em um primeiro momento, não viram a situação com a mesma clareza de seus adversários. Aceitaram o cerco por não compreenderem as suas desvantagens.³⁰ A capital era dos revoltosos, mas o Recôncavo estava nas mãos do governo que soube promover o bloqueio da Barra³¹ impedindo que os rebeldes desembarcassem víveres na capital ou se deslocassem com facilidade para fora dela. Com isso, posteriormente, entendendo a situação, tornou-se imperativo aos rebeldes a necessidade de fugir ao estrangulamento provocado por esse cerco formado pelas forças legalistas, não só para criar as condições políticas, ideológicas, e militares, em outros pontos no interior como também sobreviver a falta de víveres, provisões de toda ordem e dinheiro.

É interessante notar também que além do cerco um dos motivos do confinamento da rebelião,

25 SOUZA, P.C. **A Sabinada**. A revolta separatista da Bahia – 1837. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. P. 38-39

26 PAEBa V.I p.107.

27 PAEBa V.I p.178.

28 LEITE, D. G. **Sabinos e Diversos**: emergências políticas e projetos de poder na revolta baiana de 1837.//In: Dissertação de mestrado Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2006. Pg. 23.

29 SOUZA, P.C. **A Sabinada**. A revolta separatista da Bahia – 1837. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.199.

30 FILHO, L.V. **A Sabinada**. A república Bahiana de 1837. 2ª ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

31 Entrada da baía de Todos os Santos: os legalistas promoveram seu bloqueio não permitindo a entrada de embarcações rebeldes dentro da baía. As próprias embarcações do governo não eram atingidas pelos canhões das fortalezas localizadas na cidade, e que estavam nas mãos dos rebeldes, pois se mantinham a uma distância segura próxima a ilha de Itaparica. Assim a marinha governista desembarcava víveres e armas para o Recôncavo e impedia os poucos barcos rebeldes de desembarcar provisões na capital.

apontados por autores como Morton³², foi seu posicionamento geográfico. A região açucareira do Recôncavo formava uma espécie de “cordão sanitário” entre Salvador e o interior da Província favorecendo o isolamento da capital.

O valor de agregar ao movimento da Sabinada as populações de outros locais, fora dos limites da capital, foi percebido por alguns líderes da rebelião³³. No entanto, efetivamente, sob o ponto de vista tático militar, só alguns poucos entenderam, a importância de movimentar tropas, furar os bloqueios, criar bases de apoio e abastecimento e buscar o apoio da população fora do centro político da revolta. Figuras como Higinio Pires Gomes, que serão apresentadas mais adiante, compreenderam e agiram nesse sentido.

Sem um deslocamento grande de efetivos em direção aos municípios e as populações do interior, a Sabinada ficou restrita à cidade de Salvador. No entanto, só existiram forças efetivas do governo legalista para criar e manter o cerco, a partir do final do mês de novembro. Se os rebeldes tivessem se movido antes poderiam ter adentrado no Recôncavo espalhando e consolidando a revolta. O tempo, no primeiro momento, correu a favor dos sabinos. No entanto, como não haviam percebido o prejuízo que um cerco os causaria, eles não se moveram. No período compreendido entre a proclamação da Independência da Bahia e o primeiro movimento militar efetivo dos rebeldes em direção as tropas do governo legalista passaram-se vários dias. Na verdade, o primeiro avanço contra os pontos sustentados pelos legalistas, deu-se justamente no final do mês de novembro quando estes já se encontravam mais preparados para uma reação. Levando-se em conta que as forças legalistas se encontravam mal aparelhadas, os rebeldes poderiam tê-los atacado logo após a tomada da cidade já que haviam se apossado de todo material, armamento, força militar e dinheiro para sua causa. Desperdiçaram sua oportunidade quando mantiveram-se estáticos.³⁴

A situação do exército legalista era precária no momento da eclosão da revolta. Em um processo que visava um maior controle das forças armadas; para tanto, o governo central vinha promovendo uma dispensa progressiva de batalhões do exército, substituindo-os por milícias civis, na esperança de que estas se submetessem mais facilmente ao controle central. Contudo, por serem tropas de segunda linha, apresentavam deficiências de treinamento, armamento e hierarquia. Mas à época do conflito, essas milícias já haviam sido sucedidas pela Guarda Nacional, criada em 1831. Porém,

32 SOUZA apud MORTON, F.W.O. **Conservative revolution**

33 PAEBa Vol.I p.189

34 PAEBa Vol. I p. 168

diferentemente dos soldados de 1ª linha, que eram soldados regulares remunerados que prestavam serviço em tempo integral, também as tropas dessa Guarda continuavam a ser uma força cívica não remunerada e pouco adestrada que tinha a função de auxiliar o exército em momentos de crise.³⁵ E foi dessa força que se utilizou Barreto Pedroso, presidente da Província nomeado pelo governo regencial, solicitando que as vilas e comarcas da Província Baiana organizassem sua Guarda e a colocassem em prontidão para o combate.³⁶ Em auxílio a essa tropa, que de acordo com Pedroso “nenhuma disciplina tinha, nenhuma obediência reconhecia aos superiores”³⁷, juntou-se uma tropa regular proveniente de Pernambuco³⁸ que seguia em direção à revolta Farroupilha no sul e que muito ajudou os legalistas durante toda a campanha. A eles se juntaram também tropas Alagoanas, Sergipanas e uma tropa da Corte.³⁹

Barreto Pedroso, escreveu em ofício ao Ministro da Guerra :

Fortuna, e grande fortuna foi não nos atacarem os rebeldes nesses arriscados dias enquanto não tínhamos arma alguma com que nos defendêssemos , e por certo que um triunfo que obtivessem, acarretaria males incalculáveis. Hoje já temos força respeitável, e estou convencido que infrutuosos serão os esforços dos rebeldes para abrirem caminho para o interior como tanto desejam.⁴⁰

Por outro lado, as forças rebeldes também se constituíam por tropas de 1ª e 2ª linhas. Um batalhão de infantaria e um regimento de artilharia compunham a 1ª linha. Em dezembro outro batalhão de 1ª linha foi criado (*Periquitos Bravos da Pátria*). Unidades da Guarda Nacional da própria cidade de Salvador formaram as tropas de 2ª linha. Em um documento assinado em 2 de dezembro de 1837 por Francisco Sabino, então Secretário do governo rebelde, mostra-se a criação de um batalhão da Guarda Nacional denominado Leais à Pátria:

Este corpo tem por fim reunir a si os indivíduos, que desejosos de se prestarem a causa da Independência, durante a menoridade do Sr. D. Pedro II, não se querem, contudo unir a corpos aquartelados, porque, os afastam de seus afazeres que também é útil à Pátria, sujeitando-se a não perceberem soldo algum e a todo serviço dos domingos e dias santos, e mesmo naqueles que as imperiosas circunstâncias o exigirem (...) ⁴¹

35 SOUZA, P.C. **A Sabinada**. A revolta separatista da Bahia – 1837. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. P. 64-65

36 LEITE *apud* Souza Carneiro, “A Sabinada”, p. 90.

37 *Idem*.

38 PAEBa Vol. II p.30

39 LEITE, D. G. **Sabinos e Diversos**: emergências políticas e projetos de poder na revolta baiana de 1837.//In: Dissertação de mestrado Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2006. p. 38.

40 PAEBa Vol. I pg.200.

41 PAEBa V.II p.26-27.

Nos primeiros confrontos, as tropas rebeldes não contavam com mais do que dois mil homens, número este que não foi muito excedido durante todo o conflito. Já no primeiro embate, sofreram reveses. Atacaram e foram rechaçados em dois locais (Campina e Cabrito).⁴²

Durante toda a guerra contam-se somente 6 combates de maior vulto.⁴³ O último, denominado “A batalha dos 3 dias” teve características de uma guerra convencional, com exércitos frente a frente se enfrentando com objetivos de tomada de posições ao redor e no interior da cidade, com as forças rebeldes tentando romper o cerco tanto por terra como por mar, e os legalista mantendo-o e fechando-se em cima dos revoltosos, derrotando-os.

TRAÇOS DE GUERRA IRREGULAR

Entretanto, a despeito das batalhas convencionais travadas durante o movimento, essa feição não foi a única a orientar as forças rebeldes. De forma inusitada, embora os rebeldes, em sua maioria, estivessem se conduzindo como governo e não como revolucionários, identificamos discursos, investidas e combates perpetrados por alguns indivíduos cuja maneira de atuar os aproxima de ações realizadas em guerras irregulares.

João da Veiga Murici - professor transformado em 1º tenente e secretário do regimento de artilharia revoltoso – percebe o rumo que toma o movimento e escreve, de forma esclarecedora, um documento sem título onde se mostra como um pensador de um arcabouço teórico para a realização de uma guerra irregular de tipo revolucionária:

(...) que todo o seu procedimento [do governo rebelde] administrativo, político, defensivo e ofensivo deve partir deste fundamental princípio – que a lei da revolução é tudo aquilo que tende a fazê-la prevalecer e por isso não há agora legalidades, antigas contemplações, escrúpulos, divisão de poderes, economias espendiosas (sic) contra o sagrado progresso da causa, etc...⁴⁴

O que Veiga Murici propôs, em essência, foi a anulação de regras e a validade de qualquer procedimento que fosse a favor da causa rebelde aproximando-o de um discurso revolucionário mais radical e associando, do ponto de vista militar, com a noção de guerra irregular.⁴⁵ Ainda no mesmo documento ele continua:

42 PAEBa V. II P. 31; SOUZA, P.C. **A Sabinada**. A revolta separatista da Bahia – 1837. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 75-76; PAEBa V. I p.30.

43 LEITE, D.G. *Op.cit* p. 13.

44 PAEBa V. I p. 137. SOUZA,2009. p. 96.

45 VISACRO, A. **Guerra Irregular**. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009. p.222

E de fato nunca se viu fazer-se uma revolução, e quere-se nela marchar exatamente com formalidades de leis políticas anteriores, causando torpor aos negócios da revolução de onde certamente virá resultar o cair por terra o edifício revolucionário (...) ⁴⁶

Esforços nesse sentido são percebidos nas ações executadas por um indivíduo, já citado, denominado Higino Pires Gomes. Disse Von der Heydte que a guerra irregular consiste em atos individuais e que esses atos estão ligados a outros num quadro mais amplo.⁴⁷ No caso de Pires Gomes não se observa, de forma clara, a composição desse quadro mais amplo, de caráter revolucionário, ligando atos individuais para formar a base do que denominamos guerra irregular. No entanto a ação individual desse personagem e de alguns outros poucos (como Pedro Ferreira de Oliveira que combateu no mar com uma esquadilha de lanchas)⁴⁸ indica traços de ações de insurgência e guerrilha.

Dono de engenho e escravos e transformado em tenente-coronel da força revoltosa, a participação de Pires Gomes parece ter mais motivações de interesse pessoal, como empreendedor e negociante, do que apego a uma causa política.⁴⁹ Mas sua motivação, seja ela qual tenha sido, não retira de suas ações o entendimento de que para conseguir o que desejava seria mais eficaz fustigar e fazer movimentos diversivos do que entrar em combate direto com as forças inimigas. Tido como hábil em driblar os bloqueios navais e em burlar as vigilâncias resistiu como um “fantasma” pelo Recôncavo até mesmo depois da capital ter sido recuperada pelas forças legalistas.⁵⁰ Utilizou-se tanto do mar como das terras do Recôncavo para mover-se e dar suporte as forças rebeldes. A bordo do brigue *Trovão*, a embarcação mais bem equipada da incipiente Marinha rebelde,⁵¹ forneceu gado aos rebelados, correu a barra dos rios Jaguaripe (que era fortificada por uma canhoneira)⁵² e Jequiçá e furou o cerco à cidade, por mar, quando a fome começou a abater-se sobre as forças sitiadas.

Sabe-se da presença de Pires Gomes na região de Feira de Santana pouco depois do início da revolta. Essa presença estaria ligada ao entendimento (tardio e posterior ao entendimento dos legalistas) de que um cerco à cidade de Salvador necessitaria de apoio material e de pessoal no

46 PAEBa V. I p. 137.

47 HEYDTE, F. A. Op. Cit. . Disponível em:

<http://www.wlym.com/pdf/iclc/modernwarfare.pdf>. Acesso em 10 de jul. 2010.

48 DONATO, H. *Enciclopédia das Batalhas Brasileiras*.

49 LEITE, D. G. **Sabinos e Diversos**: emergências políticas e projetos de poder na revolta baiana de 1837.//In: Dissertação de mestrado Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2006. Pg. 26 apud MORTON “The conservative revolution” p. 367.

50 Idem.

51 PAEBa V.I p. 201.; SOUZA, P.C. **A Sabinada**. A revolta separatista da Bahia – 1837. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 75-76; PAEBa V. I p.99.

52 PAEBa V.I p. 187.

interior. O próprio governo legal suspeitava da presença de revoltosos nessa vila e em outras para onde homens como Pires Gomes haviam se deslocado⁵³.

O comandante legalista, designado para o comando de tropas na região, Coronel Rodrigo Brandão, recebeu informes de que havia mais de duzentos rebeldes em Feira de Santana. Quando esse coronel adentrou a cidade constatou que a mesma se encontrava vazia. Característico de um movimento guerrilheiro, a vila foi abandonada pelos revoltosos e pela população que se embrenharam no mato e desapareceram.⁵⁴

Henrique Prager, na sua obra de 1889, “A Sabinada – História da revolta da cidade de Bahia”, descreveu Pires Gomes e fala sobre os...

(...) muitos e assustadores boatos que corriam então a respeito desse perigoso homem, de quem jamais puderam as forças do governo apoderar-se, faziam dela uma quase espécie de mito, que mais tarde tornou-se muito popular. Todas as autoridades do recôncavo esforçavam-se e faziam questão de honra de apreendê-lo.⁵⁵

Criou-se em torno de Pires Gomes a aura de homem perigoso, que conhecia e usava a costa para alcançar seus objetivos logísticos e até mesmo falsificava dinheiro para os seus fins:

A vista disto, toda a vigilância era pouca porque o individuo de quem se tratava era sumamente perigoso, tanto mais por ser conhecedor de toda nossa costa do mar, por onde muitas vezes conduziu escravos e dinheiro falso, de que ele foi o primeiro fabricante.⁵⁶

Em Cachoeira, foi visto retirando gado e temia-se que entregaria armamento em alguns pontos do Recôncavo:

O [juiz de direito] da Cachoeira, Manoel Vieira Tosta, em officio de 17 de dezembro, dizia que com certeza 15 dias antes, mais ou menos, tinha o dito Hygino [Pires Gomes], ido para a Bahia, levando consigo algum gado, que tinha embarcado na Barra Falsa. Temia-se então que fizesse desembarcar na Saubára ou no Engenho dos Galos o armamento, que tinha ido receber de João Carneiro.⁵⁷

Em uma ação contra uma guarnição que estava estacionada em Feira de Santana os revoltosos comandados por Pires Gomes se deslocaram à noite, embaixo de chuva e protegidos por cerração, o que, em meados do século XIX, não era um comportamento esperado por uma tropa de soldados

53 PAEBa V.I p.189-195.

54 Idem.

55 PAEBa V.I p.193-194

56 PAEBa Vol. I p. 194

57 Idem.; João Carneiro da Silva Rego era o vice-presidente do Estado revoltoso.

regulares.

Braz do Amaral narra este evento:

Na madrugada do dia 9 de março, por meio de densa cerração e chuva torrencial, a frente de uma força de 500 homens, embarca em 14 lanchas e baleeiras, Higinio Pires Gomes atravessou as linhas da esquadra, rompendo o bloqueio, e foi desembarcar na praia do Caboto, defronte da Ponta da Areia de onde seguiu para Feira de Santana, depois de queimar os barcos e encravar duas peças de artilharia (Doc. ns. 30 e 31)⁵⁸

Nos relatos, documentos e obras sobre a Sabinada percebe-se como as ações táticas de Pires Gomes impressionaram as forças legalistas. Ele moveu-se e fustigou as tropas adversárias de maneira não convencional, tão característicos de guerrilheiros e insurgentes, desafiando a convencionalidade da guerra.

Criou-se com isso mito do “fantasma” que, conhecendo muito bem a região na qual atuava, atacava e se embrenhava no mato fugindo das represálias e evitando que suas manobras de apoio logístico às tropas rebeldes fossem interceptadas. Utilizou-se do elemento surpresa e de sua capacidade de resolver problemas logísticos para permitir que o projeto político de uma República Baiana pudesse sobreviver.

CONCLUSÃO

O estudo da Sabinada surpreende pela riqueza e pelas nuances do modo de se fazer a guerra e pelo desafio de se enquadrar os tipos de ações perpetrados pelos dois lados contentores. Igualmente, chama atenção a construção política de um movimento de independência que já nasceu suicida, como revelam seus atos constitutivos, que vinculavam sua existência à maioria do monarca.

Fica clara a prevalência de combates convencionais no decorrer do movimento. Contudo, as ações não convencionais estão documentadas e não podem ser ignoradas. Elas apontam para a necessidade de serem mais bem estudadas a fim de se compreender suas implicações e impactos para a constituição da doutrina no modo de fazer a guerra do exército brasileiro no século XIX.

BIBLIOGRAFIA:

- FILHO, L.V. A Sabinada. A república Bahiana de 1837. 2ª ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

- HEYDTE, F. A. V. Modern Irregular Warfare in defense police and as a military phenomenon. 1a ed. New York: New Benjamin Franklin House Publishing, 1986.
- LEITE, D. G. Sabinos e Diversos: emergências políticas e projetos de poder na revolta baiana de 1837.//In: Dissertação de mestrado Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2006.
- LUSTOSA, Isabel. D. Pedro I. São Paulo: Companhia das Letras, 2007
- MATTOS, I. R. O tempo Saquarema. São Paulo: HUCITEC / Instituto Nacional do Livro, 1987.
- SOUZA, P.C. A Sabinada. A revolta separatista da Bahia – 1837. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- VISACRO, A. Guerra Irregular. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009.



APUNTES ACERCA DE LA CRONOLOGIA Y DE LAS OPERACIONES MILITARES DE LA GUERRA DEL CHACO (1932/1935)

Lorenzo Agustín Cabrera Burgos¹

RESUMEN

Guerra del Chaco, conflicto bélico que desde 1932 hasta 1935 enfrentó a las repúblicas de Bolivia y Paraguay por la posesión de buena parte de la región del Chaco, el llamado Chaco Boreal, situado al Norte del Río Pilcomayo cuya titularidad reclamaban ambos países debido a la presunta existencia de petróleo. Esta fue la razón que también motivo el interés de ciertas compañías petroleras de otros países y que a su vez provocó la estimulación del enfrentamiento.

Palabras claves: Historia – America Latina – Guerra del Chaco

RESUMO

A Guerra do Chaco foi um conflito militar ocorrido entre 1932 e 1935 entre as Repúblicas da Bolívia e do Paraguai que disputavam para a posse de grande parte da região do Chaco Boreal, devido à presumida existência de petróleo. Esta foi também a razão pela qual o interesse de grandes companhias petrolíferas internacionais, que por sua vez estimularam o desencadeamento do confronto.

Palavras Chave: História - América Latina - Guerra do Chaco

GUERRA DEL CHACO: PARAGUAY-BOLIVIA (1932-1935)

Introducción

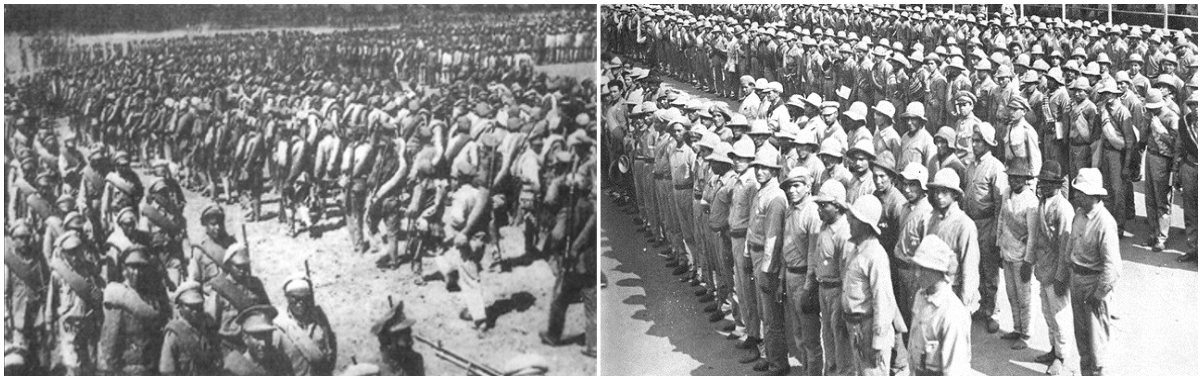
Después de la Guerra del Pacífico (1879 - 1883), Bolivia había cedido a Chile la Provincia de Atacama y el Puerto de Antofagasta y consecuentemente, el 20 de octubre de 1904, había perdido definitivamente su salida al mar. Este cercenamiento territorial, con el correr de los años, se convirtió en una obsesión y apuntó sus aspiraciones hacia el Paraguay, país que ellos calificaban “como la más vulnerables y débiles de América”.

La dirigencia política paraguaya creía firmemente que la comunidad internacional no permitiría otra guerra en el cono sur y que todos saldrían en defensa del Paraguay. Con este

¹ Major do Exército Paraguaio e Professor na Universidade Nacional de Assunção, com especializações na Real Academia Militar de Sandhurst da Gra-Bretanha e na Escola de Comando e Estado Maior do Brasil – ECEME.

sueño, nunca se tomó con la seriedad requerida la incursión boliviana que desde 1928 ha penetrado impunemente en el Chaco y la clase política ha tomado con displicencia esta violación a la soberanía nacional paraguaya.

A raíz de estos acontecimientos el Gobierno paraguayo decreto la movilización de sus reservas, una en 1928 la cual fue un fracaso y la otra en 1931 la cual fue mejor organizada que la anterior, pero la falta de una Política de Defensa Nacional en aquel entonces, sumada a la inacción e indolencia gubernamental indignó a los jóvenes, quienes irrumpieron violentamente en el Palacio de Gobierno, para exigir al Gobierno Liberal del Dr. José P. Guggiari, a ejercer los derechos de legítima defensa.



La Ocupación del Chaco Boreal 1905-1932 – Breve Cronología

Si bien desde el siglo 16 el Chaco Boreal es ya ocupado por misiones religiosas provenientes de Asunción, y se contabilizan 116 expediciones militares y expedicionarias a dicha parte como al Chaco Central, todas siempre amparadas y soportadas financieramente por la Gobernación del Paraguay, es desde 1885 (ya como República del Paraguay), con la Ley de Ventas de tierras fiscales se inicia la ocupación masiva de la orilla occidental del Río Paraguay. Sólo Carlos Casado S.A. adquiere casi 40.000 kilómetros cuadrados, tanto del estado paraguayo como de dueños anteriores. La venta de lotes y su registro en el Catastro Paraguayo llega hasta el paralelo 61° 30' al oeste y al meridiano 20° 30' al norte, límite más tarde asignado por el Tratado no ratificado Soler-Pinilla 1907.

1905-1913: Por estos años, Bolivia funda varios fortines. Dos de ellos en 1905 (Guachalla y Ballivian) en la zona asignada para Bolivia por el Tratado 1907. Posteriormente funda Linares, Margariños, Buenos Aires y Esteros en la zona a Arbitrar del mismo Tratado.

1909-1913: Las estancias ganaderas paraguayas siguen su proyección hacia el Oeste. Un camino que sale frente a Concepción llega a Pozo Colorado y sobre éste tributan los establecimientos pecuarios al norte y sur del mismo. La explotación de los recursos naturales del Chaco producen más del 33% de los ingresos fiscales del Paraguay. Sobre el Pilcomayo y arriba del paralelo 25° varias familias paraguayas van ocupando tierras fiscales, para la extracción del quebracho para la industrialización del tanino. Las misiones evangelizadoras inglesas alcanzan su máximo punto al oeste con la fundación de la Misión Central en Mackalawayá a 22 leguas (110 kms.) al oeste de Concepción. Y en plena zona ganadera.

1916: Se funda NANAWA, a más de 70 leguas (350 kms.) al oeste de Concepción en el extremo del camino que viene de dicha ciudad y que pasa por las estancias de Pozo Colorado. Se trata de una expansión de la misión religiosa protestante con sede en Londres, que ya fundara la Misión Central sobre el mismo camino y para catequizar a los indios del lugar. La provisión de vestimentas, comidas y medicamentos se realiza desde Asunción por vía fluvial hasta Concepción y de allí por tierra hasta Nanawa.

1919-1921 En 1919, un malón de indígenas masacra a la familia paraguaya Ruiz Díaz que habitaba un obraje del contratista Smiedt de la Cía. Mihanovich (Pto. Galileo). Para investigar el crimen y pacificar la zona, el Cap. Washington Segovia junto a 20 soldados, sube desde Asunción por el Pilcomayo y funda el Fn. Dorado (hoy Gral. Bruguéz) para protección de civiles. Varias familias argentinas provenientes de la localidad formoseña de Gral. Belgrano pasan a Paraguay a poblar el lugar. La presencia de ganaderos paraguayos se registra ya en el año 1912, cuando la familia Báez se establece en el lugar. En 2014 son muy conocidos Don Pío (fallecido) y don Félix Báez, nietos del primer colono del lugar. Hoy su establecimiento cambio de nombre, del original “San Juan” de 1912 cambió a “Vaca Porá Rendá”. El lugar es luego utilizado como prisión militar y confinamiento de castigados. Por los mismos motivos que Dorado, en 1921 se funda el fortín Delgado, cerca de la Laguna Bella, que alimenta el Río Confuso. Hoy se halla a la altura del Km. 180 de la ruta N° 12, Gral. Bruguéz.

1921-1923 Asume la presidencia de Bolivia el Sr. BAUTISTA SAAVEDRA, de encendida prédica de conquista del Chaco Boreal. Su primera decisión fue ocupar efectivamente Esteros y convertirlo en Fortín avanzado sobre el Río Pilcomayo. Más tarde se fundan los siguientes fortines: Muñoz, Tinfunque, Saavedra, Sorpresa y Chañar, Ravelo y Vitrones. Las primeras patrullas bolivianas ya llegan a la Misión evangelizadora de Nanawa.

Al norte, Bolivia funda su fortín Ravelo que inicia un nuevo camino de penetración, ahora desde el Norte buscando la unión con lo que después será el camino de penetración central.

1924: Bolivia funda su Fortín Horqueta. Paraguay funda los fortines Patria y Galpón al norte, y Orihuela y Salazar en el centro.

1925: A 500 mts. De la Misión Evangélica de Nanawa, el Tte. Federico W. Smith funda el Fortín "Presidente Ayala", a 72 leguas al oeste de Concepción, siendo el más avanzado puesto militar en esa dirección, y se lo instala al poco de saber de las visitas bolivianas a la Misión desde Saavedra.

1926: Sobre la cabecera del Río Confuso Paraguay funda su Fn. Gral. Aquino. El día 16.01.1926. El mismo año se habilita la colonia LOMA PLATA, con colonos menonitas traídos de Canadá.

1927 Bajo el gobierno del Pte. Eligio Ayala, Paraguay funda este año 8 fortines: Fn. Caballero, Fn. Salto Palmar, Fn. Toledo (para proteger a Filadelfia), Fn. Gral. Diaz, Fn. Cerro corá, Fn. Caraya, Fn. Cnel. Martínez, Fn. Isla Poí. Bolivia funda tres fortines este año 1927: Alihuatá, Arce y 4 vientos.

1928 Bolivia funda el Fn. Vanguardia al sur de Vitrones y pasa a ser el puesto militar boliviano más avanzado y muy cerca de los puestos paraguayos del Norte. Esta cercanía provoca, el 5 de diciembre del mismo año, el ataque del mayor paraguayo Rafael Franco con soldados de la guarnición de Bahía Negra, y sus ocupantes conducidos prisioneros a Concepción. Este año, Paraguay funda los siguientes fortines: Rojas Silva, Casanillo, Samaklay (era un puesto), José Falcón, Gral. Genes, Gondra, Boquerón, Corrales, Valois Rivarola y Mcal. López.

El 5 de diciembre, tropas al mando del Tte. Ortigoza y por orden del Myr. Rafael Franco, jefe

de la guarnición de Bahía Negra atacan el fortín boliviano Vanguardia, sin autorización del Gobierno Paraguayo, quien termina reconstruyendo el fortín y devolviéndolo a Bolivia.

Bolivia prepara un plan de represalias para “lavar el Honor Nacional” ordenando la captura de seis fortines paraguayos.

“Las órdenes del EMG y de la Div. eran de preparación y alistamiento de las tropas para el ataque y captura de los fortines Toledo, Isla Po’í, Boquerón, Rojas silva (Falcón), Nanawa y Mcal. López”. Estos objetivos asignados a las diminutas fuerzas de los Rgtos. Ayacucho y Campos no eran posibles, no se conocían algunos sectores, las sendas eran intransitables, con calor y nada de agua. Felizmente el EMG enmendó a tiempo su error y redujo los objetivos a cuatro; para el RI Campos: Boquerón y Rojas Silva (Falcón) y para el RI Ayacucho: Nanawa y Mcal. López”²

Las “diminutas fuerzas” son:

Para tomar Boquerón; el *Destacamento Gallegillos*: 82 hombres,

Para tomar Falcón: *Destacamento Alcoreza*: 71 hombres.

Para tomar Nanawa: *Destacamento Filippis*: no menciona cifra.

Para tomar Mcal. López: *Destacamento Callejas*, no menos de 100 hombres.³

Con el Regimiento Lanza, el tercero en la zona y ubicado temporalmente en Ballivian para la fecha, y otros efectivos en Arce, Muñoz y Saavedra, TODO el dispositivo boliviano del sudeste no pasaba de 700 hombres.⁴

1929: Bolivia funda los fortines Platanillos, Jabalí, Cabezón, La China y El Cruce (hoy Cruce Demattei). Paraguay funda los fortines Cap. Figari y Pozo Azul.

1931: Paraguay funda los fortines Mayor Torres, Cnel. Bogado y Carlos A. López sobre la laguna Pitiantuta.

1932 Con la designación como presidente de la República de Bolivia del Dr. Daniel Salamanca, se reinicia la penetración boliviana. Se funda los fortines Jayucubas, Paredes, Pando, Ingavi, Aroma, Madrejón, Madrejoncito, Baptista, Florida, 27 de Noviembre, Picuiba, Bolívar, Loa, Camacho, Ramirez y Yujra.

2 TABERA, Felix. Apuntes para La Historia de La Guerra del Chaco : Ed. Don Bosco– La Paz Bolivia , 1960 - pág. 48/9; e BARRETO, Sindulfo. Porque No Pasarón: T.G.E.T. Salesiana; Asunción-Paraguay 1969 - pág. 157

3 BARRETO, Op. Cit - pág. 208.

4 Idem. – pág. 184.

Este año, Bolivia continúa su acelerada carrera para crear fortines y unirlos unos con otros y funda Garrapatal, Irendague, 6 de marzo, Cañada Cristina y Palmar Ustarez. Ante la inminencia de la Conferencia de neutrales en Washington se ordena el enlace urgente entre Camacho y Baptista. El 8 de abril es encomendada al Cap. Víctor Ustárez dicha tarea. Este patrullaje fracasa.⁵

Ante la falta de noticias de Ustárez, Moscoso vuela en su búsqueda y descubre una gran laguna con una fortificación que deduce es paraguaya. Moscoso con 18 hombres el día 25 de Abril a las 7:25 hs. sale a pié de Camacho a buscar la laguna. El 14 de junio, luego de 157 kilómetros de pechar monte llega a la laguna Pitiantuta, sede del fortín paraguayo Carlos A. López.

“Llegado el día 15 avanzó sobre el fortín con una descarga de fusilería. La pequeña guarnición paraguaya huyó por los bosques y el Myr. Moscoso ocupó el fortín. Tal fue el origen de la guerra”⁶

El 15 de julio de 1932, y en su segundo intento Paraguay retoma su Fn. Carlos A. López, que es presentado al pueblo boliviano como la toma del Fn. Mcal. Santacruz. Bolivia decide tomar represalias. En el mismo mes de julio de 1932 toma los fortines paraguayos Boquerón (31.07.32), Toledo (28.07.32) y Corrales (26.07.32). Paraguay moviliza 15.000 hombres y ubica a 12.000 de ellos en el sector Casado, con Isla Po'í como punto de concentración. El 9 de septiembre de 1932. Paraguay se lanza con todo para la recuperación de sus fortines perdidos con las represalias bolivianas, empezando por el Fn. Boquerón.

LA GUERRA 1932-33 - Inicio de la 1ª. Ofensiva Paraguaya.

El 9 de Septiembre de 1932 El Coronel Estigarribia dispone el ataque al Fn. Boquerón con aproximadamente 6.000 hombres. Boquerón es defendido por aproximadamente 900 hombres al mando del Tte. Cnel. Marzana. Luego de 20 días de encarnizada lucha, los defensores de Boquerón se rinden.

Inmediatamente Paraguay retoma sus fortines Toledo y Corrales.

Aunque el Presidente Paraguayo Eusebio Ayala era de la idea de retomar sólo estos fortines e intentar una negociación, la ofensiva paraguaya continúa su empuje en los siguientes meses.

Desde octubre la 1ª. Ofensiva Paraguaya no se detiene sino hasta 7 kilómetros antes de llegar

⁵ DÍAZ MACHICAO, Porfirio. **Historia de Bolivia:** Toro-Busch-Quintanilla - Ed. Juventud, La Paz - Bolivia: 1957- pág. 70).

⁶ DÍAZ MACHICAO, Op. Cit. pág. 75).

al Fortín Saavedra, capturando en el camino varios fortines bolivianos.

El 8 de octubre caen los fortines Ramírez y Castillo.

El día 11 cae el Fn Lara y al día siguiente Yujra.

El 23 de octubre el ejército Paraguayo ocupa Arce muy importante por sus aguadas, y a los tres días ocupa el Fn Alihuatá. El primero pasa a denominarse Fn. Francia y el segundo Fn. Ruperto Zenteno. La ofensiva se detiene en el Km 7 de la picada que sale de Saavedra y termina en Boquerón. Allí el ejército boliviano se reorganiza en una férrea línea.

Del 7 al 10 de noviembre de 1932 un fuerte combate en el Km 7 se produce con importantes bajas de ambos lados, pero Bolivia logra contener la fulminante ofensiva paraguaya iniciada en Boquerón en septiembre.

Inicio de la contra-ofensiva boliviana.

Culminada la batalla de Km 7 (Saavedra), el comandante boliviano Gral. Kundt, recientemente reincorporado a las filas bolivianas como Comandante Supremo de sus fuerzas en el Chaco Boreal, dispone un rápido contra-ataque para sorprender al Ejército Paraguayo por la retaguardia.

El ejército Paraguayo realiza un repliegue sobre la recta Saavedra-Arce, y forma una nueva Línea Toledo,-Corrales-Alihuatá-Gondra-Nanawa.

Los últimos días de 1932 El Ejército Boliviano toma los fortines paraguayos Platanillos y Corrales.

En febrero de 1933, Kundt mueve el centro de gravedad de su ataque al norte y se centra en Toledo. Inicia su ataque el 26 de febrero y la batalla dura hasta el 11 de marzo, día en el que el Ejército Boliviano desiste de su intención luego de sufrir otras 2.000 bajas, entre ellos 700 muertos y un avión derribado por el fuego antiaéreo paraguayo. Paraguay sufre 250 bajas, entre ellas 50 muertos.

El 11 de marzo de 1933, Bolivia envuelve su Fortín Alihuatá perdido el año anterior, lo retoma pero no logra capturar a la 1ª. Div. Paraguaya que se repliega hacia Gondra. El 26 de Marzo, el fortín paraguayo Herrera sufre el segundo ataque Boliviano, sin éxito.

Formada la línea paraguaya desde Toledo hasta Nanawa, los bolivianos se pasaron todo el mes de abril de 1933 atacando constantemente la misma pero sin resultados importantes.

El 18 de mayo Kundt ordena un tercer ataque al F. Herrera, defendido por 1.200 paraguayos al mando del Tte. Cnel. Paulino Antola. La batalla dura hasta el día 23, sin éxito para los atacantes

bolivianos quienes vuelven a sus líneas de partida lamentando bajas de 1.000 hombres, entre ellos unos 600 muertos.

El Gral. Kundt insiste en tomar Nanawa, esta vez más y mejor equipado, 7.000 hombres, 32 cañones, 11 aviones, 3 tanques Vickers y 2 tanquetas Carden Loyds, varios lanzallamas. El Tte. Cnel. Irrazábal al mando del III CE paraguayo lo espera con 6.000 hombres.

El 4 de julio de 1933 y con la explosión de una potente mina, se inicia el ataque boliviano el que llega hasta pocos metros de las líneas paraguayas, incluso con varios rompimientos de ellas y dura incesantemente hasta el día 6. Luego de dejar 1.600 muertos en la acción, las fuerzas bolivianas vuelven a replegarse a sus líneas de partida.

Entre el 12 y el 15 de Julio, el Cnel. Franco intenta un corralito a las fuerzas bolivianas frente a Gondra, pero estas escapan, replegándose 14 kilómetros y abandonando sus fuertes posiciones, pero no se logra romper la línea boliviana. Con esta acción se inicia la denominada “guerra de los milímetros” que duró hasta los primeros días del mes de septiembre.

En septiembre Paraguay abandona el carácter defensivo de sus acciones y retoma la iniciativa. El Cnel. Estigarribia ordena el amarre frontal y envolvimientos de las tropas bolivianas enclavadas en Pampa Grande y Pozo Favorito. La acción se inicia el día 8 y culmina el 15 con 1.000 prisioneros bolivianos e importante cantidad de armas. El Cnel. Estigarribia es ascendido a General de Brigada.

En Octubre el ahora General Estigarribia dispone una operación que abarca desde Alihuatá hasta Nanawa, unos 70 kilómetros con un envolvimiento del flanco izquierdo boliviano y varios ataques frontales simultáneos. Se tarda más de 50 días en los preparativos y combates previos. El 4 de diciembre se inicia el envolvimiento por Charata, en el flanco izquierdo boliviano.

El envolvimiento es un éxito y obliga a Bolivia a retirar de Alihuatá su 9ª. División al mando del TCnel. Carlos Banzer quien se repliega hacia Gondra, donde el Cnel. Paraguayo Rafael Franco sorprende a la 4ª. Div. Boliviana del Tte. Cnel. Gonzalez Quint y lo encierra en Campo Vía el 10 de Diciembre. El encierro también afecta a las tropas del 9ª. Div. Boliviana que viene bajando de Alihuatá por un camino alternativo puesto que las tropas paraguayas que ejecutaron el envolvimiento ya habían cortado el camino principal Alihuatá-Saavedra. Caen prisioneros 7.000 bolivianos y un arsenal de armas extremadamente importante para los paraguayos.

Bolivia repliega hasta su Fn. Saavedra a la única División que le sobraba en ese sector, la 7ma. ubicada frente a Nanawa desde julio cuando fracasó su segundo ataque.

En este repliegue de no más de 30 días, Bolivia dejó atrás los fortines que estaban en su poder en Saavedra. Muñoz, Corrales, Camacho, Loa, Bolívar, El Cruce y otros puestos de menor importancia.

LA GUERRA : 1934 - Repliegue boliviano II

La catástrofe del Ejército Boliviano en Campo Vía hace replegar enormemente el dispositivo boliviano, en casi 300 kilómetros, en forma gradual.

Un armisticio pactado después Campo Vía, permite a ambos ejércitos reorganizarse. Bolivia fortalece las defensas alrededor del Fn. Ballivian y Paraguay reordena sus tropas totalmente mezcladas después del triunfo de campo Vía.

Hay que recordar que la 7ma. Div. Paraguaya, la llamada División Reforzada, responsable del envolvimiento sobre Alihuatá recibió refuerzos de todas las unidades y en consecuencia esas tropas debían volver a sus cuadros originales.

En Marzo y Abril, el Gral. Estigarribia escoge tres direcciones y pone a cada Cuerpo de Ejército en cada una de ellas. Al Sur: El III C.E. paraguayo con su comandante el Cnel. Nicolás Delgado, y 9.000 hombres sobre la ruta del Pilcomayo avanza tomando pequeños fortines y llega hasta el principal, el fn. Ballivian fuertemente defendido.

Al Norte: El II CE paraguayo con su comandante el Cnel. Rafael Franco y 6.000 hombres, abre una picada (Florida) desde Camacho al oeste para cortar la eventual retirada del E.B. sobre el Pilcomayo, empujado por Delgado del III CE.

Al Centro: El I CE con su comandante el Cnel. Gaudioso Núñez, y 6.500 hombres se dirige por La China, para converger al norte de Ballivian. Allí enfrentará a la 8ª. Div. Boliviana con 6.000 hombres.

En mayo, Bolivia reúne 20.000 hombres para enfrentar al I CE de Núñez que con 6.500 hombres viene avanzando ya sobre el Camino Lóbrego. El plan boliviano es copar este avance, aniquilar al II CE paraguayo y caer sobre el III CE que está frente a Ballivian sobre el Pilcomayo.

El 19 de mayo, el Ejército de Bolivia corta la retaguardia de la 7ma. Div. Paraguaya en Cañada Cochabamba (Cañada Strongest), la que intenta un escape por el monte. El escape es desordenado y el día 25, parte de ella se entrega a las fuerzas bolivianas, cayendo 1.400 prisioneros. El resto de la división logra escapar. El plan boliviano resulta sólo a medias gracias a un pequeño destacamento

paraguayo al mando del Cap. Estigarribia que atrasa por tres días la contraofensiva boliviana. No se logra destruir al I CE de Núñez.

En cambio el III CE paraguayo al sur continúa su avance hacia Ballivian.

Los meses de Junio, julio y parte de Agosto son de varios ataques y contraataques en el frente sur y centro.

Sólo Franco con su II C.E. al norte muestra progresos. Sobre el Camino Camacho-Picuiba, los paraguayos llegan hasta La Fayé en agosto. Los trabajos para la conclusión de la picada Florida (hacia el oeste) para empalmar en el Camino Lóbrego continúan a pesar que ya ha sido descubierta por la aviación boliviana.

En Agosto y a efectos de descongestionar los frentes Centro y Sur, el Gral. Estigarribia ordena al Cnel. Franco una ofensiva hacia el nor-oeste por el mismo camino que ocupa desde Febrero.

El 14 de Agosto, la 6ta. Div. Paraguaya del II CE parte de La Fayé y realiza el avance más fulminante que se recuerda en la Guerra del Chaco. En 13 días avanza 160 kilómetros, llevándose todo por delante. El 27 del mismo mes llega hasta 5 kms. De Carandaity. La detiene la falta de agua que se proveía desde Garrapatal a 240 kms. De Carandaity (aún no se había encontrado agua en Yrendagué) La temeraria operación causó estupor en el comando boliviano.

En estos tres meses (Junio-Julio-Agosto) Paraguay captura 700 prisioneros y logra descongestionar los frentes sur y centro. En Julio, el II y el I CE paraguayos logran realizar un solo frente.

En septiembre, Bolivia reacciona creando su Cuerpo de Caballería con dos divisiones al mando del Cnel. José David Toro y 12.000 hombres, quienes parten de Carandaity para forzar el repliegue de la 6ta. Div. Del II CE paraguayo.

El 5 de septiembre, un primer cerco boliviano a los paraguayos en Pozo del Burro, no logra aniquilar a la 6ta. Div. del Mayor Feliciano Morales, los paraguayos se evaden.

El 22 de Septiembre un segundo cerco, en Algodonal, tiene el mismo final, esta vez al mando del TCnel. Paulino Antola, los paraguayos se evaden otra vez.

En el centro y sur, los paraguayos logran enlazar todos sus frentes y establecen una línea continua que sale del Pilcomayo y termina frente a El Carmen.

En noviembre, Toro envuelve por tercera vez a la 6ta. Div. Esta vez en Yrendagué, Antola ensaya el mismo dispositivo de evasión y logra de nuevo el escape hacia La fayé, punto de arranque

del raid de esta División en Agosto.

Estigarribia dispone ya un frente amplio que va desde La Fayé hasta Ballivian, y logró su deseo de esparcir las tropas bolivianas en un frente igual o más amplio con lo que a partir de este momento ya podía retomar la implementación de su idea principal, cortar el frente boliviano en dos en dirección al Pilcomayo, y lo decidió hacer por El Carmen.

El Carmen. La batalla perfecta

El 10 de Noviembre, El I CE Paraguay, ahora a cargo del Tte. Cnel. Carlos A. Fernández con el refuerzo de la 8va. División del II CE, a cargo del legendario Cnel. Eugenio Alejandrino Garay, realizan un doble envolvimiento, Garay por el norte del recién formado Cuerpo de Reserva al mando del Tte. Cnel. Oscar Moscoso en Oruro, quien despliega dos divisiones de reserva, la segunda de ellas sin completar. Fernández realiza el envolvimiento por el sur.

El 16 del mismo mes el envolvimiento paraguayo culmina con éxito, atrapando en El Carmen y sus alrededores unos 5.000 bolivianos e ingente cantidad de armamento y camiones. Al día siguiente, el comando boliviano ordena el repliegue urgente de las tropas que resguardaban Ballivian y se inicia una retirada que durará 45 días sin parar.

Yrendague

Asfixiado por las tropas de Toro, el Cnel Paraguay Rafael Franco del II CE, dispone una osada operación de infiltración de toda una división paraguaya entre dos divisiones bolivianas y la toma de los pozos de agua de Yrendagué en la retaguardia de las tropas de Toro.

Se encarga la infiltración al Cnel. Eugenio A. Garay, que hacía unos días había participado de la brillante victoria paraguaya de El Carmen. Coordinadamente el resto del II CE debía envolver al Fn. Picuiba por el ala izquierda boliviana.

Garay toma Yrendagué después de tres días de silenciosa marcha y 70 kilómetros. El caos se apodera de los bolivianos quienes en una desorganizada retirada dejan 2.000 prisioneros y 2.000 muertos de sed. Franco avanza hasta 27 de noviembre sin obstáculos. Para el día 13, la nueva línea boliviana del frente sur se forma desde Pto. Potosí hasta Cururendá.

Con las débiles bolivianas en El Carmen y Picuiba-Yrendagué, el Comando boliviano retira sus pocas unidades del sector norte hasta Ravelo. Una muy importante porción del Chaco

Boreal cae en manos del Ejército Paraguayo por efecto de estas dos victorias logradas en sólo 20 días, y prácticamente sin combates.

El II CE del Cnel Franco se lanza en otro furibundo raid ahora por dos caminos diferentes y para el 25 de diciembre vuelve a situarse donde había llegado en Agosto, en Carandaity, y además, cumplió el viejo sueño paraguayo, llegar al Río Parapití, luego de ocupar Huirapitindy.

El día 25 de diciembre, en la última batalla del año, tropas del Mayor Alfredo Ramos, en otro típico corralito paraguayo, capturan la localidad de Ybybobó. Bolivia sufre aquí 2.700 bajas, de ellas, 500 muertos, 200 ahogados en el Pilcomayo y 2.000 prisioneros. El mismo día el I CE de Fernández se ubica frente a Capirendá

LA GUERRA - 1935

El año 1935 inaugura una nueva clase de guerra, la desarrollada en las estribaciones andinas, donde el soldado paraguayo no se maneja con la misma eficiencia que en el llano y boscoso Chaco. El 16 de enero, día en que el Paraguay toma el río Parapití, la Liga de las Naciones levanta el embargo de armas a Bolivia, manteniéndoselo al Paraguay. El 18 de enero, el III CE toma Palo Marcado y el II CE toma Carandaity. Con la caída de Carandaity se derrumba el dispositivo boliviano.

Sin mucha oposición en estos días, el Ejército Paraguayo comienza a tomar posiciones en las mismas estribaciones andinas. El 28 caen en manos del II CE, Boyuibé y Machareti, el 29 Tiguipa y Tarairi. Se logra el objetivo del Gral. Estigarribia de tomar el Camino de Villamontes a Santa Cruz. Tomado el Camino Internacional, que unía Villa Montes con Santa Cruz de la Sierra, el Gral. Estigarribia se propone invadir Tarija y para ello es necesario tomar Villa Montes.

El ataque se inicia el 16 con tropas del I y III CE paraguayos. Villamontes es inexpugnable y está defendida con un dispositivo organizado por el mejor Jefe Militar boliviano, el Cnel. Bernardino Bilbao Rioja. El ataque cesa el día 23 con más de 5.000 muertos paraguayos. El Gral. Estigarribia, sin pérdida de tiempo, traslada al norte su centro de gravedad, y apunta a los pozos de Camiri. El II CE de Franco amplía su frente sobre el Río Parapití.

No obstante se mantiene el aferramiento en Villa Montes, donde en el mes de marzo Paraguay utiliza sus últimos proyectiles de cañón en el I CE. El 5 de abril, el II CE cruza el Parapití a viva Fuerza, abarcando una extensa zona, desde casi los bañados del Izozog hasta Casa Alta.

El Cnel. Franco gana el mote de “Parapiti Póra” (el fantasma del Parapití). El día 15 de abril,

cae Charagua. Al día siguiente, 16 de abril el Ejército Boliviano efectúa un contraataque en el sector Boyuibé, con 20.000 hombres, logran hacer retroceder al II CE del Cnel. Franco. Del máximo punto de avance del Ejército Paraguayo en toda la Guerra (se marca con una línea blanca continua que incluye el territorio ocupado por el II CE, fundamentalmente sobre los caminos Amboro-Charagua, Santa Fé-Charagua y Casa Alta Charagua, más la franja correspondiente a la jurisdicción de las patrullas).

La invicta 8va. División es totalmente rodeada en la orilla oriental del Parapití a la altura de Amboro. Con maña y con un uso generoso de las famosas granadas paraguayas “carumbe-í”, la 8va. División paraguaya evade el cerco aunque varios mueren en el intento. El II CE se repliega y forma un velo de contención, logrando enlazar con el I CE en el sur.

En mayo, la contraofensiva boliviana que se había estancado intenta de nuevo recuperar Mandiyupecuá, pero una rápida reacción paraguaya hace que se mantenga esta localidad ocupada por el II CE. En los primeros días de junio, Bolivia intenta un golpe en su sector Norte, en Ingavi, para lograr un rompimiento de la línea paraguaya, y salir en su retaguardia. El Destacamento Cazal, al mando del TCnel. José María Cazal, (que estaban estacionados en Huirapitindy) con 850 hombres se traslada en camiones al Norte de Ingavi y enfrenta a 3.500 bolivianos que vienen de Ravelo por el norte. Logra envolver a la columna boliviana, captura 400 bolivianos con sus jefes divisionarios y el resto se repliega. La noticia de una enorme derrota, propalada en parte abierto por el Gral. Estigarribia, consigue al parecer convencer a los negociadores bolivianos de la inutilidad de continuar la lucha y el 12 de Junio se firma el Protocolo de Paz con un cese del fuego para las 12.00 hs. del 14 de junio. Total de prisioneros bolivianos (incluye otros lugares): 24.000. La Guerra termina con estas líneas de Hitos entre los ejércitos, las cuales duran los siguientes tres años.

Tres años más tarde, en junio de 1938, se firma el Tratado de Paz, amistad y límites, por el que Paraguay cede una parte que había conquistado por las armas, y obtiene otra parte, sin haberla conquistado.



Los números de la Guerra:

1. Paraguay obtuvo (136.225 kms²) un 125% más del territorio chaqueño que poseía al principio de la guerra (110.700 km²).
2. Del Territorio conquistado por las armas (153.747 km².) Paraguay cedió por negociaciones de paz un neto del 10%.
3. Del 100% del territorio cedido (17.522 kms²), aproximadamente la mitad o más ya era territorio poblado y desarrollado por bolivianos.
4. En 3 años de guerra y con 50.000 muertos, Bolivia obtiene 15.022 kms², por negociaciones, el equivalente a sólo un 10% de todo lo que ocupaba a julio de 1932 (156.247 kms²)

CONCLUSION

La Guerra del Chaco y los Tratados de Paz, Amistad y Límites logró poner fin a un litigio entre dos países sudamericanos después de más de 100 años.

Al inicio de la contienda el ejército boliviano contaba con 5.500 efectivos, y el paraguayo sólo con 4.200; durante la misma, el primero movilizó 200.000 hombres y el segundo 150.000. Bolivia tuvo 50.000 muertos y 25.000 prisioneros, pero los 40.000 muertos y 2.500 prisioneros guaraníes prueban que la victoria de éstos fue pírrica.

En el balance final, y de los objetivos de cada uno de los países, Paraguay logró totalmente el más importante de los suyos, esto es la fijación definitiva de límites con Bolivia, aunque en el intento haya perdido aproximadamente el 20% de los territorios reclamados de antaño (hasta la cordillera de los Chiriguano, Río Parapití y el Otuquis).

Bolivia en cambio no logró su objetivo de expansión territorial y ocupación total del Chaco, ni el puerto de aguas profundas sobre el río Paraguay, ni toda la orilla occidental del mismo hasta la confluencia del río Pilcomayo, frente mismo a Asunción. Aunque se debe decir que ya al final de la guerra, logró anular la posibilidad de la toma de los pozos petrolíferos de Camiri, que nunca les fueron arrebatados por el Paraguay.

BIBLIOGRAFÍA

- BARRETO, Sindulfo. *Porque No Pasarón: Talleres Gráficos Escuela Tecnica Salesiana; Asunción - Paraguay 1969*
- BEJARANO, Ramón César. *Síntesis de la Guerra Del Chaco. Editorial Toledo Asuncion-Paraguay, 1982.*
- DÍAZ MACHICAO, Porfirio. **Historia de Bolivia: Toro-Busch-Quintanilla** - Ed. Juventud, La Paz - Bolivia: 1957
- FERNANDEZ, Carlos José., **La Guerra del Chaco**, Editorial Impresora Oeste, Rca. Argentina, 1956.
- GONZÁLEZ, Antonio, *Preparacion Del Paraguay Para La Guerra Del Chaco*, Asunción, 1957.
- MAZACOTTE, Alejandro. **Ensayo Sobre La Guerra Del Chaco**, Colección Prisma - Asunción – Paraguay: 1983

- TABERA, Felix. **Apuntes para La Historia de La Guerra del Chaco**: Ed. Don Bosco– La Paz Bolívia , 1960
- VERÓN, Luís. **La Guerra del Chaco**, Editorial Azeta S.A., Asunción, 2001.



A HISTORICIDADE REVELADA NAS FORTIFICAÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO A PARTIR DE UM OLHAR SOBRE A FORTALEZA DA CONCEIÇÃO ¹

Flávia Pereira ²

RESUMO

O presente trabalho procurou analisar a historicidade da Fortaleza da Conceição a partir de um olhar sobre o território e sua dimensão política, cultural e econômica, contextualizando seus usos e funções a partir de uma perspectiva de mudança de perfil do objeto, buscando imprimir a fortificação à atribuição de equipamento cultural da cidade sem perder seu perfil museal, sua capacidade de dialogar com seu entorno e estabelecer uma nova perspectiva sobre esse patrimônio, religando-o a história das origens da cidade, a história da defesa do território, a história da ciência de cartografar produzida pelo Exército naquele espaço, compreendendo seus diversos patrimônios como um instrumento de divulgação da História Militar institucionalizada a partir da política cultural do Exército de abertura das fortificações à visitação pública e da criação de seus Museus, particularmente, o Museu de Cartografia e o Museu Histórico do Exército.

ABSTRACT

The present article analyzes the of the Conceição Fortress' (Fortaleza da Conceição) historicity from a perspective of the territory and its political, cultural and economic dimensions, contextualizing its uses and functions from a different point of view seeking to attribute to the fortification its cultural characteristic without losing its museum feature and its ability to dialogue with its surroundings. We establish a new perspective on this heritage, reconnecting it to the history of the city's foundation, of the defense of the territory, and of the local cartography produced by the Brazilian Army. Its diverse heritage is seen in this paper as an instrument to spread the Military History institutionalized from the Brazilian Army's cultural policy to open the fortifications to public visitation and to create new

¹ Artigo apresentado no *International Meeting on Fortifications and Military Heritage ICOFORTRIO 2017. Management, Innovation and Tourism in Fortifications*. Realizado de 06 a 08 de Novembro 2017, Forte Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Brasil.

² Exército Brasileiro -Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército. Museóloga, Mestre em Museologia em Patrimônio- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO-MAST; Pós-graduação em História Militar-UNIRIO. Atua na área de Projetos de qualificação e divulgação do Patrimônio Cultural Militar; Museu Histórico e Forte de Copacabana 2010; Responsável pela revitalização do Museu Cartográfico e requalificação Patrimonial e Turística da Fortaleza da Conceição 2008.

museums, for instance the Brazilian Army Cartography Museum and the Army Historical Museum.

Keywords: Army, Conceição Fortress, Military History, Museum, Heritage

INTRODUÇÃO

Historicamente o espaço institucional vem construindo e atribuindo, através da produção de significados e sentidos, narrativas de patrimônio nacional. Dessa forma, procuramos analisar a historicidade da Fortaleza da Conceição compreendendo seus diversos patrimônios como um instrumento de difusão da História, analisando o processo de reinterpretação desse patrimônio, e sua reinserção na sociedade, a partir de um olhar sobre a política cultural do Exército de abertura das fortificações, da visitação pública e da criação de museus anexos a esses sítios históricos revelando a necessidade institucional de (re)apropriar e (re)significar seus Fortes.

Para tanto, devemos considerar, igualmente, que o valor atribuído a certos objetos, assim como a certas edificações, enquanto referências culturais e símbolos de uma nação contribuem para que as políticas de preservação do patrimônio criem “lugares de memória” a fim de reforçar, ou mesmo construir, uma identidade coletiva e preservar sua memória, reproduzindo uma coletividade artificialmente representada, legitimando as narrativas oficiais.

Com efeito, pode-se afirmar que a relação entre abertura das fortificações e a criação dos museus militares no âmbito do Exército, trata-se da construção de uma narrativa oficial específica, baseada na perspectiva de Hobsbawm, de “tradição inventada” (HOBSBAWM; RANGER, 1984). Esta narrativa torna-se, assim, o resultado de uma construção social articulada pelo Estado.

Essa construção é legitimada por uma representação no espaço e no tempo, através de olhares múltiplos, caracterizada a partir do que é revelado em seus espaços territórios, bem como daquilo que é condição e qualidade do que é histórico.

Dessa forma é que estariam inseridos os processos de construção de narrativas patrimoniais, na relação entre as fortificações e as Forças Armadas, ou seja, o lugar social de onde partem os discursos históricos sobre o passado desses bens culturais. através da sistematização do patrimônio histórico e cultural do Exército, como elementos estruturantes de uma memória social, através da produção de “sítios simbólicos de pertencimento” (ZAOAUL, 2006), e uma vez que, segundo Pierre Nora, “à medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi”

(NORA, 1993, p.13), esses “lugares de memória” estão “invariavelmente vinculados a condições materiais, funcionais ou simbólicas [...]”.

É nesse contexto que se inserem os Museus institucionais, criados juntos às fortificações, a partir da percepção e da apropriação desse espaço de narrativas, visto que “Tais operações não são naturais, porém necessárias, na medida em que permitem reconstruir a representação de um passado coletivo” (NORA, 1993 p.13).

Para a elaboração deste artigo, considerou-se as “Normas para a Abertura das Fortificações à Visitação Pública”, reguladas pela Portaria N° 615, de 13 de novembro de 2000, do Comandante do Exército, cujo objetivo geral é “divulgar junto à população brasileira a imagem de um Exército que se preocupa com a preservação de seu patrimônio histórico bem como possibilitar a divulgação da história militar brasileira”, que permearam significativas mudanças políticas no âmbito da sociedade e, conseqüentemente, nas práticas, nas estruturas e nos processos do uso e das funções das fortificações do Exército Brasileiro. O escopo deste trabalho, contudo, limita-se à Fortaleza da Conceição que tem como anexo o Museu de Cartografia e o Forte Copacabana com o Museu Histórico Militar respectivamente, ambas Fortificações envolvidas em diferentes processos de sistema defensivo da cidade do Rio de Janeiro, devido ao lapso temporal em que foram construídas, mas que possuem peculiaridades similares além de jurisdicionadas ao Exército Brasileiro, foram escolhidos por suas características históricas, sua evolução, e condições de seus usos e funções até os dias hoje.

A HISTORICIDADE REVELADA NO MORRO DA CONCEIÇÃO, SUA FORÇA SIMBÓLICA, SEU TERRITÓRIO EM SUA DIMENSÃO POLÍTICA, CULTURAL E ECONÔMICA.

Inicialmente a ocupação do Morro da Conceição remonta ao povoamento da várzea onde se desenvolveu a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, é um dos quatro morros do centro onde começou a cidade. Sua história se revela principalmente para questão da Fortificação, após a invasão dos franceses da Guanabara, no século XVIII. No ano de 1711, ocorreu o episódio em que o Rio de Janeiro ficou cerca de 60 dias sob o domínio de corsários franceses comandados por René Duguay-Trouin; diante do ocorrido, no ano seguinte, o Conselho Ultramarino aprovou a adoção de medidas para reformar o sistema de defesa do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia.

Dois anos mais tarde, no ano de 1713, foi anunciado que no alto do Morro da Conceição,

dentro dos limites do terreno do Palácio Episcopal, seria construída a Fortaleza da Conceição.

Além da função de defesa, décadas depois, a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, ganhou masmorras, para onde eram encaminhados os presos tidos como perigosos pelo governo colonial, a exemplo dos inconfidentes mineiros. Quando o Cais do Valongo ficou pronto, a região tornava-se ainda mais presente na vida da cidade, pois, com as políticas de higienização, ali fora eleito como o novo lugar destinado ao desembarque e ao comércio negro.

Anos mais tarde, em 1920, em um novo contexto político, Carlos Sampaio, engenheiro de profissão, assumiu a prefeitura do Rio com a missão de preparar a cidade para os festejos do 1º Centenário da Independência do Brasil, em 1922. Nesse cenário, o Morro da Conceição, recebeu a instituição para ensino da Astronomia, o Observatório do Valongo descendente do antigo Observatório Astronômico da Escola Polytechnica, fundado em 1881. Logo, do alto do Morro da Conceição até seu sopé e entorno aquele lugar que, outrora fora pensado e desenvolvido para proteger a cidade, agora tem os vestígios de seu passado histórico e seus *modus-vivendi* marcados pelos remanescentes arquitetônicos, culturais e institucionais.

Nesse sentido, às representações se sobrepõe a materialidade do sítio histórico e como representante dessa presença e experiência temporal, a fortificação nos permite observar marcas significativas da cidade, traços culturais que revelam a relação intrínseca entre memória e identidade, instituição e sociedade.

Para Zaoual (2006) os “sítios constituem o cadinho da identidade para as pessoas; são comunidades de sentido, sistemas de pertencimento etc”, o autor propõe uma “teoria dos sítios simbólicos de pertencimento”, onde o ser humano necessita de um lugar simbólico para se enraizar e se realizar (ZAOAUL, 2006, p. 34). O sítio é um espaço invisível que articula crenças, conhecimentos e comportamentos de um grupo humano em seu território de pertencimento, “*marcador invisível* de realidade. Conforme a visão e a representação que difunde entre seus membros, ele contribui para moldar seus comportamentos e suas ações cotidianas” (idem, grifo do autor). Impregnado das ações individuais e coletivas de seus habitantes, e estas, por sua vez, compõem a sua essência “tendem a convergir para um ponto fixo” (idem).

Nesse sentido, para a análise aqui proposta, é preciso retroceder ao início do século XVIII, a fim de que se possa, com segurança, compreender a teia histórica que constitui esses sítios onde estão inseridos a Fortaleza da Conceição, o Palácio Episcopal, o Observatório Astronômico e os Jardins do

Valongo, que resgatam a mais antiga imagem ambiental da área.

Conforme já referido, a fortaleza foi iniciada após a saída dos franceses da Guanabara em 1711; em 1712, chegou ao Brasil o brigadeiro francês Jean Massé para examinar e reparar as fortificações. Em 1713, chegou à cidade o novo governador nomeado, D. Francisco Xavier da Távora, que recebeu como missão acompanhar as providências para a revisão do sistema de fortificação, do que resultou na decisão da construção da Fortaleza no alto do Morro da Conceição.

As plantas das novas fortificações, elaboradas pelo brigadeiro João Massé em 1713, para tornar a cidade inexpugnável, apresentaram a proposta que a Fortaleza da Conceição e o Forte de São Sebastião funcionariam como baluartes das extremidades da muralha de defesa da cidade e propunha que o muro de proteção da cidade teria sido iniciado junto à Fortaleza no Morro da Conceição. Ainda hoje, não há consenso sobre a construção do muro, e remanescentes de uma possível construção contribuem com a “mística” do lugar.

Segundo Castro (2009), por volta de 1735, a Fortaleza já se encontrava em mau estado de conservação, e sua artilharia teria sido reduzida para 20 canhões. Para o autor, naquele momento talvez já se apontasse uma nova finalidade para aquela posição, uma vez que a fortificação no topo de uma elevação e longe do ancoradouro, não se prestaria à defesa contra navios.

Castro (2009) aponta ainda que, no final do século XIX, a Conceição já não mais dispunha de sua condição funcional de fortificação, o que explica o fato que nunca fora oficialmente desarmada na República, uma vez que não era mais considerada uma fortificação. Logo, no início do século XX, em 1900, com a extinção da Fábrica de Armas, localizada na fortaleza, o local foi aproveitado para outras funções e assumiu o aquartelamento do Exército, o 7º Batalhão de Infantaria. Anos mais tarde, em 1914, por sugestão do Major Vidal, a Fortaleza da Conceição foi escolhida para sediar o então Serviço Geográfico.³

DE FORTIFICAÇÃO À EQUIPAMENTO CULTURAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: PERCURSO MATERIAL E SIMBÓLICO DA FORTALEZA DA

³ A edificação cumpriu a função de residência oficial da Diocese e Arcebispado de São Sebastião do Rio de Janeiro até 11 de dezembro de 1905, data em que o arcebispo Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcante mudou para o Palácio São Joaquim, no bairro da Glória. Por volta do ano de 1910, sofreu um incêndio. Conforme escritura lavrada em 31 de dezembro de 1923, o Ministério da Guerra adquiriu o Palácio visando à ampliação do Serviço Geográfico, entretanto, devido a contingências orçamentárias, a União realizou o pagamento somente cinco anos depois, em 15 de dezembro de 1928, e o Palácio foi entregue ao Serviço Geográfico do Exército em 27 de março de 1929.

CONCEIÇÃO.

Se lançarmos um olhar mais atento à fortificação podemos identificá-la como suporte de múltiplas histórias, qual seja um documento passível a varias questões, sobre representações e apreensões de significados, uma fonte rica em interpretações.

Assim, é possível afirmar que a Fortaleza da Conceição não se restringe às marcações visíveis do espaço físico, ela não se restringiu a sua função originaria de Fortaleza, ela é um instrumento de registro que adentra as dimensões do tempo, da memória, das lembranças, das reminiscências, das experiências.

Ela se reinventa a partir das suas ressignificações, ora por um discurso oficial institucional, no caso do Exército que desde 1914 exerce suas atividades de legitimador de patrimônio nacional, através da produção cartográfica, onde cabe ao Cartógrafo Militar eleger, representar e demarcar o território brasileiro. Ora, pela sociedade que se integra e se reconhece através da (re)apropriação daquele espaço, visto que muitos dos moradores e frequentadores são descendentes de escravos, estivadores, portuários e militares, visitantes que criam representações através da busca de vestígios da sua história e das memórias coletivas, que os religam aos seus antepassados que ali estiveram.

Dessa forma, como o elo axiológico que une a valorização de um patrimônio histórico e a demanda de significação da população é justamente a eleição do que é nacional, ou daquilo que a representa, ressalto a escolha da Fortaleza da Conceição, em 1914, para sediar o Serviço Geográfico.

O Major Alfredo Vidal apresentou estudos à 3ª Seção do Estado-Maior do Exército que convenceram o Ministério da Guerra da necessidade do estabelecimento de um Serviço Geográfico capaz de estabelecer uma base confiável de mapeamento. Subordinado àquele Ministério caberia ao Serviço Geográfico a responsabilidade pelo projeto, construção e distribuição das cartas necessárias tanto às finalidades de segurança quanto as de desenvolvimento do Brasil.

Através do aviso ministerial de 29 de maio de 1915, foi ordenado à 5ª Região Militar que a época ocupava as instalações, que entregasse aquelas dependências. A partir de 1917, a Fortaleza da Conceição passou por reformas que a adequaram aos novos propósitos, tornando-se operacional em fins de 1921.

Não por acaso, no ano de 1922, centenário da Independência, marca a instalação definitiva do então Serviço Geográfico Militar na Fortaleza e o início efetivo do mapeamento topográfico sistemático do país.

Historicamente, o espaço institucional (Fortaleza Conceição – Palácio Episcopal – Serviço Geográfico – Exército) vem construindo e atribuindo, através da produção de significados e sentidos, narrativas de patrimônio nacional. Esses espaços mereceram tombamento, já em 1938, pelo Serviço do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional, tão logo este foi criado em 1937, fruto do movimento de preservação, vivenciado nos anos 30 objetivando uma proposta de formatação de uma memória de caráter nacional.

A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Sphan, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, com objetivo de sistematizar as ações de preservação patrimonial, em 1936, integrava as ações político-ideológicas de nacionalização do estado brasileiro nos anos 30. Estava pautada na construção da nacionalidade através de referências simbólicas, que deveriam impingir unidade e impedir qualquer feição plural, heterogênea da nação, a exemplo de uma categoria regional, que deveria estar incluída no todo, buscando uma não regionalização, uma não personificação, distanciando o sujeito da história, dentro de uma perspectiva civilizadora; logo, se existe uma parte “selvagem”/ primitiva, originária, simplista ela deveria ser disciplinada a caber num todo, dando uma ideia de civilizado, congregado.

A função do patrimônio brasileiro era dar continuidade a esse projeto de tradição. A essa continuidade de civilização e tradição se materializou o desejo de constituir monumentos no sentido literal do termo, o de monumentalidade. A noção de civilização à qual está ligada esta política nacionalista é muito importante para o entendimento da construção do patrimônio brasileiro no qual estão inseridas as fortificações.

Nos anos 70 e 80, os debates internacionais e nacionais acerca do patrimônio voltaram-se para as ações dos órgãos de preservação, que estavam assentadas nas ideias de tradição, civilização e homogeneidade da nação.

No Brasil, houve uma ampliação do conceito de patrimônio com base no conceito antropológico de cultura, buscando valorizar uma variedade de épocas históricas e de ambientes sociológicos, como as manifestações e os fazeres culturais. Nesse contexto, em que os espaços de promoção da história militar foram criados e/ou readaptados as suas novas funções, e junto a Fortaleza da Conceição, em 1977 foi criado o Museu Cartográfico do Exército, e em 1987 junto ao Forte de Copacabana foi criado o Museu Histórico do Exército. Aplicou-se nesses sítios e em seus “museus” a Pedagogia do cidadão, onde se propagam os elos axiológicos da história do Exército, como a participação de Caxias

na Guerra do Paraguai, o culto aos heróis nacionais, aos patronos, a valorização e a consolidação da instituição nas ações de Garantia da Lei e da Ordem, Canudos, a Expansão Territorial, a Garantia das Fronteiras, o Marechal Rondon, dentre outros.

Resgatando e promovendo o percurso iniciado nos anos 20, onde as guerras e crises redirecionam as discussões dos intelectuais brasileiros, que iniciam um projeto de conhecimento e afirmação de uma “identidade” e uma “cultura brasileira”, resultando no que Benedict Anderson classificou de “comunidades imaginadas”, onde todos os indivíduos de um dado território congregam uma identidade comum de pertença a uma mesma organização política, com práticas tradicionais existentes revistas, ritualizadas e (re) inseridas no contexto social com fins de servir aos propósitos nacionais.

Para o autor, a nação é imaginada porque os membros dela, mesmo que não se conheçam, partilham de uma comunhão entre eles. Ao mesmo tempo ela é imaginada como sendo intrinsecamente limitada, uma vez que apresenta fronteiras finitas, ainda que elásticas; e soberana, em função do nacionalismo nascer exatamente num momento em que o Iluminismo e a Revolução Francesa estavam destruindo a legitimidade dos reinos dinásticos e de ordem divina. E por último, ela é imaginada como comunidade “porque, independente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro delas, a nação é sempre concebida como uma profunda camaradagem horizontal” (ANDERSON, 2008, p. 34).

CONCLUSÃO

Nesse cenário teórico, identificamos o Museu de Cartografia (1977) e a Fortaleza da Conceição (1715), ambos localizados no Morro da Conceição, território repleto de história(s) e marco cultural da cidade, potencializado como equipamentos culturais, voltados para preservação e difusão da história militar.

Apoiados na construção de Le Goff, o documento que, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do século XX, será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. “A sua objetividade parece opor-se à intencionalidade do monumento” (LE GOFF, 1994, p. 536).

A ocupação da Fortaleza pelo Serviço Geográfico pode ser analisada a partir desse conceito. Nesse processo, embora, não haja uma intencionalidade inicial, a escolha desse lugar foi emblemática,

uma vez que a Fortaleza da Conceição, cujo início das obras se dá em 1713, é um dos principais pontos de ocupação do Rio de Janeiro, como já foi mencionado anteriormente. A própria história do Serviço Geográfico, e sua função de mapear e contribuir para o desenvolvimento do país, através da produção de cartas, símbolos, da eleição de elementos, nomenclaturas, lugar(es), vão dando feições, identidade(s) ao lugar, e constroem as memórias, e legitimam os patrimônios nacionais ao serem mapeados e registrados.

No caso, Paul Ricouer também compartilha a ideia de que a história se alimenta de uma relação direta com a memória, e, desse modo, aponta uma “aporia entre memória e representação”, cuja trajetória encontra-se, inicialmente, na tradição platônica que centra-se “na representação presente de algo ausente, a problemática da eikōn (imagem), ou seja, da imagem associada à tupos (impressão)” Para o autor, “a hipótese – ou melhor, a aceitação – da impressão suscitou, no decorrer da história das ideias, um cortejo de dificuldades que não deixaram de pesar não somente a teoria da memória, mas também sobre a da história, com outro nome, o de “rastro” (RICOUER, 2007, p.32).

Desse modo, colecionar documentos e objetos, construir arquivos e museus, selecionar fatos e nomes para a produção de uma “história nacional”, teve o amparo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). De fato, é importante ressaltar no Brasil a atuação do IHGB, idealizado no Rio de Janeiro em 1838, a partir de modelos de instituições europeias, criado no âmbito de um cenário político, cujo projeto era pensar o Brasil a partir de uma história comprometida com sua origem e, desse modo, com o processo de consolidação do Estado Nacional (GUIMARÃES, 1998).

Para tanto, foram promovidas expedições pelo país e em outros países com o objetivo de recolher documentos, sobretudo, em arquivos de Portugal e da Espanha, “além de objetos e as fontes escritas que remetessem aos diversos aspectos da história pátria” (BITTENCOURT, 2005, p.199).

Assim a historiografia estimulada pelo IHGB apresentou uma homogeneização da visão de Brasil, inserindo a Nação brasileira numa tradição de civilização e progresso. Nesse contexto de invenção da história e de legitimação da nação, são criados os primeiros museus brasileiros, cujas atribuições, “aproximavam-se de um serviço de patrimônio” (RUBINO, 1991, p. 29),

De acordo com Chagas (2002),

no século XIX, as instituições de preservação do patrimônio histórico e artístico se multiplicam. Os museus e os monumentos espalham-se por toda a parte, tendo como principal polo irradiador os países colonizadores da Europa. Os projetos de nação passam pela construção de museus que ordenam as memórias, os saberes e as artes.

(CHAGAS, 2002, p.53).

Esse movimento se iniciou em 1818, quando D João VI criou o Museu Real, atual Museu Nacional, cujo objetivo era civilizar o país, somando-se, mais tarde, a outras instituições que tinham o mesmo objetivo, que passava pela organização do campo científico, “descobrir” o Brasil.

Desse modo, a história dos museus brasileiros do século 19 a que se refere Chagas foi concretizada por esses museus, uma vez que produziram suas narrativas de acordo com os interesses e valores de setores hegemônicos da sociedade brasileira, representada pelas oligarquias, e à memória nacional novos símbolos foram acionados para a construção da “Nação brasileira” (VELLOSO, 2000, p. 32).

Como exemplos emblemáticos desse processo de “invenção de tradição” (HOBSBAWN, RANGER, 1984) podemos citar o culto à figura de Tiradentes, aos inconfidentes mineiros, aos ilustres do Exército, bem como o estabelecimento de um calendário oficial de datas comemorativas específicas.

Essas ações configuram o que Ortiz chama de “criação de um mercado de bens simbólicos” (ORTIZ, 1994, p. 165). O autor ressalta que esse é o momento de um deslocamento na formulação identitária brasileira, uma vez que o fortalecimento da indústria cultural no Brasil, a partir da implantação de grandes empresas de comunicação, reprocessará a questão da identidade agora pelo viés da questão mercadológica.

A indústria cultural adquire portanto, a possibilidade de equacionar a identidade nacional, mas reinterpretando-a em termos mercadológicos; a ideia de ‘nação integrada’ passa a representar a interligação dos consumidores potenciais espalhados pelo território nacional.

Dentro dessa perspectiva, no âmbito Exército recorreremos à observação dos espaços culturais, os sítios históricos fortificados citados no presente trabalho. O Forte de Copacabana, por exemplo, construção de 1914, com o propósito de reforçar a defesa da Baía de Guanabara e que foi considerado a mais moderna Praça de Guerra da América do Sul, com seus canhões da fábrica alemã Krupp de 305mm, 190mm e 75mm, e suas instalações, com câmaras de tiro, cozinha, depósito de viveres, paiol de munição, alojamento para oficiais e praças, oratório, oficina, telégrafo, observatório, almoxarifado, cisterna de água, banheiros e enfermaria preparado para que fosse possível permanecer durante longo período sem a necessidade de auxílio externo.

Conceitualmente, o sítio histórico é apresentado também como espaço museológico, assim como a época em que fora construído e representa no cenário turístico cultural, o terceiro ponto mais visitado na cidade do Rio de Janeiro. Hoje, essa imagem de sobrevivência é atribuída aos serviços oferecidos no Forte, enquanto equipamento turístico cultural, do ponto de vista mercadológico, representa uma marca de sucesso para Exército.

A relação monumento/documento é evidenciada no fenômeno da turistificação, uma vez que há o reconhecimento do significado daquela arquitetura militar moderna, para além, do objeto musealizado, ou seja, a imagem que revela transcende a apropriação do Exército.

Apoiado nesse diálogo foi se construindo as exposições do Museu Histórico do Exército e do Forte Copacabana, extintas as Baterias de Artilharia de Costa, seus canhões passam a “atirar cultura e civismo”, segundo a lógica dos seus gestores. Pela análise até aqui desenvolvida, entretanto, tal fenômeno não ocorre na Fortaleza da Conceição, que contém anexo, o Museu da Cartografia, embora, sua localização no Morro da Conceição favoreça com mais elementos representativos para esse tipo de ocorrências.

Assim, evidencia-se a eleição do Forte de Copacabana que representaria a imagem de um Exército republicano e moderno, “o novo”, ao passo que a Fortaleza da Conceição definiria a imagem de uma história e tradição de um passado colonial, “envelhecida”, e “esquecida”, enraizada a uma teia de representações ligadas ao Império.

Embora normativamente estabelecida, desde o ano de 2000, a política de abertura de fortificações ocorreu somente por ocasião das comemorações do bicentenário da vinda da família real para o Brasil, no ano de 2008. A partir de então, a Fortaleza da Conceição passou a ser vista e tratada como objeto museológico, documento, e aberta ao público com a inauguração da exposição “Casa D’Armas da Fortaleza da Conceição”.

Resultado de uma leitura multidisciplinar, em que procuramos resgatar essas historicidades presentes na história do lugar, na ciência militar, na cartografia, na história da cidade, nas redes de experiências presentes no tempo, nos movimentos contínuos e permanentes, nas fronteiras vivas do patrimônio compartilhado coletivamente.

Particularmente, por ainda ser uma unidade militar funcional, a preservação e divulgação desse patrimônio imprime um exercício dialógico de alteridade que procura as dimensões de si a partir do outro (re)conhecendo repetições e diferenças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict: *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BITTENCOURT, José Neves. *Memória para o futuro: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e seu museu (1839-1889)*. Anais do Museu Histórico Nacional, vol. XXXVII. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Museu Histórico Nacional, p.195-219, 2005.
- BRASIL. Exército Brasileiro. *Port N° 615*, de 13 NOV 2000. Disponível em: http://www.dphcex.ensino.eb.br/docs/legislacao/Port%20Nr%20615%20de%2013%20NOV%202000_normas%20para%20a%20abertura%20das%20fortificacoes%20a%20visitacao%20publica.pdf. Acesso em: 6 julho de 2017.
- CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Muralhas de Pedra, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações do Brasil de 1504 a 2006*. Volume I. Rio de Janeiro: FUNCEB, 2009.
- CHAGAS, Mário de Souza. “Memória e Poder: dois movimentos” in *Museus e Políticas de Memória*. *Cadernos de Sociomuseologia*, v.19, n.19. - Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2002. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/36/showToc>>. Acesso em: 2 de Setembro 2017.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Revista Estudos Históricos. Volume 1. Rio de Janeiro: FGV, p. 5-27, 1998.
- HOBBSAWN, E; RANGER, T. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- LE GOFF, J. *Documento e monumento*. In: LE GOFF, J. História e memória. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Ed. UNICAMP, p. 525-539, 1994.
- NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Traduzido por Yara Aun Khoury de Lês Lieux de Memórie. In: Projeto História, São Paulo: PUC, vol.10, n. 10, p. 7-28, 1993.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

-
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
 - RUBINO, Silvana. *As Fachadas da História: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Janeiro, 1991.
 - VELLOSO, Mônica. *Que cara tem o Brasil? Culturas e identidade nacional*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.
 - ZAOUAL, HASSAN. *Nova Economia das Iniciativas Locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Tradução de Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ, 2006.



O BOM-CRIOULO: REPRESENTAÇÕES DE UM EX ESCRAVO QUE UTILIZA A ARMADA IMPERIAL COMO POSSIBILIDADE DE FUGA

Maria Angela Gomes Gonçalves¹

RESUMO

Este artigo apresenta uma breve análise da vida do personagem Amaro, protagonista do romance oitocentista de Adolfo Caminha. Tratando-se de um homem negro, escravizado até seu ingresso na Armada Imperial, o artigo pretende trazer à tona uma representação dos homens que encontraram na Marinha de Guerra brasileira uma brecha para um recomeço em um local diferente da senzala.

Palavras-chave: Escravidão. Marinha. Adolfo Caminha. O Bom Crioulo.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é propor, a partir de uma perspectiva interna, uma análise sobre o livro *O Bom-Crioulo* - lançado no Rio de Janeiro em 1895, por Adolfo Caminha (1867-1897), que narra a história de Amaro, um negro, que foge da fazenda onde é tido como escravo e vai trabalhar na Marinha Brasileira. Lá, enfrenta desafios sobre a brusca mudança, aflições acerca de seus familiares deixados para trás e uma série de sentimentos expressos no livro e que serão explorados durante este trabalho.

Para que a empreitada de percorrer a temática do livro seja bem-sucedida, é necessário antes compreender o contexto histórico em que ele foi escrito e a forma como ele foi então recebido e discutido, pois além de tratar de assuntos que dizem respeito às questões raciais, o livro também aborda questões homossexuais.

No contexto do período, devemos ressaltar que o romance, naturalmente, causou um escândalo na época. Robert Howes, em um artigo sobre raça e sexualidade transgressiva, faz menção ao livro de Adolfo Caminha, afirmando que a obra, apesar de sua notoriedade vendeu muito bem de

¹ Licenciada em História (UCP) e Pós-graduada em História Militar (UNIRIO). E-mail: mariaangela3005@hotmail.com

acordo com o neto de Caminha, o que lhe gerou um lucro de 2.000 mil-réis, mais do que todos os seus outros livros juntos (LACERDA, 1957).

Uma crítica ao livro, publicada em *A Notícia*, de 20-21 de novembro de 1895, apareceu na “Semana Literária”, coluna assinada por Valentim Magalhães, membro fundador da Academia Brasileira de Letras.

Ora o Bom Crioulo excede tudo quanto se possa imaginar de mais grosseiramente imundo [...] não é um livro travesso, alegre, patusco, contando cenas de alcova ou bordel, ou noivados entre as hervas, à lei do bom Deus, como o *Germinal*... nada disso. É um livro ascoroso porque explora- primeiro a fazê-lo, que eu saiba- um ramo de pornografia até hoje inédito ou inabordável, por ante natural, por ignóbil. Não é, pois, somente um livro faisandé: é um livro podre; é o romance-vômito, o romance-poia, o romance-pus. [...]. Este moço é um inconsciente, por obcecação literária ou perversão moral. Só assim se pode explicar o fato de haver ele achado literário tal assunto, de ter julgado que a história dos vícios bestiais de um marinheiro negro e boçal podia ser literariamente interessante... (A Notícia, 21-21 de novembro de 1895.)

No decorrer do romance, Amaro se apaixona por um de seus colegas de ofício, o jovem branco Aleixo, com quem vive uma série de perturbações que vão além das características físicas. Neste ponto, ainda no esqueleto do romance, podemos perceber uma série de atribuições aos personagens, que para o século de sua publicação são um tanto quanto polêmicas.

Lara Moutinho (2004), ao analisar raça, gênero e sexualidade na construção da identidade nacional, utiliza dois escritos literários, uma peça de Nelson Rodrigues e um romance do autor sul-africano John Coetzee. Através destes textos, ela identificou um tabu referente aos casais formados por homens negros e mulheres brancas durante o século XIX. O homem branco ao se relacionar com uma mulher negra ainda pressupõe a dominação da colonização; o contrário disto não era bem visto à sociedade. Ou seja, Adolfo Caminha não só atribui polêmicas quanto a sexualidade dos personagens, mas toca na própria mistura de raças do século XIX.

Por causa do seu tema, *O Bom-Crioulo* desperta cada vez mais interesse entre escritores que se referem a gênero e à sexualidade; afinal, foi a primeira grande obra literária sobre homossexualidade a ser publicada no Brasil e, também, uma das primeiras a ter um puro negro como seu herói.

Guido Vieira trabalha com *O Bom-Crioulo* tratando da opressão à emancipação, com ênfase na questão homossexual. Rafaella Queiroz e Sheila Oliveira, apresentam um artigo, resultado de estudos literários, onde o personagem Aleixo passa a ser o eixo analítico principal, enfatizando suas transformações no decorrer do romance. Já na proposta deste artigo, Amaro é colocado como nossa

representação por toda sua história, mas principalmente por ser um negro, ex-escravo, membro da Marinha Imperial, o que se encaixa perfeitamente na definição da micro-história, que tem como princípio unificador a crença em que a observação micro-analítica revelará fatores previamente não observados devido ao alargamento da escala.

Dessa forma, pude utilizar *O Bom-Crioulo* anteriormente, no trabalho: “De escravo à marinheiro: A Marinha de Guerra brasileira como caminho de escravos fugidos para alcançar a liberdade durante o século XIX”, na conclusão da especialização em História Militar e pretendo continuar esse trabalho de pesquisa em nível de mestrado.

Limitemo-nos ao objetivo principal, que é encontrar no personagem uma representação da vida de tantos outros escravos neste mesmo período. Talvez não com todas as características que Caminha o atribuiu durante o romance, mas certamente, mais um homem escravizado que conseguiu encontrar no sistema uma chance de fuga da própria escravidão. Escravos que conseguiam encontrar em uma sociedade, onde eles mesmos eram um cerne econômico, brechas e fraturas que pudessem favorecê-los em algum momento. Analisar suas posições diante da escravidão, não como heróis ou como vítimas, mas, talvez, encontrar em um romance os sentimentos que não puderam ser relatados por esses homens.

1. ANÁLISE DA OBRA

Falar sobre *O Bom-Crioulo* e não analisar o contexto histórico em que Adolfo Caminha o escreveu e publicou, seria ignorar seu impacto social (1895). Adolfo Caminha, quando escreveu tal obra, estava trabalhando como funcionário público, depois de pedir demissão como oficial da Marinha em 1890 – fato que podemos atribuir à riqueza de detalhes sobre a vida em alto mar.

O Bom-Crioulo é uma obra ambígua, que está aberta a diversas interpretações. O personagem principal, Amaro, além de negro, é homossexual, ex escravo e trabalhador braçal. Características que, isoladas, já seriam suficientes para tornar a obra, pelo menos, polêmica a quem lesse naquela época.

Esse mesmo personagem principal carrega outras características descritas pelo autor, como seu comportamento meigo, que o deixou conhecido a bordo como “Bom-Crioulo”. Fama que correu o tempo e a bordo; todos o estimavam. Caminha o retrata como um homem dócil no começo no romance, o que o confere o apelido, e logo em seguida como um ser perigoso, exercendo uma influência decisiva no espírito de todos a bordo, impondo-se incondicionalmente, absolutamente,

como o braço mais forte. Ele era quem suportava e levantava os pesos mais significativos, bem como assumia as tarefas mais exigentes; para tudo Bom-Crioulo era útil, trabalhando com força e gosto. Essa mudança ocorrida com o personagem a partir de seu alistamento seria certamente resultado de sua rotina. A transformação de Amaro no decorrer do romance faz parte da ideia de Foucault de que o soldado é algo que se fabrica a partir da disciplina.

O realismo e as descrições da vida em alto mar, juntamente com os sentimentos de Amaro, impressionam pela clareza que são colocados. Como observador, Adolfo Caminha registra a movimentação do navio, o leve bater das velas, a disciplina nas vestes, na ordem, as ameaças à simples ordem de perfilar, a superfície imóvel do oceano, a nostalgia da paisagem que ficou para trás... E, ao mesmo tempo, vai introduzindo os homens que habitam esse mundo: ex escravos, filhos de pescadores, gente pobre que encontrava na Marinha um jeito de sobreviver, além dos oficiais – alguns desprezados em sua petulância, outros respeitados e admirados em um processo civilizador que fazia internalizar comportamentos sociais.

O primeiro sentimento expressado por Amaro estava antes de sua vida a bordo: sua fuga seria o primeiro passo para uma suposta liberdade, descrito como um momento sem arrependimentos, em que o único medo do personagem seria regressar a fazenda e voltar ao seio da escravidão. Medo compreensível, pois os riscos da fuga eram altos. A caça aos escravos aterrava as populações de um modo fantástico. Homens conhecidos como capitães do mato,² viviam de recompensas ao capturar escravos fugitivos. Amaro, descrito como um homem forte e alto, “não havia osso naquele corpo de gigante” (CAMINHA, 2010, p. 9); em suma, um marinheiro exemplar que não arrumava confusões, certamente era de grande valor para seu senhor, pelo menos por seu porte físico. Evidentemente, seria procurado e o próprio escravo sabia disso.

Outras características, ricas em detalhes, também são atribuídas a Amaro. O autor o descreve como um negro de olhos muito brancos, lábios enormemente grossos com um sorriso “idiota”, e em cuja fisionomia acentuam-se linhas características de estupidez e subserviência.

Outro sentimento colocado pelo autor é o sentimento de tristeza por aqueles que continuaram na fazenda. O autor descreve como Amaro sentiu-se feliz ao estar embarcado. “A liberdade entrava-lhe pelos olhos, pelos ouvidos, pelas narinas, por todos os poros, enfim, como a própria alma da luz, do som, do odor e de todas as cousas etéreas...” (CAMINHA, 2010, p. 11). Porém esta mesma

² Empregado encarregado de reprimir os pequenos delitos ocorridos no campo. Na sociedade escravocrata do Brasil, a tarefa principal era capturar os escravos fugitivos.

felicidade se confundia com a dificuldade de esquecer o passado; sua mãe, familiares e companheiros.

Assim como Amaro, tantos outros escravos viviam esse paradigma entre a liberdade e deixar seu meio social para trás. A decisão da fuga, analisar seus riscos, seus prós e contras, talvez fosse a parte mais difícil da decisão. Pode-se analisar essa questão apenas observando o número de fugas entre homens e mulheres. Os anúncios de jornais do século XIX denunciavam que escravos homens fugiam bem mais que escravas mulheres. Anúncios estes, onde a historiografia pode e deve se debruçar, uma vez que são os mais sinceros, segundo Gilberto Freyre. Freyre em sua obra *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX* afirma que esses anúncios acerca das fugas constituem os nossos primeiros clássicos – os mais francos, os mais cheios de vida, os mais ricos da expressão brasileira. Márcia Amantino atribui a diferença de gênero no número de fugas à forma de trabalho como ambos eram usados. Homens teriam mais acesso às ruas do que as mulheres, que desempenhavam um papel doméstico com mais frequência ou simplesmente pelo estabelecimento de laços familiares mais fortes, o bastante para evitar as fugas, já que havia crianças que delas dependiam. Flávio Gomes também analisa a questão das fugas entre homens e mulheres, porém conclui que o número fugas é maior entre homens devido as altas taxas de masculinidade da população escrava na Corte neste período.

Os relatos atribuídos a Amaro são de grande valor para compreender também a vida nos navios. Nas entrelinhas do romance, percebemos detalhes sobre a rotina em alto mar. O personagem traz à tona a valorização do conforto de uma cama, roupa limpa, da comida, e, principalmente, da liberdade, que segundo ele, valia por tudo.

A rotina nos navios é relatada no romance em forma de pistas sobre seu funcionamento e suas relações, como as horas de sono e as brincadeiras. “O tempo voa ninguém se percebe das horas, ninguém se lembra de dormir, de fechar os olhos (...) Misterioso instrumento essa viola, que fazia esquecer as agruras da vida embriagando a alma, tonificando o espírito” (CAMINHA, 2010, p.15).

Através do romance, também sabemos que o dia de trabalho começava por volta das quatro horas da manhã e se estendia até às nove horas da noite, quando se tocava a sineta da “hora do silêncio”. Esta noção do tempo é observada por Thompson em um capítulo no livro *Costumes em Comum*- “Tempo, disciplina e trabalho no capitalismo industrial”, em que ele afirma que a divisão do tempo é essencial para orientação de tarefas. Thompson salienta ainda que em alguns grupos sociais havia menos separação entre trabalho e a vida, haja visto que esses dois elementos se misturavam no cotidiano. De acordo com o trabalho em alto-mar, poderia ser questionado tal comportamento;

mas como relata Caminha, o horário fazia parte da disciplina. O livro também nos relata acerca dos trabalhos acerca da limpeza e manutenção do armamento, o preparo das refeições, manutenção de caldeiras e velas, vigilância e a navegação.

A disciplina militar é enunciada com detalhes. As chibatadas e os castigos são descritos de forma realista quando comparados com pesquisas desse período, porém o que impressiona é a declaração de que toda e qualquer disciplina presente naquele meio não se comparava ao penoso trabalho da fazenda e ao regime terrível do tronco e do chicote. Veja como Caminha relata o sentimento de Amaro pela vida em alto mar:

Ali ao menos, na fortaleza, ele tinha sua maca, seu travesseiro, sua roupa limpa, e comia bem, a faltar, como qualquer pessoa, hoje boa carne cozida, amanhã suculenta feijoada, e, às sextas-feiras, um bacalhauzinho com pimenta e sangue de Cristo... Para que vida melhor? Depois, a liberdade, minha gente só a liberdade valia por tudo! Ali não se olhava a cor ou a raça do marinheiro: todos eram iguais, tinham as mesmas regalias o mesmo serviço, a mesma folga (CAMINHA, 2010, p. 10).

A disciplina nos navios de guerra é tema que a historiografia tem se debruçado por meio de documentos e relatos. Em *O Bom-Crioulo*, tem-se exemplo disto quando o personagem diz uma expressão comum da época: “Navio de guerra sem chibata é pior que escuna mercante” (CAMINHA, 2010, p4).

De um modo geral, o autor atribui ao personagem principal sentimentos que tornam a Armada Imperial uma boa opção para o ex escravo. Sentimentos atribuídos a um homem, mas que provavelmente foram compartilhados por tantos outros. Porém, o que ressalta das páginas, além disto, é: como a Armada Imperial acolheu esses escravos? O que leva um escravo a buscar e a conhecer tão bem as brechas de um sistema que o escraviza, a ponto de encontrar em uma instituição nacional uma perspectiva de liberdade?

2. A MARINHA COMO POSSIBILIDADE DE FUGA

Mesmo que cause algum estranhamento, a presença de negros, ex escravos, na composição das Forças Armadas Imperiais já foi verificada e comprovada pela historiografia militar, sobretudo no contexto específico da Guerra do Paraguai. No entanto, como o escravo chegava até lá?

Para compreender o resultado final, que seria o próprio alistamento, primeiramente precisamos analisar o contexto em que ambas as partes se encontravam. A cidade do Rio de Janeiro, de onde sai o personagem Amaro, o período escravista e as Forças Armadas.

De um lado tínhamos uma sociedade escravista em uma cidade que facilitava a fuga pelo seu próprio cotidiano e sua geografia. O Rio de Janeiro era cercado de escravos que circulavam livremente pela cidade ou pelo porto, como vendedores, negros de ganho e carregadores. Mary Karash, em um capítulo sobre Fugitivos e Rebeldes em seu livro *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*, justifica essa informação até mesmo pela situação portuária da cidade, com estilo arquitetônico semelhante às cidades portuguesas da África; além de uma população predominantemente negra ou mulata, em que as línguas africanas eram faladas nas ruas. Karash também cita as florestas tropicais, que pareciam prometer refúgio aos fugitivos.

Assim como boa parte daquilo que atualmente designamos como região Sudeste, o Rio aumentou de forma significativa sua produção cafeeira ao longo do século XIX, formando uma nova base de economia escravista. A Armada Imperial, por outro lado, passava por um momento em que o alistamento era extremamente precário e homens eram recrutados à força, na maioria das vezes. Por outro lado, o alistamento era imperioso, em face do esforço de guerra. Homens brancos, livres, não viam na Marinha Imperial uma boa possibilidade, justamente por ser conhecida como uma instituição disciplinar.

A Guerra do Paraguai compreende o período entre 1864 a 1870, onde as campanhas abolicionistas já faziam parte da sociedade. A inércia do Brasil na mobilização inicial para a guerra, levou muitos civis a acordarem para o atraso do país em áreas tão vitais, como a economia. Os pensamentos abolicionistas tiveram origem no liberalismo europeu, assim como toda doutrina reformadora no Brasil, onde tomou uma conotação por tendências intelectuais, mais que por tendências econômicas - como na Europa, devido à Revolução Industrial. As campanhas abolicionistas tomavam a sociedade por questões de misturas raciais. Autores estrangeiros faziam afirmações sobre a cultura brasileira de forma a destacar o Brasil como a maior colônia do “Novo Mundo” e a única em que a proporção de negros na população era superior a cinquenta por cento (SKIDEMORE 2010). Outro autor que merece ser referido é Gobineau, que afirmou que os cativos não eram “nem trabalhadores, nem ativos, nem fecundos” (GOBINEAU, apud SKIDEMORE, 2010).

A escravidão, portanto, era algo que ultrapassava a necessidade econômica de um país.

Ela era, antes, parte da cultura, da visão de uma época, que procurava legitimar a inferioridade de uma raça. Os negros escravizados, contudo, dispunham de agência. As fugas dos cativos, em uma sociedade escravista, era uma das formas de resistência a esse sistema.

Quanto a Armada Imperial, tanto a disciplina e os castigos, como a quantidade de alistamentos voluntários, podem ser verificados no “Livro de Socorros” de cada navio. O número de marinheiros voluntários era insignificante em qualquer estatística e, por outro lado, o número de correções através de castigo fazia parte de um processo disciplinar frequente. Todos os homens alistados passariam a viver não mais motivados por suas vontades individuais, mas por um conjunto de regras com um único objetivo: a vitória militar.

Adolfo Caminha relata, logo no início do livro, como o comandante do navio discursava palavras de ordem e disciplina. Vez ou outra, um oficial fazia a leitura do Código, na parte relativa a castigos corporais que a marinhagem, analfabeta e rude, ouvia silenciosa, com um vago respeito. O autor expressa também, o castigo da chibatada através de dois personagens: Agostinho e Herculano. Agostinho era um célebre guardião, especialista consumado no ofício de aplicar a chibata. Herculano, um marinheiro cujo Caminha descreve com “modos esquisitos de viver”, sempre retraído, pelos cantos, evitando companhias e fazendo seu serviço calado, mas que reagia aos companheiros quando perturbado, com palavrões e insultos – o que o levou a um castigo de vinte e cinco chibatadas, relatadas em um trecho repleto de terríveis detalhes: “Herculano já não suportava. Torcia-se todo no bico dos pés, erguendo os braços e encolhendo as pernas, cortado de dores agudíssimas que se espalhavam por todo o corpo, até pelo rosto, como se lhe rasgassem as carnes.” (CAMINHA, 2010, p.4).

As chibatadas, descritas com sofrimento por parte do homem punido, também eram relatadas como forma de correção. Caminha atribui a fala do comandante durante a punição: “Hei de corrigi-los, bradava o comandante, aceso em súbita cólera, mal-humorado sob a luz ardentíssima e meio dia tropical. Hei de corrigi-los: corja!” (CAMINHA, 2010, p. 5).

Sendo de conhecimento geral da população como era a vida nos navios de guerra, é de se supor que homens brancos e livres não deviam ver na Marinha uma feliz possibilidade, além de um desligamento dos laços sociais pré-existentes por longos períodos, perda da liberdade e autonomia. Fatos que os diferem dos escravizados, onde qualquer outro lugar poderia ser melhor do que a senzala, como afirma Amaro durante o romance. O que confirma esta hipótese é o recrutamento forçado, comum no final do século XIX, onde pela necessidade da Marinha Imperial, homens que vagavam

pelos ruas, que eram suspeitos de não oferecer nenhuma contribuição social, gerando barbárie ou que tivesse qualquer comportamento suspeito e incomum para a época, eram colocados a bordo. Por um lado, a Marinha precisava de homens e, por outro, os escravos poderiam utilizar a Marinha como forma de fuga em alguma hipótese. De certo, a junção destes fatores foi o que levou à possibilidade de alistamento de escravos.

A necessidade de homens, principalmente para lutar na Guerra do Paraguai, vai além de ferir o direito pessoal de homens no recrutamento forçado. Fere também o direito à propriedade, que no caso do Brasil oitocentista, englobava a escravidão. Aceitar o alistamento de escravos torna-se algo que podemos chamar de uma permissão às cegas, pois um escravo não poderia se alistar a menos que passasse nas fendas do processo – que a essa altura não eram tão finas, devido à necessidade de homens. Perante à lei, os negros alistados não poderiam ser escravos, a menos que já alforriados.

A historiografia militar atesta o alistamento de escravos através de documentos, onde senhores poderiam reaver suas propriedades, se comprovassem que os mesmos teriam se alistado. Como o alistamento de escravos era feito às cegas e, de qualquer forma, os escravos burlavam o sistema de alistamento, apenas os ofícios nos remetem à essa informação. No entanto, pode-se deduzir que a prontidão da entrega do escravo ao senhor, nesse caso, não se aplicava a todos os requerentes. Os senhores deveriam juntar todos os documentos possíveis para confirmar sua posse sobre o indivíduo recrutado ou voluntário, o que poderia levar meses. Essa demora poderia envolver longo processo burocrático e também a necessidade de homens na instituição.

No caso de Amaro, Caminha não relata, em nenhum momento, que houve uma procura pelo personagem, pelo menos não durante o romance. Ele relata que Amaro desejava que a viagem se prolongasse indefinidamente, que a corveta não chegasse mais, diferente dos outros marinheiros, que na ocasião, chegavam à Guanabara, onde havia sossego e abundância e a vida corria suave e tranquila. Para os demais marinheiros era bom, pois estavam perto da família depois de vinte dias sem ver, sequer, um pedaço de terra. Porém, para Amaro, não era essa sensação, pois havia o medo em voltar ao seio da escravidão, relatado com tanta veemência no começo do livro.

A Marinha Imperial, portanto, era uma oportunidade para homens que não tinham um espaço digno na sociedade e diante disso fugiam. Fugiam da senzala e também da imagem de vitimados, à medida que adquiriam conhecimento sobre as regras da escravidão brasileira e das brechas da sociedade, aproveitando-se de todo o conjunto para resgatar um pouco da vida que lhes restava,

vivendo de forma mais amena do que nas fazendas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise do período escravista brasileiro e do próprio escravizado, resultam várias vertentes interpretativas. Pode-se colocá-lo em uma situação de vítima incapaz de reação ou como um herói, por suportar ou se libertar das fronteiras da prisão. Analisar o escravo como um ser que conhece as fissuras do sistema escravista onde forçosamente fora colocado, e se movimenta nessa sociedade manipulando seus códigos de acordo com as possibilidades e necessidades, requer uma nova visão, uma nova busca. A busca por documentos e relatos que não foram deixados. Utiliza-se, então, o romance de Adolfo Caminha como uma ponte entre os sentimentos não relatados, por representar uma história que naturalmente não foi deixada em fontes oficiais. Os escravos, em sua maioria, não tinham acesso aos meios necessários para expor seus sentimentos em relação ao meio em que se encontravam. Desta forma, a literatura usada como fonte de pesquisa histórica, com todos os cuidados tomados pelo historiador, pode e deve contribuir para a historiografia.

O Bom-Crioulo pode ser interpretado de várias formas: como um grito de alarme sobre a escravidão; como a necessidade de inclusão social de negros recém-libertos; ou ainda, por exemplo, como uma reflexão necessária acerca do papel do ex escravo na sociedade oitocentista. Caminha, no entanto, não era um porta-voz do governo e seria um erro analisar o romance como um simples tratado político. Por suas polêmicas em um século conservador e com questões raciais muito fortes, a obra torna-se um romance escrito por um intelectual marginalizado, que não dá nenhuma resposta clara para as questões que levanta; apenas relata uma história, que talvez pudesse ser atribuída a qualquer escravo daquele período. Embora crítico, o romance não oferece nenhuma mensagem óbvia, mas uma ambiguidade enigmática, virtude da literatura. O romance está localizado inteiramente neste meio e todos os personagens principais são de um segmento oprimido. Não há nenhum “herói”, na acepção tradicional do século XIX.

A leitura, no entanto, não deixa oculta as formas e expressões para designar as características principais de Amaro: negro, homossexual, ex escravo, pobre. Segundo Aleixo, par romântico de Amaro, “negro é raça maldita, raça maldita que não sabe perdoar, que não sabe esquecer...” (CAMINHA, 2010, p.67). Amaro sabe de suas características e tem consciência do que a elite diz que ele é, mas nunca se coloca em dúvida. Amaro é, no livro, um ser de uma inteira consciência social para consigo.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- AMANTINO, Márcia. “Os escravos fugidos em Minas Gerais e os anúncios do jornal ‘O Universal’ (1825-1830).” in *Locus Revista de História*, Minas Gerais, UFJF, 2008, pp 1-16.
- CAMINHA, Adolfo. *Bom Crioulo*. São Paulo: Hedra, 2010.
- GOMES, Flávio. “Jogando a Rede, revendo as malhas: Fugas e fugitivos no Brasil escravista” in *Revista Tempo*, v.1, UFF, Rio de Janeiro, 1996, pp. 67-93.
- HOWES, Robert. “Raça e sexualidade transgressiva em *Bom-Crioulo* de Adolfo Caminha.” in *Graphos*, João Pessoa v. 7. 2005.
- KARASH, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- MOUTINHO, Laura. “Raça”, *sexualidade e gênero na construção da identidade nacional: uma comparação entre Brasil e África do Sul*. Campinas: Cadernos Pagu, n 23, 2004.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A Ressaca da Marujada*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1999.
- REIS, João José. *Negociação e Conflito*. Companhia das Letras, São Paulo, 1999.
- SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco, raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1989.

SALTANDO NA ZL DA ETERNIDADE: O BOSQUE DOS CAMPEÕES E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA NA TROPA PARAQUEDISTA

Luiz Claudio Espírito Santo de Oliveira¹

RESUMO

A presente pesquisa se dedica ao entendimento do significado do Bosque dos Campeões da Brigada de Infantaria Paraquedista para essa tropa e de como, ao longo do tempo, esse lugar contribui para desenvolver nos paraquedistas militares brasileiros o seu senso identitário conhecido como “mística paraquedista”. Seu foco é na análise imagética e, sobretudo, de relatos de vários componentes desse grupo social a respeito do significado desse espaço para a tropa aeroterrestre no Brasil.

Palavras-chave: Morte, lugar de memória, memória coletiva, identidade coletiva.

ABSTRACT

The present research is dedicated to the understanding of the meaning of the Bosque dos Campeões da Brigada de Infantaria Paraquedista (Forest of Champions of the Parachute Infantry Brigade) for this troop and how, over time, this place contributes to developing in Brazilian military paratroopers their sense of identity known as “parachute mysticism.” Its focus is on the image analysis and, above all, on reports of several components of this social group regarding the meaning of this space for the airborne troop in Brazil.

Keywords: Death, place of memory, collective memory, collective identity.

¹ Graduado em Geografia (UFRJ) e Especialista em Sociologia Urbana (UERJ) e em História Militar Brasileira (UNIRIO).
luiz.geografia@outlook.com



INTRODUÇÃO

“A verdade consiste em evitar o esquecimento. Existe um dever de memória, principalmente em relação ao que dói e incomoda”. (Le Goff, 1992)

“*Sê mais um paraquedista e orgulha-te de ti mesmo*”. Esta frase foi estrategicamente colocada na entrada da Área de Estágios da Brigada de Infantaria Paraquedista, que é o local onde anualmente grandes contingentes de militares voluntários das três Forças Armadas brasileiras e integrantes de Forças Armadas de outros países realizam árduos treinamentos com a finalidade de se tornarem paraquedistas (Pqdt) do Exército Brasileiro.

A Brigada de Infantaria Paraquedista é uma Grande Unidade do Exército Brasileiro cuja missão é “atuar com rapidez nas ações de defesa externa e de garantia da lei e da ordem, em qualquer parte do território nacional e, eventualmente, em operações de paz”.³

Em 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, o Exército Brasileiro instituiu a Escola de Paraquedistas – atualmente conhecida como Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil (CI Pqdt GPB) – com a finalidade de habilitar militares a realizar atividades aeroterrestres, muito em função desse tipo de ação ter sido amplamente utilizado em diversos teatros de operações durante a

2 FIGURA 1 – Vista do Bosque dos Campeões da Brigada de Infantaria Paraquedista, no 25º Batalhão de Infantaria Paraquedista. Arquivo pessoal do Capitão QAO Gonçalves, 2016.

3 (BRIGADA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA. Disponível em: <<http://www.bdainfpqdt.eb.mil.br/>>. Acesso em: 12 abr. 2017)

grande guerra ocorrida entre os anos de 1939 e 1945. Os brasileiros pioneiros paraquedistas foram formados em Fort Benning, nos Estados Unidos, berço das tropas aeroterrestres estadunidenses, na segunda metade da década de 1940 (Loureiro, 2003). Esses homens trouxeram as técnicas que aprenderam para o Brasil e foram fundamentais no desenvolvimento de uma identidade que se conhece na caserna como a *mística paraquedista* (Oliveira, 2015). Esta foi sendo construída coletivamente, cultuada e transmitida pelos integrantes dessa tropa durante décadas e, à medida que os paraquedistas mais antigos deixavam as suas atividades operacionais, novos integrantes chegavam e davam sequência ao legado dos pioneiros.

Nos anos 1980, o historiador francês Pierre Nora problematizou o surgimento dos lugares de memória.⁴ Físicos ou simbólicos, estes espaços são construídos a partir de determinados interesses de grupos ou projetos. Na Europa, a presença destes monumentos é abundante. No Brasil, é notável a constante tentativa das instituições militares em construir esse tipo de ambiente, numa clara tentativa de, em geral, reforçar a identidade militar e o patriotismo a partir de monumentos fúnebres. As atitudes diante da morte no Brasil contemporâneo podem ser analisadas a partir das tentativas de construção de um culto cívico aos mortos em combate. Os monumentos fúnebres militares permitem identificar as atitudes coletivas da sociedade e a relação com seus mortos. Meu objeto de pesquisa é um espaço dessa natureza, mas que possui uma série de singularidades que o diferenciam em conteúdo e forma dos demais tipos de monumentos alusivos à morte de militares no Brasil: o Bosque dos Campeões, espaço que rememora os militares da Brigada de Infantaria Paraquedista caídos em atos de serviço.

Uma das principais referências na construção da mística paraquedista, o Bosque dos Campeões, situado no atual 25º Batalhão de Infantaria Paraquedista (25º BI Pqdt), foi criado no final da década de 1950, no então Regimento Santos Dumont que, à época, reunia num único comando os atuais batalhões de infantaria paraquedista (os 25º, o 26º e o 27º Batalhões de Infantaria Paraquedista). Anualmente, ocorre uma cerimônia em homenagem a todos os paraquedistas militares brasileiros que faleceram durante atos de serviço, sendo majoritariamente em saltos de aeronave militar em voo. Até o ano de 2008, essa cerimônia ocorria no dia 02 de novembro (Dia de Finados).

4 NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares” in *Os Lugares de Memória*. I La Republique, Paris, Gallimard, 1984.



A partir de 2009, por iniciativa do então Tenente-Coronel Casali – à época Comandante do 25º BI Pqdt – houve a mudança para o dia 11 de novembro, Dia Internacional dos Veteranos. Apesar das datas dessas cerimônias, o culto a esse lugar é diário. Não raro, é possível ver militares prestando continências ao passarem pelo bosque. Há visitas de familiares “paisanos” aos heróis ali representados em vários momentos durante o ano. Como disse Tuan (1975), é “a experiência, individual ou coletiva, que torna os lugares visíveis”.

De fato, o significado do Bosque dos Campeões muito tem a ver com o culto à memória de homens que perderam suas vidas no cumprimento de missões praticadas por paraquedistas militares. Isso faz com que todos se sintam enternecidos e esse sentimento promova uma onda de solidariedade que alimenta o culto a esse espaço. É uma experiência que dura décadas e que permanece tão forte como sempre foi. O empenho em criar um ambiente especialmente destinado à celebração da memória desses militares, bem como para os homenagear coletivamente, levou à construção desse monumento, que, no decorrer dos anos, passou a ter importante papel no próprio desenvolvimento da mística paraquedista.

Os Monumentos, mausoléus e comemorações compõem uma parte das funções sociais da memória em que o principal desafio é estabelecer sentimentos de pertencimento e de continuidade. Para o historiador alemão Jörn Rüsen, existem três níveis de memória: a memória comunicativa, a memória coletiva e a memória cultural. Estes níveis mudam ao longo do tempo, variando principalmente de acordo com o grau de institucionalização da memória. Em sua distinção, ele afirma:

a memória cultural é a matéria para rituais e atuações altamente institucionalizadas. Ela tem o

5 Novos Tenentes prestam seu juramento como Oficiais diante do Bosque dos Campeões. Revista Santos Dumont, número 5, 1967

seu próprio meio e um lugar fixo na vida cultural de um grupo. A memória cultural representa o sistema político como uma estrutura una, bem como sua permanência no fluxo temporal dos eventos políticos.⁶

Há no mundo diversos monumentos arquitetônicos que se constituem em locais de memória dos mortos em guerra. Comparado com os estadunidenses, europeus e de outras nacionalidades, a relação dos brasileiros com tais espaços arquitetônicos é bem diferente, variando da pura ignorância sobre sua existência até à interpretação equivocada dos mesmos, passando também pelo completo abandono.⁷ Ao longo do presente trabalho, será possível notar que essa condição não se aplica ao Bosque dos Campeões, muito embora, é importante ressaltar, sua finalidade e público alvo sejam bastante distintas dos referidos monumentos arquitetônicos mortuários, cuja finalidade é a de construir laços de pertencimento por parte da sociedade em geral sob uma perspectiva patriótica e nacionalista.

A questão que me proponho a estudar e responder está relacionada com a importância do Bosque dos Campeões, enquanto lugar onde se preserva parte relevante da memória coletiva dos paraquedistas militares brasileiros no que tange a eventos fatais acontecidos nas últimas seis décadas. Interessa a mim, enquanto pesquisador, compreender de que forma essa memória, coletivamente produzida, diariamente preservada e espacialmente materializada, fortalece a denominada “mística paraquedista”, tendo em vista o enorme significado que esse lugar possui para esse grupo social específico. Nesse sentido, é importante ter em mente que a construção de identidades de indivíduos que praticam, vivenciam e compartilham um código de valores em contexto peculiar desenvolve uma cultura coletiva que tem como uma de suas vertentes a produção da memória desse grupo. Esses indivíduos constituem uma comunidade interpretativa (Fish, 1973), de onde surgem visões de mundo que criam, negociam e desempenham identidades (Wittgenstein, 2005).

O que este trabalho traz de original se refere ao fato de que realizo um esforço para associar o processo de construção e culto ao Bosque dos Campeões, enquanto lugar de memória, com o fortalecimento da mística paraquedista, que é a própria identidade dessa tropa. Metodologicamente falando, como será esmiuçado mais adiante, foi necessário mesclar os escassos registros documentais a respeito desse monumento a partir de entrevistas com vários integrantes e ex-integrantes da Brigada

6 RÜSEN, Jörn. “Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história”, in *História da historiografia*. Ouro Preto: Edufop, número 02, março 2009, p.167.

7 PIOVEZAN, Adriane. *Morrer na guerra: instituições, ritos e devoções no Brasil (1944 – 1967)*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

de Infantaria Paraquedista que serviram nessa Grande Unidade do Exército Brasileiro em diferentes épocas. Por se tratar de uma questão fundamentalmente social, optei por me utilizar parcialmente de um paradigma de pesquisa historiográfica mesclada com uma abordagem etnográfica como sendo o mais adequado para abordá-la. Refiro-me à História Oral, mas não me prolongarei nesse aspecto específico da pesquisa agora, pois o mesmo será bastante aludido mais adiante. Quando se procuram estudar fenômenos em que o ser humano é o principal agente, onde as interações entre esses diferentes agentes são complexas e os contextos (temporais e socioespaciais) diversificados, faz-se pertinente o recurso desse viés da abordagem etnográfica.

ANÁLISE DOS DADOS

“From this day to the ending of the World. We in it shall be remembered.

We band of brothers”.

Henrique V (William Shakespeare)⁸

Há um forte simbolismo nas obras erguidas em homenagem aos mortos, nas manifestações de luto e nas formas de rememoração dos caídos, sendo todas essas ações influenciadas por diversos fatores. Dentre eles, no caso específico deste estudo, a cultura pré-existente da tropa paraquedista em relação aos seus mortos em missão, um senso de coesão que reforça poderosamente os laços de sociabilidade existentes entre os integrantes da tropa e as necessidades psicológicas dos que perderam seus companheiros parecem ter sido cruciais para que houvesse a iniciativa de construção do Bosque dos Campeões. Não tive registros documentais nem tampouco consegui obter essa informação a partir das entrevistas que conduzi, mas há fortes indícios de que havia no seio daquela Brigada de Infantaria Paraquedista em formação – à época, ainda denominada Núcleo da Divisão Aeroterrestre – um forte desejo coletivo de homenagear significativamente os seus vários mortos em atos de serviço, sendo a maior parte em acidentes durante saltos de aeronave militar em voo (oito militares mortos em incidentes nos saltos entre 1950 e 1957). Essa busca pelos motivos que levaram o então Coronel Santa Rosa a iniciar a construção desse espaço tão singular e relevante para os paraquedistas militares de todos os tempos poderia ser um excelente tema para pesquisas futuras. Registre-se aqui minha sugestão.

A historiografia que debate a questão de como a sociedade se relaciona com a finitude da vida

⁸ AMBROSE, S.E. *Band of Brothers: Companhia de Heróis*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

e com o tratamento que dispensa aos seus mortos revela aspectos da própria concepção de História e de como os mais variados grupos sociais lidam com isso. Para o historiador Jacques Le Goff, uma dessas formas seria caracterizada pelo monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de determinados grupos sociais no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte.⁹

Michel Vovelle¹⁰ entende os monumentos modernos funerários a partir da tendência dos mesmos no sentido da democratização e funcionalização da representação da morte para os interesses dos vivos. Enquanto o período entre guerras assistiu o fenômeno da proliferação de monumentos aos mortos na Primeira Guerra Mundial, o Brasil não vivenciou esta experiência diretamente. No que tange aos monumentos que reverenciam os mortos na Segunda Guerra Mundial, há um caráter que, concomitantemente, exalta o sacrifício desses caídos pela pátria, mas que também tem em si a defesa de valores pacifistas como que deixando um registro às gerações futuras para que busquem ao máximo evitar os horrores daquele grande conflito mundial. Uma das mais significativas características do Bosque dos Campeões é exatamente pelo fato de que, num contexto sociocultural, em escala nacional, que visava à rememoração dos mortos como heróis da pátria, em grandes espaços públicos projetados para esse fim (por exemplo, o Monumento aos Mortos na Segunda Guerra Mundial, no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, foi inaugurado um pouco depois do Bosque dos Campeões, em 1960), os paraquedistas militares brasileiros, ainda construindo sua “Grande Unidade”, tomaram a iniciativa de construir um simbólico espaço para reverenciar seus companheiros falecidos em atos de serviço, quando a tropa nem mesmo tinha uma casa para chamar de sua. Afinal, apenas a Escola de Paraquedistas possuía instalações razoáveis durante a década de 1950, ficando o Comando do NuDAet e a Infantaria Paraquedista com o espaço anteriormente ocupado pelo famoso “Dois de Ouro”, o histórico Regimento Avaí, na Avenida Duque de Caxias, na Vila Militar do Rio de Janeiro por cinco anos, a partir de 1952. Somente em 1957, o Quartel General do NuDAet foi inaugurado (ao lado da Escola de Paraquedistas, atual CI Pqdt GPB) e o Regimento Santos Dumont, “lar da Infantaria Aeroterrestre”, finalmente ocupou as instalações, ainda precárias, junto ao Arroio dos Afonsos, limite geográfico entre a área ocupada pela tropa paraquedista do Exército Brasileiro e a Base Aérea dos Afonsos (BAAF), da Força Aérea Brasileira.

Essa relação do presente com o passado por meio de um monumento voltado à homenagem

9 LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”, in LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 1992, p. 535-553.

10 VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

e rememoração dos militares paraquedistas mortos em atos de serviço é marcada pela mediação da afetividade e da emoção. Certos momentos históricos permitem que determinadas lembranças sejam acionadas, como define Françoise Choay.¹¹ A percepção de sacrifício em prol de uma causa justa está relacionada às cerimônias públicas que pretendem consolar os atingidos pela perda de seus entes queridos numa guerra. No caso específico do Bosque dos Campeões, como mencionado anteriormente neste trabalho, há um evento anual denominado “Dia dos Heróis”, que desde 2009 ocorre no dia 11 de novembro, coincidindo com o “Dia Mundial dos Veteranos”, sendo este um exemplo claro do que Hobsbawm¹² classificou de “tradição inventada”; não custa lembrar ainda que Castro¹³ desenvolveu interessante estudo sobre as “invenções de tradições” do Exército Brasileiro ao longo da sua História. Cabe pontuar que os citados pesquisadores não deram tratamento pejorativo ao termo “invenção”. Isto é, semanticamente, “invenção” não estaria relacionada à mentira ou engodo, mas a um recurso utilizado por instituições para reforçar determinadas posturas e comportamentos socioculturais que acreditavam ser importantes para seu próprio fortalecimento ao longo dos anos vindouros.

O culto aos mortos faz parte desse rito de passagem, em que três fases podem ser identificadas. A separação, a margem e a incorporação¹⁴. Enquanto a separação do indivíduo do mundo dos vivos é realizada com o seu sepultamento, o rito agregador desse militar ao mundo dos mortos e, correspondentemente, sua identificação com a figura do herói, ocorre nas cerimônias públicas de rememoração (Dia do Herói). No caso do Bosque dos Campeões da Brigada de Infantaria Paraquedista, essa relação se faz em torno da coletividade, uma das mais fortes características dos militares em geral, mas que ganha contornos ainda mais poderosos e consistentes no âmbito da tropa paraquedista em função das próprias peculiaridades dos militares que a compõem, conforme descrito no decorrer desta pesquisa. São os heróis aeroterrestres brasileiros que são celebrados nas citadas cerimônias. Helenice Rodrigues, em seus estudos sobre rememoração e comemoração como elementos socialmente utilizados na e para a memória, disse que a memória coletiva...

encontra-se nesse processo de “rememoração” social, cuja função é justamente a de impedir o próprio esquecimento. Comemorar significa, então, reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo-se no objetivo principal.¹⁵

11 CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001, p.18.

12 HOBSBAWM, E. “A invenção das tradições”, in HOBSBAWM, E; RANGER, T (Orgs.). *A Invenção das Tradições*. São Paulo: Paz & Terra, 2015.

13 CASTRO, C. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Coleção Descobrimo o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

14 GENNEP, Arnold Van. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 2011.

15 SILVA, Helenice Rodrigues. *Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória*.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200008> Acessado em: 22/02/2017.

Koselleck, em seu artigo sobre os monumentos modernos aos mortos, estabelece a ligação morte-identidade-memória.¹⁶ Dessa forma, a característica mais marcante desses monumentos seria a funcionalização dos mesmos a favor dos vivos. Nesse sentido, a instituição militar arregimenta os corpos dos militares mortos para suas próprias práticas simbólicas, como no caso do citado Monumento dos Mortos na Segunda Guerra Mundial. No caso específico do Bosque dos Campeões, não há corpos sepultados no espaço. No entanto, seu significado para os vivos está diretamente relacionado à preservação da memória dos paraquedistas militares mortos em atos de serviço. Somando isso às diversas manifestações de respeito por esse espaço e pelo que ele representa, temos um processo que alimenta constantemente a mística paraquedista, especialmente nas unidades de Infantaria dessa tropa, em especial no 25º BI Pqdt, conforme veremos de forma mais aprofundada adiante.

A ideia de que o tempo presente em que vivemos parece estar acelerado, faz com que a memória seja valorizada, segundo o historiador Pierre Nora. No seu texto clássico sobre os lugares de memória, Nora faz a distinção entre o ato de lembrar e o ato de historicizar. Enquanto o lembrar estaria ligado ao próprio ato que o cria, não o vinculando à experiência vivida, esta seria a ênfase dada pelo ato de narrar o acontecimento histórico.

Cemitérios, mausoléus e monumentos fúnebres aparecem desta forma, como lugares de memória. Como local onde a “memória” será colocada, estes espaços em que a morte é rememorada são inventariados pela história.

Nora identifica, nas relações com os lugares de memória, a articulação entre o respeito ao passado – real ou imaginário – e o sentimento de pertencimento a um dado grupo; também observa a articulação entre a consciência coletiva e a preocupação com a individualidade, ou seja, entre a memória e a identidade. No caso do Bosque dos Campeões, nota-se que essa memória foi construída e é preservada em prol de uma mensagem à tropa paraquedista de que a morte é uma possibilidade sempre próxima nas lides aeroterrestres e que o constante adestramento e o respeito aos procedimentos desenvolvidos ao longo de mais de 70 anos de paraquedismo militar no Brasil têm importância preponderante para resguardar a segurança de todos durante as missões a serem cumpridas. Aqui, outro interessante tema a ser futuramente investigado: as diferentes relações que

16 KOSELLECK, R. “Os monumentos aos mortos, lugares de fundação da identidade dos sobreviventes”, in *Na Experiência da História*. Seuil-Gallimard, 1997.

os militares paraquedistas mantêm com os dois lugares mais marcantes para a tropa. Refiro-me à Área de Estágios, onde todos os paraquedistas militares brasileiros são formados, e ao Bosque dos Campeões, espaço onde nenhum paraquedista militar servindo na tropa quer ser homenageado, mas que é profundamente respeitado por todos os paraquedistas militares brasileiros de todas as épocas. Ponto que não há qualquer contradição nesse duplo sentir de respeitar profundamente o espaço e seu significado com o desejo de dele não tomar parte. É exatamente por isso que o Bosque dos Campeões é tão especial, pois ele demonstra que a morte é próxima dos combatentes aeroterrestres e que, se o pior algum dia vier a acontecer, o sacrifício será eternamente enaltecido pela tropa.

Nessa linha de análise, o historiador alemão Rüsen distingue algumas formas de relacionamento com o passado na vida social. Distinta da consciência histórica, a memória histórica, relacionamento imediato entre passado e presente, é uma força da mente humana dada às utilizações práticas. Em seus três níveis (comunicativa, coletiva ou cultural), a memória histórica ocupa-se basicamente das formas de permanência do passado no presente, como os monumentos e os significados a eles atribuídos pelos grupos sociais que os têm como referencial espacialmente materializado para a rememoração. O nível da memória cultural representa o mais alto grau de estabilidade da identidade histórica, pura institucionalização da permanência e da unicidade de um sistema vigente construído, preservado e propagado por um grupo social como a tropa paraquedista.

Gentilmente cedido pela Seção de Arquivo Histórico da Brigada de Infantaria Paraquedista, por intermédio do Capitão Gonçalves, reproduzo agora dois trechos de entrevistas antigas realizadas pelo projeto “História Oral da Brigada de Infantaria Paraquedista”. Esse projeto, conduzido pela equipe do Museu Aeroterrestre, tinha como meta registrar para a posteridade os relatos de vários dos pioneiros do paraquedismo militar brasileiro e de outros nomes importantes na história dessa tropa. Dentre dezenas de entrevistas, dois trechos me chamaram bastante atenção por serem relatos presenciais do primeiro evento fatal nas atividades aeroterrestres brasileiras, que vitimou o Soldado Roberto Fernandes da Costa. Esse Soldado estava realizando seus saltos de qualificação para vir a se tornar um paraquedista militar, tendo concluído com aproveitamento o Estágio Básico Paraquedista de 1950. O General Newton Lisboa Lemos é uma verdadeira lenda entre os paraquedistas militares brasileiros, além de ter sido integrante da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e um dos pioneiros a realizar o curso de formação paraquedista, em Fort Benning, nos Estados Unidos, em 1945. É dele a letra da canção “Eterno Herói” que se tornou uma espécie de hino dos paraquedistas militares

brasileiros. Segue o relato dele sobre o que presenciou na primeira morte de um paraquedista brasileiro em atividade militar aeroterrestre:

É, realmente estava. Eu presenciei, lamentavelmente, o primeiro acidente ocorrido no pára-quedismo militar, que resultou numa morte. Eu era diretor do Curso Básico em 1950 e fazia parte desse curso como aluno, o Soldado Roberto Fernandes da Costa. Ele fez o curso, vinha fazendo o curso, e como era de praxe no curso, a terceira semana, da terceira semana fazia parte um vôo, que era de adaptação. Isso tendo em vista que os soldados que nós recebíamos não tinham nenhum contato com avião, então para evitar que ele fizesse esse contato na hora do salto, proporcionava-se um vôo de adaptação, que era a última instrução do estágio C. Na sexta-feira do estágio C fazia-se esse vôo. Colocava-se a turma toda no avião totalmente equipada, com dois pára-quedas, o principal e o reserva, como se ele fosse saltar. E, antes do vôo, eu me reuni com os pilotos para acertar e dizer qual era a finalidade do vôo, explicar a eles do que se tratava, e eu pedi que eles fizessem um vôo planado e evitasse voar sobre água. Voar só sobre terra. Dado que cada um ia chegar à porta do avião. E, depois da revista geral de todos, dos pára-quedas, de tudo. Tudo como se fosse para saltar. O vôo corria normalmente e, um a um, ia a porta. De um lado eu ficava e do outro meu auxiliar, que era o então Sargento Scepaniuk. Até que chegou a vez do Soldado Roberto, que era o último, era o último. Detalhe: o vôo foi pela manhã. E quando o aluno chegava a porta, dava-se o comando para ele, e ele chegava a porta e enganchava. E tomava posição como se fosse para saltar. E nós ficávamos conversando com ele, sentindo as reações de cada um. Perguntando se ele saltaria e tal, se fosse a hora de saltar se ele saltava...e assim foi... o Roberto tomou a posição de saltar e, como eu disse ele estava um pouco agitado, estava um pouco nervoso. Quando... o Scepaniuk tomava conta do gancho e nós segurávamos, um de um lado o outro do outro. Quando eu disse “pode sair” e bati no braço dele “pode sair”, ele saiu muito bruscamente. É provável que nesse movimento de saída da porta ele tenha batido com o braço violentamente no punho de abertura do pára-quedas reserva. Sei que o pára-quedas inesperadamente se abriu e com o vento... o avião era o C-47... tinha muito vento da hélice para fora e o vento puxou o pára-quedas para fora do avião. Ele conseguiu ainda se segurar na porta do avião e ficou com o corpo quase todo para o lado de fora se segurando. E nós tentando trazê-lo novamente para dentro do avião. Não se conseguiu. Sei que de repente ele foi arrancado dali. Não tinha forças para isso. E o Scepaniuk, que já tinha desenganchado ele, enrolou a tira de abertura do pára-quedas no braço e ele saiu. Imediatamente nós ficamos olhando, ele estava descendo com os dois pára-quedas abertos, os dois pára-quedas abertos. Abriu o reserva e tendo o Scepaniuk segurando a fita de abertura, conseguiu abrir o principal. Eu corri ao piloto e disse o que tinha ocorrido: “acabou de cair um homem. Vamos voltar”. Ele fez a manobra, voltou, e ele ainda vinha no ar com os dois pára-quedas abertos. Um detalhe: ali nós estávamos rodeando, já estávamos voando sobre a água, na Baía de Guanabara. Era coisa de metade do dia, meio-dia, por aí assim. Ali, naquela ocasião, isso foi em 1950, tinham várias colônias de pescadores, mas que na ocasião, provavelmente estavam almoçando, não tinha nenhuma embarcação ali. A Baía estava vazia. Então o piloto novamente voltou, foi adiante,

voltou e nós... ele **já estava na água, já estava boiando, estava na água boiando, com os dois pára-quedas** ainda flutuando. Nós jogamos uma bolsa, bolsa de guardar pára-quedas, bolsa de lona, botamos uns objetos ali dentro para ver se aquilo podia servir de bóia para ele. Bem... recurso do momento. E ficamos voando ali quando ele desapareceu, desapareceu na água. Nós não tínhamos outro recurso. Soubemos depois que ele era um exímio nadador mas **não se desvencilhou...** a brutalidade do choque deve ter perturbado muito e ele não teve idéia do que fazer. E lamentavelmente perdemos um companheiro, que depois teve o seu corpo encontrado.

Agora, mais um relato do que houve naquele dia 15 de setembro de 1950. Testemunha ocular do acontecimento, o Capitão Itacolomi, paraquedista militar, precursor paraquedista e comandos, descreve a sua perspectiva do que ocorreu:

Antes a gente saltava de T-7, cada salto era um pedaço da orelha da gente que ia embora. Ele não ajustava bem, então os tirantes subiam e a gente estava sempre com a orelha cortada, e doía pra chuchu. Ou então o pescoço arranhado. Para explicar em casa pra esposa era mais difícil. Apareceu o T-10. T-10 feito no Brasil. T-10 nasceu no Brasil. Então existia aqui um engenheiro alemão, o Buss, que ele viu a planta do T-10. Deixaram que ele levasse aos Estados Unidos e ele passou do portão com o pára-quedas e ele foi feito aqui no Brasil no hoje Batalhão DoMPSA, o T-10. Não sei se alguém já contou isso para você, mas eu estou relatando isso, fui testemunha disso. O alemão foi-se embora, levou a planta e veio de volta o T-10. Mas veio incompleto porque num belo dia, num dos saltos nossos aqui, um gancho abriu. Mas não abriu espontaneamente. O soldado [Roberto Fernandes da Costa], com medo de saltar, levantou o gancho. Como já tinha sido dado o “já” ninguém viu, então aquele pára-quedas **não abriu. O Sargento Scephaniuk**, um dos grandes pioneiros nossos, consta até em nossos anais, ele idealizou um gancho, que se chama Scephaniuk em função do Scephaniuk. Coisa simples. Prendia-se um pedaço de nylon, fecha um buraco em cada gancho, depois que o camarada enganchasse era introduzido o pino, não tinha como desenganchar. Quer dizer, acabou o problema da morte. E outros projetos foram feitos aqui que a modéstia da gente não mostra. E eu conversava ainda há pouco com esse menino, com esse soldadinho, já falei até para o Coronel Rogério, a gente tem que aproveitar os veteranos para gravar, não vou dizer imagem, mas pelo menos som. Se não tem o gravador, pede para o companheiro comprar uma fita e grava uma história que ninguém sabe, por exemplo. Eu tenho quase que certeza, sem nenhuma modéstia, que isso que eu estou dizendo para você aqui, agora, pouca gente relatou. Porque pouca gente teve essa percepção, essa oportunidade de ver isso tudo acontecer”.

Nesse contexto, início da década de 1950, era o início das atividades aeroterrestres no Brasil. A Brigada de Infantaria Paraquedista se resumia, naquele tempo, à Escola de Paraquedistas e sua Área

de Estágios em construção. Havia uma Companhia de Infantaria Aeroterrestre que seria o embrião para a infantaria paraquedista brasileira nessa escola. Somente em maio de 1957, segundo relato do Capitão Gonçalves, Chefe da Seção de Arquivo Histórico da Brigada de Infantaria Paraquedista, é que o Regimento Santos Dumont, organização militar que à época reunia toda a infantaria paraquedista, passou a ter casa nova no já mencionado Arroio dos Afonsos. É sintomático que, tão logo tivesse sua casa definitiva, a infantaria paraquedista tomasse a iniciativa de rapidamente construir um monumento aos seus mortos em atos de serviço. É altamente significativo porque não havia naquele tempo nem mesmo instalações adequadas para alojar a tropa com algum conforto. Mas já havia a chama por erguer um lugar com a finalidade de cultuar os paraquedistas militares que foram, como costumam dizer os integrantes dessa tropa, “saltar na ZL da eternidade”. Numa época em que o paradigma era a construção de memoriais alusivos aos mortos em combate, que contribuíssem para o fortalecimento de uma identidade nacional, eis que os paraquedistas militares brasileiros reforçam seus laços de coesão e de construção da sua própria identidade, a tão cultuada e propagada “mística paraquedista”, a partir de um monumento mortuário de rememoração e solidariedade aos seus companheiros que tombaram em missão.

Ao longo dos anos, houve vários registros fotográficos de diferentes frações da infantaria paraquedista, estabelecidas no então Regimento Santos Dumont, que faziam questão de posar diante do pórtico do Bosque dos Campeões (ou no seu interior) em fotos anuais, em momentos relacionados à comemoração por vitórias diversas em competições desportivas ou, simplesmente, como forma de registrar algum momento de relevância, no nível pessoal, para a carreira de algum militar. Esse tipo de escolha me remete a analisar outro interessante aspecto associado ao Bosque dos Campeões: os distintos significados sócio-espaciais concomitantes atribuídos a esse lugar a partir de diferentes perspectivas.



17 Pose de Tenentes paraquedistas (Gilseno, que comandou a Bda Inf Pqdt na década de 1990, Rangel, Máximo e Monteiro de Barros) junto ao Bosque dos Campeões por ocasião da busca pela autorização do Comando da Força Terrestre para que utilizassem a boina grená característica da tropa paraquedista no desfile de Sete de Setembro de 1964.

Quando foi inaugurado pelo então Coronel Santa Rosa no dia 21 de maio de 1958, não obstante as razões que o levaram a se esforçar para construir esse espaço, no contexto em que se encontrava a infantaria paraquedista à época, conforme já mencionado nesta pesquisa, o Bosque dos Campeões foi uma iniciativa do comando do então Regimento Santos Dumont. Isto é, foi uma ação de gestão e controle daquele espaço para atingir alguma finalidade. No caso em voga, homenagear os paraquedistas militares mortos em atos de serviço, sobretudo em saltos de aeronave militar em voo. Tais referências são características daquilo que Gomes (2002) denominou de *Nomoespaço*. A partir dessa iniciativa do comando da unidade, a tropa passou a atribuir forte significado a esse lugar. Não é raro observar militares que prestam continências individuais ao passarem pelo local. Ao longo do tempo, sobretudo a infantaria paraquedista, responsável por sua construção e manutenção – embora existam referências de militares de várias outras unidades paraquedistas e de outras armas, passou a utilizar o Bosque dos Campeões como uma forma de expressão do orgulho de ser paraquedista. Segundo o 1º Tenente QAO Lima, “ao posar para fotografias importantes no Bosque dos Campeões, era como se houvesse uma integração entre os paraquedistas vivos e os mortos, pois não existe ex-paraquedista, mesmo depois da morte”. De certa forma, há um padrão nas justificativas de vários dos militares entrevistados para essa relação com esse lugar tão marcante para a tropa paraquedista. O 2º Tenente Sérgio serviu por mais de 15 anos no 25º BI Pqdt.

Desde 2006 na reserva, o Tenente Sérgio passou a integrar a Associação dos Veteranos da Brigada de Infantaria Paraquedista (AVBIP). Ele relatou que os integrantes da AVBIP se reúnem semanalmente às quartas-feiras na sua sede situada nos fundos do aquartelamento do 8º Grupo de Artilharia de Campanha Paraquedista (8º GAC Pqdt). Sempre há muita resenha e um churrasco. Mas, logo cedo, por volta das 07:30 da manhã, um grupo de veteranos paraquedistas, devidamente uniformizado, sai em forma da sede da AVBIP para percorrer as unidades da Brigada de Infantaria Paraquedista. Passam por lugares marcantes para a tropa, como a “Ponte da Amizade”, que liga o 26º BI Pqdt à zona de lançamento da BAAF. Obviamente, há uma visita ao Bosque dos Campeões. Lá, a tropa de veteranos toma a posição de sentido e entoia a Oração do Paraquedista. Após esse momento, todos “pagam” 10 “flexões” e 10 “cangurus” em homenagem aos campeões ali eternizados. É mais um forte exemplo de que o culto e o respeito aos paraquedistas mortos e representados no Bosque dos Campeões parece considerá-los vivos. São características do chamado *Genoespaço*, conforme a perspectiva do já citado Gomes. Ou seja, o Bosque dos Campeões foi construído com uma determinada

finalidade institucional, mas seu significado e as formas de cultivar aquele ambiente transcenderam quaisquer paradigmas formais e se encheram de forte simbolismo. É como se a tropa fizesse de tudo para aproximá-los da vida a partir dos sinais de respeito, da “pagação” ou simplesmente escolhendo o local como cenário para comemorações importantes de vitórias esportivas ou fotos anuais com membros das diversas subunidades da infantaria paraquedista. Segundo o Capitão QAO Arruda, um orgulhoso cavalariano paraquedista, esses sinais de respeito e de integração dos paraquedistas de todos os tempos, vivos ou mortos, são uma demonstração da tropa paraquedista de que os laços de solidariedade e de coesão entre seus integrantes são capazes de transcender o afastamento causado pela morte. Para ele, “a mística paraquedista vive nesses gestos e se fortalece cada vez mais com eles”.

Outro dado marcante relacionado ao Bosque dos Campeões e que demonstra claramente os poderosos laços identitários que conectam os paraquedistas militares brasileiros a esse lugar se refere àqueles que requerem aos seus familiares que seus restos mortais sejam por lá depositados. Foi exatamente o caso ocorrido com as cinzas do pai de meu colega na Especialização em História Militar Brasileira (UNIRIO/CCH), o Capitão Aires, do Exército Brasileiro. Quando anunciei para meus companheiros de turma que pesquisaria a respeito do Bosque dos Campeões da Brigada de Infantaria Paraquedista, Aires me informou que havia depositado as cinzas de seu falecido pai, o paraquedista militar Dobenir Vieira (paraquedista militar nº 25.045), a pedido dele, nesse monumento aos paraquedistas militares mortos em atos de serviço. Durante a entrevista que realizei com o Coronel Casali, ex-Comandante do 25º BI Pqdt e atual Comandante do CI Pqdt GPB, recebi a informação de que o depósito de restos mortais de paraquedistas militares falecidos tem sido cada vez mais comum. Ele disse ainda que isso não ocorre apenas no Bosque dos Campeões, mas também em outros lugares marcantes para a mística paraquedista como a Área de Estágios, a Ponte da Amizade e a entrada do 26º BI Pqdt. É mais um indicador do significado e da forte identificação que os paraquedistas militares de todos os tempos nutrem pelos seus lugares mais marcantes no âmbito dessa Grande Unidade, sendo o Bosque dos Campeões o mais singular dentre todos eles por rememorar os paraquedistas militares mortos em atos de serviço com um sentido nostálgico e respeitoso, não apenas preservando a sua memória, como eternizando a sua presença nos mais variados momentos vividos por essa tropa.

Ao longo de sua carreira no Exército, o 3º Sargento Hugo, do Quadro Especial, serviu em unidades da Brigada de Infantaria Paraquedista e na 2ª Brigada de Infantaria de Selva. Esse militar

incorporou na Brigada de Infantaria Paraquedista no final dos anos 70. Servi com Hugo no CI Pqdt GPB por cerca de sete anos. Sabendo de sua longa trajetória no 25º BI Pqdt, pedi a ele relatos e contatos sobre o Bosque dos Campeões e seu significado para a memória e a mística dos paraquedistas militares brasileiros. Hugo me relatou que

Incorporei no 25º BI Pqdt em 1979, na Companhia de Apoio. O Comandante do Batalhão era o Tenente-Coronel Paulo César Paquet de Andrade. Eu me lembro de algumas cerimônias em homenagem a paraquedistas mortos nos 10 anos em que servi no batalhão antes de me transferir para a selva (Amazônia). Era bem triste e todos os anos havia cerimônias ecumênicas no Bosque dos Campeões para exaltar o heroísmo dos paraquedistas mortos. O batalhão parava para se preparar para essa cerimônia e havia representações de todas as OM (Organizações Militares) da Brigada e muitos ‘paisanos’, familiares e amigos dos companheiros falecidos, eram sempre convidados. Uma coroa de flores era depositada junto à imagem do nosso padroeiro, São Miguel Arcanjo. Era muito emocionante. A gente se sentia como se todos que estavam ali (representados) fossem da nossa família, pois qualquer um de nós poderia estar no lugar deles.

O relato do Sargento Hugo permite entender um pouco do que sentiam os paraquedistas militares vivos em relação aos mortos quando das homenagens a estes. A proximidade perceptiva dos vivos em relação aos mortos se dava em função de que, independentemente de estarem vivos ou mortos, todos eram paraquedistas. Tem a ver com um dos fortes elementos constitutivos do *Ethos* Paraquedista que é incutido nos corações e mentes de todos aqueles que passam pela Área de Estágios do CI Pqdt GPB por conta da realização do Curso Básico Paraquedista (Oficiais e Sargentos) e do Estágio Básico Paraquedista (Cabos e Soldados): a ideia de que não existe “ex-paraquedista”, pois a condição de paraquedista é eterna, mesmo quando o militar dá baixa, vai para a reserva remunerada e mesmo depois de morto, sobretudo se o falecimento ocorrer durante o cumprimento de alguma missão para a tropa paraquedista.

Na busca por maiores informações sobre o Bosque dos Campeões, conheci muitos paraquedistas militares “da antiga”. Um deles foi Carlos Nascimento, que se recorda bem de um grave acidente ocorrido no Regimento Santos Dumont:

Sou paraquedista militar de 1966. Naquele ano ocorreu a explosão de uma granada anti-carro durante uma instrução na 2ª Companhia do Regimento Santos Dumont, vitimando vários companheiros. Acho que deva existir algo no Bosque dos Campeões alusivo ao fato, mesmo alguns dos mortos não sendo ainda paraquedistas (eram militares que, apesar de incorporados ao efetivo do regimento, não haviam realizado ainda o Estágio Básico Paraquedista). Sei que

ocorreu uma cerimônia, mas minha Companhia (ela integrava a 3ª Companhia do Regimento Santos Dumont naquela época) não participou.

Com a luxuosa ajuda dos arquivos do Coronel Casali, descobri os nomes dos militares mencionados por Carlos Nascimento. Eram os Soldados Walmir e Silva, Jorge Oliveira Duarte da Mota, José Silva Moreira, José Henrique Casanova Mazzei, Edir Franklin de Brito, Carlos Alberto Sandoval, Roberto Fernandes Vieira, Nelson Pitão Junior e Jorge Mendonça de Carvalho.

Já o paraquedista militar Antonio de Souza Oliveira, da turma de 1964, gentilmente disponibilizou fotos de seu acervo pessoal para que pudessem ser componentes desta pesquisa. Antonio serviu na infantaria paraquedista, no Regimento Santos Dumont.

Era tudo muito mais difícil naqueles tempos. Hoje em dia, quando vou à Brigada, percebo que os quartéis são mais bem arrumados e sei que coloquei um tijolinho ali naquela construção. Dei minha contribuição pela Brigada e fico satisfeito. Eram outros tempos. Sinto muito orgulho de tudo que fiz, do que aprendi e das amizades que fiz. Lembro que nossa primeira fotografia após os saltos, depois da Área (de Estágios), foi junto àquela águia audaz e altaneira que fica lá no centro do Bosque dos Campeões. A gente tinha orgulho de ser infante e sentíamos muita admiração por cada um daqueles companheiros que foram saltar na ZL (Zona de Lançamento) de Deus, mesmo sem saber muita coisa a respeito deles. Lembro que durante muitos anos as fotos dos novos paraquedistas do regimento eram batidas lá (no Bosque dos Campeões).

O exemplo relatado por Antonio Oliveira reforça aquilo que fora apresentado anteriormente neste trabalho, no que tange ao orgulho dos integrantes da infantaria paraquedista de posar para fotos, em momentos importantes, junto ao Bosque dos Campeões. Era uma maneira de, ao mesmo tempo, reverenciar aqueles que ali estavam por caírem durante o cumprimento de sua última missão e, de certa forma, integrar vivos e mortos, todos paraquedistas, em momentos de júbilo.

Um dos relatos mais impressionantes e capazes de demonstrar o significado do Bosque dos Campeões para a tropa paraquedista e de como isso reforça a identidade desse grupo social, a chamada “mística paraquedista”, foi a mim transmitido por um veterano aeroterrestre que serviu no 25º Batalhão de Infantaria Paraquedista na década de 1980. Luís Felipe Morenno disse o seguinte para mim, quando perguntado da mais significativa lembrança que tinha daquele lugar sagrado para todos os paraquedistas militares:

Tenho algumas passagens por lá. Desde serviços tirados, no então prédio de comando do 25º BI Pqdt, como faxina e ter a infelicidade de estar presente em algumas cerimônias de companheiros mortos durante minha passagem por lá. Todos os dias, quando eu descia a alameda principal, logo pela manhã e quase sempre por volta das 06:00 horas, sentia a brisa vinda dos fundos da unidade para o Corpo da Guarda. Nela, vinham alguns odores bem distintos. O do arroio (Arroio dos Afonsos, já mencionado no decorrer deste trabalho), do ‘caol’ (café com leite) e das Damas-da-Noite (árvores que têm espalhadas ao redor da área da Pista de Cordas e do nosso ‘Templo de Eternos Heróis que deram seus últimos saltos’ (Bosque dos Campeões). A sensação de passar ali e olhar para área do Bosque dos Campeões, sem um ponto determinado e sentir a vibração que essa rotina me causava, me faziam sentir ainda mais vivo, como se cada um dos que tem seu nome em uma daquelas placas me concedessem seus ‘CHIVUNKS’¹⁸. Depois disso, eu poderia estar ‘virado’¹⁹ de serviço ou da ‘saca’²⁰, que não fazia diferença. O dia ou as missões podiam vir, não me sentia cansado ou desanimado, era impossível!

É um lugar místico, sem apelo algum, só pelo fato de existir. Outra coisa, parece que existe uma redoma, fazendo que tenha temperatura, umidade e odores diferentes de tudo ao seu redor. Nunca senti medo, pelo contrário, me sentia protegido e mais forte por estar ali.

O testemunho do veterano paraquedista Morenno – associado aos outros relatos aqui apresentados – demonstra que as percepções e sentimentos dos paraquedistas vivos em relação ao lugar e ao significado dele fortalecem a noção de pertencimento àquela tropa, sendo tal situação de enorme relevância para o desenvolvimento e para o fortalecimento da mística característica dos paraquedistas militares brasileiros. O modo como os integrantes vivos desse grupo social, sobretudo aqueles que integram a infantaria paraquedista, em especial os do 25º BI Pqdt, reverenciam a memória daqueles que faleceram em atos de serviço tão característicos dessa tropa, demonstra de forma eloquente a máxima de que, para a tropa paraquedista, mesmo depois de morto, a chama da mística aeroterrestre permanece acesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Ter sido é uma condição para ser”. (Fernand Braudel, 2002)

Os estudos dedicados à morte na História se encontram em plena expansão na atualidade.

18 Termo nativo militar, amplamente utilizado por todos os integrantes da Brigada de Infantaria Paraquedista, que significa “dar algo a mais” ou “tirar forças de onde parece não haver mais”.

19 Termo nativo militar que significa que o indivíduo não dormiu na noite anterior, emendando uma jornada de trabalho, serviço ou missão com a outra a se iniciar no dia seguinte.

20 Termo nativo militar que remete à ideia de que o militar saiu à noite em busca de relacionamentos sem compromisso.

O interesse pelo tema, tornado clássico por alguns historiadores franceses nas décadas de 1970 e 1980, parece aumentar a cada momento. Este trabalho foi desenvolvido com o intuito de analisar os significados da morte para um determinado grupo social a partir das memórias e das percepções relacionadas a um determinado espaço que catalisa essas noções. Afinal, muito do que somos é herança de onde viemos, das pessoas com quem nos relacionamos e do que nos aconteceu ao longo da vida.

Há espaços que marcam indelevelmente a trajetória de pessoas e de grupos sociais pelo significado dos acontecimentos que os engendraram e pelas redes de sociabilidades surgidas a partir disso. Tal situação adquire contornos ainda mais consistentes quando ocorrem em grupos humanos muito coesos e com elevados níveis de solidariedade. Mais amplificados ainda quando o elemento detonador é a morte, sobretudo se for de alguém muito próximo, quer seja pelas atividades desempenhadas ou por ser simplesmente uma pessoa das nossas relações sociais numa escala de proximidade que nos faça sentir o peso de uma eventual perda. A memória coletiva mantém a sua duração pelo fato de ter como suporte um vasto conjunto de memórias individuais. Ao longo dessa extenuante e prazerosa pesquisa, notei exatamente isso. Há muitos relatos sobre o Bosque dos Campeões da Brigada de Infantaria Paraquedista. Entrevistei paraquedistas militares de diferentes épocas, postos e graduações. O que havia de comum nas suas percepções sobre aquele lugar era relacionado à sua condição “mística” e o respeito que cada um sente por aqueles que morreram cumprindo com seu dever. Mas cada um tinha uma visão particular e histórias a respeito desse espaço tão singular. Como afirma Halbwachs (1990), “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, sendo que esse ponto de vista muda conforme o lugar ocupado pelos indivíduos e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que tais indivíduos mantêm com outros lugares.” No caso específico aqui estudado, a Brigada de Infantaria Paraquedista possui dois lugares muito marcantes e, por isso mesmo, altamente simbólicos e significativos para a tropa: a Área de Estágios, por onde todos os paraquedistas militares brasileiros obrigatoriamente têm de passar durante a sua formação básica, e o Bosque dos Campeões, para onde, obviamente, ninguém quer ir, mas que agrega em si uma forte noção de pertencimento para os paraquedistas militares porque materializa o discurso bastante difundido no cotidiano da tropa aeroterrestre de que “todo paraquedista (militar) é eterno”. É o senso de que “não existe ex-paquedista, pois, uma vez formado na Área de Estágios, nada mais, nem a morte, tira essa condição do combatente aeroterrestre” (Subtenente Júlio). É possível captar esse sentimento no relato oferecido pelo paraquedista militar Hilmar do Nascimento. Formado em

1986, tendo incorporado e servido na 3ª Companhia de Fuzileiros Paraquedistas do 25º BI Pqdt, ele perguntava aos recrutas que formou durante os cinco anos em que serviu no batalhão, que é o “berço da Infantaria Paraquedista”, se eles ‘queriam ser um campeão’. Ante um misto de negativas e silêncios por parte dos constrangidos recrutas, Hilmar afirma que dizia: “nenhum de nós deseja a morte, mas sabemos que se, algum dia, ela vier durante o cumprimento de alguma missão, jamais seremos esquecidos ou abandonados por nossos irmãos”.

Os grupos sociais têm a necessidade de ritualizar determinados aspectos relacionados aos elementos que os constituem. Nesse sentido, a memória é um elemento-chave para garantir longevidade e coesão a tais grupos. Os processos de (re)produção da memória coletiva dos grupos sociais e as tradições que porventura inventam para dar conta dessa demanda requerem um espaço que atue com uma espécie de âncora, a fim de materializar os valores e ideais que se pretendem preservar, com vistas a permitir que cada integrante desses grupos acesse a um processo de identificação, condição imprescindível para que a memória coletiva seja cultuada e, a partir desse culto, sua preservação e transmissão sejam garantidas. É um processo em constante retroalimentação, pois cada uma dessas etapas constitutivas é de fundamental importância para garantir as outras, fortalecendo-as sistemicamente. Como observa Lowenthal (1975), o passado é necessário para enfrentar as paisagens do presente. Nesse sentido, a memória não é um conjunto de fatos, mas um processo, cuja compreensão ocorre pelo movimento e pela ação. As lembranças são imóveis e tanto mais consistentes quanto mais bem espacializadas forem. Segundo Nora (1993), “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais”. Como vimos ao longo deste trabalho, o Bosque dos Campeões foi construído logo após a infantaria paraquedista conseguir um espaço para chamar de seu. Com o crescimento do então Núcleo da Divisão Aeroterrestre (NuDAet), embrião da atual Brigada de Infantaria Paraquedista, sem que houvesse espaço físico para abrigar adequadamente a tropa, o então Regimento de Infantaria Aeroterrestre e o Comando do NuDAet foram transferidos e ocuparam durante cerca de cinco anos (de 1952 a 1957) as instalações do tradicional Regimento Avaí, o “Dois de Ouro”. Tão logo, em 1957, a infantaria paraquedista passou a ocupar a sua área definitiva, junto ao Arroio dos Afonsos, houve a intenção de construir um memorial para reverenciar os paraquedistas militares falecidos em missões da tropa. Tal intenção se materializou em maio de 1958, durante o comando do Coronel Santa Rosa

que, alguns anos depois, comandou o próprio NuDAet no posto de Coronel e depois já na condição de Oficial-General.

A construção do Bosque dos Campeões foi uma ação institucionalmente motivada com vistas a homenagear os paraquedistas mortos em missões da tropa, caracterizando o surgimento de um *Nomoespaco*. Ao longo dos anos, espontaneamente, diversos paraquedistas militares, sobretudo aqueles que serviam no então Regimento Santos Dumont, atualmente dividido nos três batalhões de infantaria paraquedista da “velha brigada”, passaram a cultivar esse espaço e a reverenciar aqueles que ali têm seus nomes representados. Continências individuais, posições de sentido, orações ou, até mesmo, as tradicionais visitas dos membros da AVBIP tornaram-se parte da rotina ao Bosque dos Campeões sem que fossem determinadas por atos oficiais do comando do batalhão ou por determinação do Comando da Brigada de Infantaria Paraquedista. Tais demonstrações de respeito, reconhecimento e essa busca por proximidade dos vivos em relação aos mortos ali representados e homenageados são manifestações eivadas de espontaneidade de integrantes desse grande grupo social, a tropa paraquedista, configurando o que se chama de *Genoespaco*. Nesse sentido, o Bosque dos Campeões, enquanto *Nomoespaco*, foi pensado e instituído nos termos do que propôs Pierre Nora no que tange aos lugares de memória. No entanto, esse *Genoespaco* paraquedista reforçou esse ambiente físico com valores identitários muito fortes construídos coletivamente a partir da memória da tropa, muito alinhado com aquilo que Pollak (1989) definiu à luz dos processos de construção coletiva da memória. O Bosque dos Campeões cumpre sua função de lugar de memória da tropa paraquedista, mas transcende esse aspecto, pois é o portador de uma aura simbólica que, em grande medida, foi construída espontaneamente ao longo dos anos por diversos de seus componentes, que são indispensáveis na ritualização de dois significativos elementos da mística paraquedista: a noção da atemporalidade da condição de paraquedista militar e a enorme solidariedade que une os integrantes dessa tropa, mesmo dos vivos em relação aos mortos. Por mais paradoxal que possa parecer à primeira vista, esse monumento fúnebre traz em si a percepção da imortalidade do combatente paraquedista. Isso é fortemente arraigado na tropa, propiciando a contínua renovação de sentimentos que identificam os paraquedistas militares, diferenciando-os dos demais militares das Forças Armadas brasileiras.



O senso de equipe, outro importante atributo componente da mística paraquedista, também tratado como companheirismo, é um fator absolutamente imprescindível para que possamos compreender o significado do Bosque dos Campeões para essa tropa e o quanto isso contribui para reforçar essa mística. Os paraquedistas militares entendem que sua força de combate advém justamente de sua forte coesão enquanto grupo e que cada membro dessa comunidade deve colaborar com os demais com o mesmo resguardo que devotam às suas próprias vidas. Cabe aqui a máxima popular que diz que uma corrente é tão forte quanto o seu elo mais fraco. Ao tratarem de espírito de equipe e de colaboração mútua, esses combatentes entendem que não há hierarquia quando o que se objetiva é proteger o companheiro, seja ele superior ou subordinado. Todos são entendidos como combatentes cujas vidas não estão simplesmente atreladas aos postos/graduações que ocupam. Essa visão de mundo também é posta em prática na relação entre os paraquedistas vivos e os mortos homenageados no Bosque dos Campeões. De uma forma bastante peculiar e singular, todos sabem que as lápides existentes naquele lugar são referências a militares paraquedistas mortos em ação. No entanto, sobretudo no dia-a-dia, os comportamentos e posturas dos vivos em relação ao ambiente trazem consigo a impressão de que os mortos ali representados são constantemente convidados a participar da rotina da tropa.

21 Pose com o Comandante da Brigada de Infantaria Paraquedista (à época), General de Brigada William Georges Felipe Abrahão (no centro da foto, com equipamento), Oficiais do 25º BI Pqdt – dentre eles, o então Comandante do batalhão, Coronel Casali – e familiares de membros eternizados no Bosque dos Campeões por ocasião de mais uma cerimônia alusiva ao Dia dos Heróis, realizada a cada dia 11 de novembro (foto de 2015).

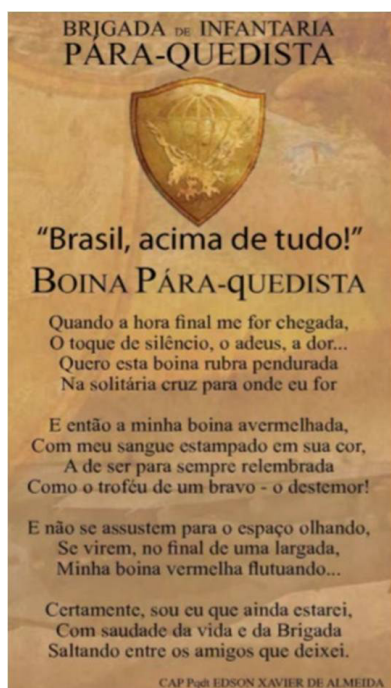
A questão de fazer do culto aos paraquedistas mortos em ação uma tradição da Brigada de Infantaria Paraquedista é parte altamente relevante da mística paraquedista. Os integrantes da tropa entendem que integram uma tropa tradicional que é história ao mesmo tempo em que faz história. O sentido que constroem para tradição diz respeito à continuidade, vivência e propagação dos valores e ideais da tropa paraquedista ao longo de diferentes gerações. Como analista, penso não ser possível associar, nesse grupo social, tradição à imobilidade, apesar de tratarem a tradição como algo que deverá ser passado de geração para geração de paraquedistas. Isso seria estereotipar por demais essa tropa que constrói sua identidade de forma intensa, afirmando que vivem e experimentam a fugacidade e a fragilidade da vida, haja vista que atua na iminência da morte, a cada salto, a cada missão, como comprovam os exemplos de seus companheiros homenageados no Bosque dos Campeões.



Como se pode ver, ser um paraquedista vai muito além de ostentar na farda as asas de prata do brevê, ou de calçar o “*boot*” marrom e usar a boina bordô, símbolos máximos do orgulho de ser paraquedista. Ser um paraquedista implica agir como tal, usando, segundo Lamont (2000), “os recursos culturais a que se tem acesso”, e isso demanda esforço, o que Snow (2001) chama de “agência coletiva”. A agência coletiva evidencia, por conseguinte, ação e trabalho identitário em busca de interesses comuns, mas também em busca de continuarem, todos os membros do grupo, sendo aceitos como iguais, dignos de acolhimento pelos demais membros, mesmo depois de mortos, sobretudo se o falecimento ocorreu durante o cumprimento de alguma missão atinente à tropa aeroterrestre.

22 Bosque dos Campeões durante a cerimônia do Dia dos Heróis de 2012. No detalhe, São Miguel Arcanjo, Padroeiro dos paraquedistas militares brasileiros, resgata um combatente aeroterrestre caído, a fim de levá-lo para a ZL da Eternidade. - Arquivo pessoal do Capitão QAO Gonçalves.

É exatamente essa a relação mantida dos paraquedistas militares vivos em relação aos mortos eternizados no Bosque dos Campeões, sendo esse um fator muito importante para reforçar e transmitir os valores característicos da mística paraquedista. Esses sentimentos de orgulho dos paraquedistas militares vivos – ao ostentarem os símbolos máximos da tropa – e de profunda admiração e respeito pelos companheiros falecidos em atos de serviço foram transformados em poesia pelo Capitão Edson Xavier de Almeida, que se formou na Área de Estágios em 1951, sendo o Paraquedista Militar nº 509 e Mestre de Salto nº 513:



Bosque dos Campeões

23

pela sábia visão dos que o fundaram...
Um preito de saudade eterna, escrito
por bravos de hoje e bravos que passaram.

Refúgio triunfal dos que tombaram
no cumprimento do dever restrito...
E com seus pára-quadras alcançaram
a “ZL” de DEUS, lá no infinito.

Tu que moras aqui meu caro irmão,
em termos de vitórias nesta vida,
ninguém tem mais do que foi dado a ti...

Tu és de fato um grande campeão:
tens a pátria a teus pés agradecida;
tens a alma no céu; e a glória aqui!

O Bosque dos Campeões enfatiza a identidade de cada militar paraquedista morto em ato de serviço, gerando um forte laço de solidariedade dos vivos rememorando os mortos. Embora localizado e de pequena escala, o fenômeno não deixa de ser importante, ainda mais em se tratando de uma sociedade presentista que vive num país reputado como sendo “sem memória”. De um lado esse reconhecimento ao papel histórico desempenhado pelos mortos e as manifestações de apreço, respeito e solidariedade partem de seus companheiros de todos os tempos. Afinal, reza a mística paraquedista que ninguém fica para trás. E isso se comprova mesmo após a morte, conforme demonstrado no decorrer do presente trabalho.

23 Poemas “Boina Paraquedista e Bosque dos Campeões, de autoria do Capitão Pqdt Edson Xavier de Almeida. Fonte: <http://pt.calameo.com/read/002113299470aa54737b3> (acessado em: 12/05/2017).

BIBLIOGRAFIA

- AMBROSE, S.E. *Band of Brothers: Companhia de Heróis*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- ARIÈS, Phillippe. *Sobre a História da morte no Ocidente desde a Idade Média*. Lisboa, Teorema, 1975.
- _____ . *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- BARROS, J. A. “História, Região e Espacialidade”, in *Revista de História Regional*, v. 10, n.1, p.95 – 129, 2005.
- BRUNO, Daniela Caldeira. *Brasil, acima de tudo! Narrativa e construção de identidades: o combatente paraquedista do Exército Brasileiro*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2010.
- CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: um Antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- _____ . *A Invenção do Exército Brasileiro*. Coleção Descobrimdo o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- CAVILHA, Juliana. “Das entrevistas aos rituais: dialogando com os militares” in *Antropologia dos Militares: reflexões sobre pesquisas de campo*. CASTRO, Celso & LEIRNER, Piero (Orgs.). Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001, p.18.
- DE CASTRO, V.M.C. *O Espaço Funerário como Lugar de Memória*. Recife: Departamento de Arqueologia da UFPE, 2010.
- DE SOUZA, Alexandre Colli. “Etnografando militares: obstáculos, limites e desvios como parte constitutiva de visões nativas” in CASTRO, Celso & LEIRNER, Piero (orgs.). *Antropologia dos Militares: reflexões sobre pesquisas de campo*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- FISH, Stanley Eugene: “‘Interpreting the variorum’: advance or retreat?”, in *Critical Inquiry*, Vol 3, No 1 (autumn, 1976).
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- GENNEP, Arnold van. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 2011.

- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: LTC, 1975.
- GOMES, Paulo César da Costa. *A Condição Urbana: Ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Paris: PUF, 1968.
 - HOBBSBORN & Eric. RANGER, Terence (orgs.). *A Invenção das Tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2015 (10ª edição).
- KOSELLECK, R. *Os monumentos aos mortos, lugares de fundação da identidade dos sobreviventes*, in *Na Experiência da História*. Seuil-Gallimard, 1997.
- LAMONT, Michèle. *The Dignity of Working Men: Morality and the Boundaries of Race, Class e Immigration*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2000.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 1992, p.535-553.
- LOUREIRO, Antônio Lobo. *Biografia do Gen Pqdt Roberto de Pessôa: a vida narrada do primeiro paraquedista do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Teatral, 2003.
- LOWENTHAL, D. “Past Time, Present Place – Landscape and Memory”, in *The Geographical Review*, v. 65, n. 1, p. 1 - 36, 1975.
- MARTINS, José de Souza. (org.) *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. São Paulo, HUCITEC, 1983.
- MÁXIMO, F & FAGUNDES, L. *Almanaque Pqdt: 70 anos de paraquedismo militar no Brasil*. Rio de Janeiro, AVBIP: 2016.
- NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, in *Os Lugares de Memória*. I La Republique, Paris, Gallimard, 1984.
- OLIVEIRA, L. C. E. S. *O Significado da mística paraquedista*. Monografia de conclusão de Especialização em Sociologia Urbana, IFCH/UERJ, 2015.
- PIOVEZAN, Adriane. *Morrer na guerra: instituições, mitos e devoções no Brasil (1944-1967)*. Tese de Doutorado em História/UFPR. Curitiba, 2014.
- POLLAK, M. “Memória, Esquecimento, Silêncio”, in *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: 1989. Vol. 2, n. 3.
- PORTELLI, A. *Ensaios de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

- REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo, Cia. das Letras, 1991.
- RÜSEN, Jörn. “Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história”, in *História da historiografia*, Ouro Preto: Edufop, número 02, março 2009, p.167.
- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: EdUSP, 1996.
- SIMMEL, G. “As grandes cidades e a vida do espírito (1903)”, in *Mana*, Rio de Janeiro, vol.11, n.2, out. 2005, p. 577-591.
- SNOW, D. “Collective Identity and Expressive Forms”, in *eScholarship Repository*, University of California, <http://repositories.cdlib.org/csd/01-7>, 2001.
- STORANI, Paulo. *Vitória sobre a morte: a glória prometida. O Rito de Passagem na construção da identidade dos Operações Especiais do BOPE/PMERJ*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Rio de Janeiro: PPGA/UFF, 2008.
- TUAN, Yi-Fu. “Place: an experiential perspective”, in *The Geographical Review*, 65 (2), pp. 151-165 (1975).
- TUAN, Yi-Fu. “Space and place: humanistic perspective” in GALE, S. OLSSON, G. (Orgs.). *Philosophy in Geography*. Dordrecht: Reidel, 1979, pp. 387-427.
- TURNER, Victor. *A selva dos símbolos*. Madri: Siglo Veinteuno, 1980.
- VAN GENNEP, Arnold. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

FONTES ELETRÔNICAS

- BRIGADA DE INFANTARIA PARAQUEDISTA. Disponível em: <<http://www.bdainfpqdt.eb.mil.br/>>. Acesso em: 12 abr. 2017.
- MEMÓRIA HISTÓRICA DO CI Pqdt GPB. Disponível em: <<http://www.cipqdt.ensino.eb.br/site/download/MEMORIA%20HISTORICA.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2017.
- SECRETARIA-GERAL DO EXÉRCITO. Disponível em:
- <<http://www.sgex.eb.mil.br/index.php/oracoes/267-oracao-do-paraquedista>>. Acesso em: 30 abr. 2017.
- SILVA, Helenice Rodrigues. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da

memória”. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200008> Acessado em: 22/02/2017.

- VENSON, A.M. & PEDRO, J.M. *Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia*. IN: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=261>>. Acesso em: 30 abr. 2017).



Livro em Destaque



GUERRA DA FRANÇA NO MALI

Trata do conflito que envolveu a França contra grupos jihadistas islâmicos na África Central, em janeiro de 2013, em resposta à tomada de reféns franceses na região. A dimensão simbólica internacional da ameaça terrorista aos cidadãos franceses exigiu das autoridades uma demonstração clara de que seria capaz de protegê-los. O autor analisou a interferência estrangeira de diversas ONGs e a progressiva penetração de grupos jihadistas islâmicos na região central da África, oriundos da Arábia Saudita, e o financiamento de escolas religiosas (madrassas). Discute aspectos da estratégia militar, bem como as contradições das políticas interna e externa da França.

Ficha Técnica

Ano: 2017

Idioma: português

Editora: Bibliex

736 Páginas

Preço Médio: R\$ 90,00



O AUTOR

JEAN-CHRISTOPHE NOTIN

Pela primeira vez publicado no Brasil, Jean-Christophe Notin é um laureado Historiador e romancista francês, com especial interesse pela História Militar e Política do século XX. Além das diversas obras de sucesso publicadas, também colabora assiduamente - desde 2005 - com o semanário L'Express.





Revista Brasileira de
**História
Militar**

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade semestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos. Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.